

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

**O JOGO DAS TRADIÇÕES
A IDÉIA DE BRASIL NAS PÁGINAS DA REVISTA NITHEROY (1836)**

PEDRO IVO C. TEIXEIRENSE

ORIENTADORA: GERALDA DIAS APARECIDA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
BRASÍLIA
2006**

PEDRO IVO C. TEIXEIRENSE

O JOGO DAS TRADIÇÕES
A IDÉIA DE BRASIL NAS PÁGINAS DA REVISTA NITHEROY (1836)

**Dissertação apresentada como requisito
à obtenção do grau de Mestre em
História, Programa de Pós-Graduação
em História, Departamento de História,
Universidade de Brasília.**

ORIENTADORA: GERALDA DIAS APARECIDA

BRASÍLIA
2006

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Doutora Geralda Dias Aparecida (Presidente) – HIS / UnB

Prof^a Doutora Tereza Cristina Kirschner – HIS / UnB

Prof^o Doutor Jaime de Almeida - HIS / UnB

Prof^o Doutor Antonio José Barbosa (suplente) - HIS / UnB

AGRADECIMENTOS

Inicialmente manifesto meu agradecimento a CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível a realização deste trabalho.

A Geralda Dias Aparecida, minha orientadora nesta pesquisa, pelo apoio, incentivo, críticas e sugestões tão valiosas, sou especialmente grato.

Não posso deixar de registrar meu carinho e gratidão aos amigos, parentes e a alguns “confrades” historiadores que de diferentes formas contribuíram. Agradeço a Fernanda Joffily, Anderson Ribeiro Oliva, Vanessa Viana, Fernando Henrique Teixeirense, Ricardo Avelar, Ana Lúcia Novelli, Luana Teixeirense, Maria Cristina Silva, Rosa, Rogério, Edilenice Passos, Francisco Biondo, Erica Leal Trezzi, Daniela Gomes, Frederico Castilho Tomé, Jacques Novion, Diana Barbosa, Lauro Stocco II, Ana Luiza Uchôa, Maria Vilar, Luiz Cláudio Renouveau, Luiz Gustavo Mira Pontes, Tomás Gustavo Rodrigues, Enio Roboredo e Pedro Wagner Tobias.

Da mesma forma, expresso minha gratidão ao Departamento de História da Universidade de Brasília. Indico minha dívida com os professores Estevão Rezende Martins, Victor Leonardi, Elizabete Canceli, Tereza Cristina Kirschner, Antonio José Barbosa, Celso Fonseca, Dinair Andrade, os quais contribuíram decisivamente para minha formação como historiador.

Registro por último um agradecimento especial aos meus pais, Fátima e Denilton. É de se duvidar que algo fosse possível sem eles.

SUMÁRIO

Considerações Preliminares	01
I. A revista Nitheroy entre a história e os mitos de origem.	
1. Em busca das origens	06
2. Vista aérea: quadro político da Independência	14
3. A necessidade de uma nova cultura	22
4. A caminho de Paris	27
II. Tudo pelo Brasil e para o Brasil.	
1. Sob asas hospitaleiras: a formação do Grupo de Paris	35
2. A reforma pelas letras: o projeto político da revista Nitheroy	41
III. A Tradição Interrompida.	
1. A tradição portuguesa: um estorvo para o florescimento do Brasil	53
2. A regeneração social: educação e trabalho livre	60
3. A escravatura como questão econômica	64
4. Celeiro do mundo: a agricultura como sustentáculo da nacionalidade	72

IV. A Tradição Revelada.

- | | |
|--|-----|
| 1. Portugueses X Brasileiros: o caráter nacional do romantismo no Brasil | 78 |
| 2. Um novo Brasil: o progresso das letras pela igualdade política | 84 |
| 3. A originalidade da cultura brasileira | 90 |
| 4. A imagem mitificada: natureza e naturais no cenário romântico | 100 |

Considerações Finais. 106

Anexo I – Análise técnica sobre *Nitheroy, revista brasiliense, ciencias, letras e artes*

- | | |
|--|-----|
| 1. Lista de colaboradores | 112 |
| 2. Lista de colaboradores por artigo | 113 |
| 3. Lista geral de artigos e autores: Volume I | 114 |
| 4. Lista geral de artigos e autores: Volume II | 114 |

Fontes e Bibliografia 115

RESUMO

Sob o título “O jogo das tradições – a idéia de Brasil nas páginas da revista Nitheroy (1836)”, o trabalho apresenta, a partir do estudo das idéias políticas difundidas por um grupo de intelectuais comprometidos com um projeto de consolidação da independência, as imagens produzidas pela primeira geração do romantismo brasileiro. Investiga as concepções de identidade nacional, projetadas por esse grupo nas páginas daquela que seria consagrada como a primeira revista romântica nacional: *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes*. Discorre sobre a trajetória política e intelectual desses jovens escritores e de suas produções literárias na busca por uma nova conformação para o conceito de Brasil.

Palavras-chaves: História Intelectual; Literatura romântica; Nação; Revista Nitheroy.

ABSTRACT

Under the title of “O jogo das tradições – a idéia de Brasil nas páginas da revista Nitheroy (1836)”, the work presents, out of the study of the political ideas voiced by a group of intellectuals committed to a project of national independence consolidation, the images produced by the first generation of the Brazilian romanticism. It investigates the conceptions of Brazilian national identity projected by this same group in the magazine that would be acclaimed as the first national romantic one: “Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, lettras e artes”. It discusses the political and intellectual pathway followed by these young writers and their literary works in searching a new configuration for the concept of Brazil.

Keywords: Intellectual History; Romantic literature; Nation; Revista Nitheroy.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O estudo *O jogo das tradições: a idéia de Brasil nas páginas da revista Nitheroy* investiga as idéias apresentadas por um grupo de intelectuais comprometidos com um projeto de consolidação da independência do país. Ao longo da década de 1830, expressando suas concepções sobre o que entendia ser o Brasil, esse grupo buscou trilhar os caminhos pelos quais se processaria uma almejada transformação política, social e cultural visando alcançar o patamar de “nação civilizada”.

O trabalho apresenta as imagens difundidas, pela chamada primeira geração do romantismo brasileiro, nas páginas daquela que ficou consagrada como a primeira revista romântica do periodismo nacional. Analisa o conjunto de idéias que foi absorvido pelo projeto oficial do grupo de poder que se instalou na direção do país em busca de uma nova conformação para o conceito de identidade nacional.

Ainda que conserve a mesma inserção historiográfica, o trabalho que ora submeto à apreciação difere-se da proposta inicial, aprovada neste programa de pós-graduação. As modificações mencionadas, antes de representarem mudanças de caráter teórico, sinalizam uma nova abordagem das idéias políticas estudadas, em virtude da substituição das fontes analisadas.

O intuito inicial da pesquisa se assentava no estudo das idéias políticas da primeira geração do romantismo brasileiro. Essa, atuando ao longo da primeira metade do século XIX, sobretudo nos anos que se seguem à emancipação política de 1822, fomentou e difundiu uma série de debates acerca da organização social, cultural e política-administrativa do recente país que se formava. Logo, essa geração, cujos membros se confundem com a elite intelectual situada no Rio de Janeiro, elaborou um complexo projeto que buscava contemplar as necessidades que surgiam no pós Independência.

As propostas apresentadas por esses jovens intelectuais, geralmente reduzidas e agregadas à denominação genérica de movimento romântico, encontraram espaço para sua divulgação, nas tribunas políticas, nos inúmeros periódicos e na produção de uma literatura considerada, por eles mesmos como inédita: uma literatura de caráter nacional.

Percebe-se assim, que a atuação intelectual da chamada geração romântica, encerra em si um complexo objeto de estudo tanto no que se refere à multiplicidade dos temas abordados quanto no tocante à variedade de recursos empregados na divulgação de suas idéias. Dessa forma, na proposta apresentada inicialmente, o foco dos estudos se concentrava na análise de três periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro ao longo do período que se estende de 1836 a 1851: o *Jornal de Debates Políticos e Literários* (1836-1838), a *Revista Minerva Brasiliense* (1843-1845) e a *Revista O Americano* (1847-1851).

O primeiro contato com essas publicações ocorreu durante pesquisa realizada nos arquivos da Biblioteca Nacional. Esse contato permitiu dimensionar o material e a importância dos trabalhos produzidos pelos colaboradores das revistas que se firmaram como um núcleo importante da elite intelectual em um momento de mudanças políticas no país.

Para o entendimento dessas atividades, uma série de novas publicações foi analisada, com destaque para a *Revista Nitheroy* (1836) e para a *Revista do IHGB*, publicada a partir de 1839. Essas leituras apontaram novos caminhos no estudo das idéias políticas da primeira geração do romantismo brasileiro.

Se inicialmente a proposta previa a análise da idéia nacional, a partir do estudo de três periódicos publicados em diferentes momentos entre 1830 e 1860, agora, o trabalho toma como instrumento a *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes*, editada em 1836 e procura identificar os problemas que os colaboradores da revista, no exercício de suas atividades como agentes culturais e políticos, acreditavam ser aqueles que deviam mobilizar as elites do país. Da mesma forma, o estudo mostra ainda como esses intelectuais foram capazes de liderar o aparecimento de novas

publicações e ampliar o debate sobre o Brasil. Com isso o foco passa a ser a formação da idéia de Brasil divulgada pelos primeiros intelectuais que iniciam a elaboração do romantismo brasileiro.

A escolha dessa revista se deu em virtude de suas repercussões junto ao público e, em decorrência de reunir colaboradores em comum com as publicações previamente selecionadas, abrigando assim um grupo de pensadores que ostentavam as mesmas preocupações. As idéias sustentadas nos artigos publicados nesse periódico simbolizam o projeto de renovação cultural proposto pela primeira geração romântica brasileira.

Publicada em Paris, a revista *Nitheroy* representa os esforços de alguns estudantes recém formados no Brasil que se encontram na capital francesa nos anos 30 do século XIX. As propostas desses autores procuram explicar a nova configuração do país que consolidava sua independência e buscava suas diretrizes futuras. Nesta publicação circularam as idéias que seriam identificadas com o mote da renovação cultural que caracterizou as primeiras décadas deste século.

A historiografia brasileira, e o cânone literário consagraram como núcleo desse grupo as figuras de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto-alegre. Entretanto, os trabalhos apresentados a *Nitheroy* revelam um conjunto de escritores e ensaístas alinhados a uma proposta de renovação cultural que mobilizou a publicação deste periódico.

É válido observar que embora reunidos em torno de um objetivo em comum, os ensaístas que compunham o chamado Grupo de Paris vivenciaram experiências muito diferentes na capital francesa. Apesar da comunidade de interesses, da convivência partilhada em Instituições como o Instituto Histórico dessa cidade ou mesmo na legação diplomática brasileira em Paris e, da elaboração coletiva da revista *Nitheroy*, as histórias individuais percorrem caminhos muito diversos desde o momento em que esses homens deixam o Brasil em direção à França.

Diante desse quadro, partindo da análise geral dos dois números da publicação, foram selecionados alguns artigos para este estudo. Assim, no primeiro

volume da Nitheroy forma escolhidos: “*Considerações económicas sobre a escravatura*”, de Francisco Sales Torres Homem; “*Ensaio sobre a historia da litteratura brasileira – estudo preliminar*”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães e, “*Ideias sobre a musica*”, de Manuel de Araújo Porto alegre.

Da mesma forma, no segundo volume da revista: “*Ideia de uma sociedade promotora de educação industrial. Objeto da sociedade*”, de Silvestre Pinheiro Ferreira, “*Considerações sobre a descoberte feita por Antônio Saint-Valery Schul de um novo sistema de fabricar o assucar*”, de C. A. Taunay, “*Estudos sobre a litteratura*”, de João Manuel Pereira da Silva e “*Bibliografia – Suspiros poéticos e saudades, per D.J.G. de Magalhães*”, de Francisco Sales Torres Homem.

Ainda que abordando objetos distintos e, algumas vezes, partindo de diferentes óticas, os artigos selecionados avalizam os propósitos da Nitheroy e apresentam o significado geral dessa publicação. Ressaltando os pontos de convergência e, aqueles no quais os trabalhos se distanciam, a análise buscou apresentar a filiação política, filosófica e estética da revista no contexto de transformações que marca o início do século XIX.

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos. Ao longo do primeiro, “*A revista Nitheroy entre a história e os mitos de origem nacional*”, de caráter introdutório, apresento algumas indicações teóricas importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, procuro situar o ambiente político brasileiro no qual os ensaístas se moviam e a formação do Grupo em Paris.

No segundo capítulo, “*Tudo pelo Brasil e para o Brasil*”, apresento o surgimento da revista Nitheroy e as análises que a historiografia dedicou a esse periódico. Soma-se a isso uma discussão sobre os locais de sociabilidade onde se reuniam os colaboradores da publicação, com destaque para o Instituto Histórico de Paris.

O terceiro capítulo analisa alguns ensaios publicados na Nitheroy. Entre os trabalhos selecionados destacam-se dois artigos de autoria de Francisco Sales Torres Homem (“*Suspiros poéticos e saudades, per D.J.G de Magalhães*” e “*Considerações*

economicas sobre a escravatura”), um de Silvestre Pinheiro Ferreira (“*Ideia de uma sociedade promotora de educação industrial*”), e o artigo publicado por Carlos Augusto Taunay (“*Considerações sobre a descoberta feita por Antonio Saint-Valery Seheul de hum novo systema de fabricar o assucar*”).

Esses artigos reunidos no capítulo “*A tradição interrompida*”, discutem a conformação política e econômica brasileira. Na visão dos autores, a partir do estudo da realidade social do Brasil, era necessário abandonar as tradições ligadas à antiga metrópole (raízes da decadência pública) e inaugurar uma nova tradição vinculada a novas práticas econômicas.

No último capítulo, “*A tradição revelada*”, analiso os ensaios publicados na Nitheroy que estabelecem relação com o conjunto das produções artísticas nacionais. Nesse capítulo, “*A tradição revelada*”, desvenda-se o espírito da reforma cultural proposta pelos editores da publicação. Para tal foram analisados três artigos. O estudo de Domingos José Gonçalves de Magalhães (“*Ensaio sobre a historia da literatura do Brasil – estudo preliminar*”), de Manuel de Araújo Porto alegre (“*Ideias sobre a musica*”) e, “*Estudos sobre a litteratura*” de João Manuel Pereira da Silva.

CAPÍTULO I

A REVISTA NITHEROY ENTRE A HISTÓRIA E OS MITOS DE ORIGEM NACIONAL

A historiografia brasileira do século XIX configurou um modelo de história nacional, com base no projeto de país apresentado pelo grupo hegemônico no momento da construção de um estado nacional. O sete de setembro, representando o início de uma nova nacionalidade, foi elevado como símbolo da origem da nação brasileira em contraposição ao período de dominação portuguesa.

Os ensaístas da revista Nitheroy, como escritores e atores políticos desse período, tiveram uma contribuição fundamental na construção da idéia de Brasil forjada nesse momento. Com a posição privilegiada de olhar o país, a partir de uma convivência no estrangeiro, em Paris, conseguiram organizar uma série de idéias que seriam consagradas nas interpretações do Brasil por meio da historiografia.

1. Em busca das origens

Independência ou morte! Ainda que inserida dessa forma, carente da definição de um contexto, tal sentença imediatamente nos remete a um período específico da história brasileira e, adquire, a partir de uma conformação histórica, os significados laudatórios de um brado retumbante proferido por um povo heróico. Em outras palavras: a máxima associada aos sucessos do 7 de setembro de 1822, encerra em

si um conjunto de valores simbólicos que resume e enaltece o processo de emancipação política do Brasil.

O brado do Ipiranga, ao simbolizar o processo de ruptura dos laços coloniais que reuniam o Brasil a Portugal, molda o mito de origem do Estado brasileiro e, representa o fato histórico que, supostamente, inaugura nossa nacionalidade.

Em função da simbologia criada com o intuito de conferir representatividade ao processo de independência e ao Estado que surge a partir de 1822, as representações sobre o 7 de setembro permeiam o cotidiano adensando sua dimensão mítica. Essas representações, celebradas sob a forma de interpretações teóricas ou ainda, a partir de inúmeras representações teatrais, como as paradas militares e os desfiles escolares, procuram instituir uma imagem mítica, ancorada nos valores que se pretende imprimir ao processo de emancipação política do Brasil.

A imagem que assume o significado oficial do gesto que instaura o Estado livre no país, aparece em 1888, em quadro de autoria de Pedro Américo. Intitulada “*Independência ou morte*”, a obra consagra uma visão mítica do grito do Ipiranga, ao evocar o herói nacional exaltado na figura de Pedro I.

O trabalho do pintor, portanto, passa a representar a versão “real” da maturidade política brasileira e, permite uma análise das relações existentes entre um projeto acadêmico de produção vertiginosa de símbolos nacionais e a construção de um imaginário que traduzisse a unidade política em torno da figura do Imperador.

Professor da Academia Imperial de Belas-Artes desde 1865 e, amigo de Pedro II, Pedro Américo produz uma série de obras inseridas nesse projeto nacional processado, sobretudo, a partir do segundo reinado. O quadro “*Independência ou morte*” vincula-se a um movimento de evidentes mudanças na iconografia oficial do Império e “recupera o ato de emancipação brasileira como momento heróico: ritual de iniciação de um império que então se afirmava.”¹

¹ Schwarcz, Lília Moritz. “*Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo reinado*”, In: Novaes, Adauto (org). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Na obra pode-se ver o príncipe empunhando uma espada, cercado por um séquito fiel que lhe acompanha no gesto que institui a autonomia política. Ao largo da ação, representando o conjunto populacional do país, um brasileiro parece não perceber o significado do evento, pois contorna a colina do Ipiranga, conduzindo seu carro de boi, alheio às ações que o cercam.

A representação de Pedro Américo, incessantemente reproduzida em obras comemorativas e manuais escolares, plasmou a imagem que seria consagrada pelo projeto literário nativista e pela própria historiografia. Em obra publicada no ano de 1922, o historiador Oliveira Lima dedica um capítulo à narração dos eventos que antecedem imediatamente o grito do Ipiranga. A análise do autor poderia ser facilmente confundida com uma descrição da obra de Pedro Américo a qual o historiador faz referência.

Comunicando então à comitiva que as cortes queriam ‘massacrar’ o Brasil, arrancou o tope de fita azul claro e encarnado (as cores constitucionais portuguesas antes do azul e branco) que ostentava no chapéu armado, lançou-os por terra e, desembainhando a espada, bradou – É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal! A guarda e os demais circunstantes repetiram o brado, que foi o juramento de honra de perene liberdade da nossa nacionalidade criada nesse instante e que ecoou pela campina deserta, talvez até do carreiro que o pintor ali colocou para um feliz efeito de contraste.²

Publicada no mesmo ano de 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência, a obra de Rocha Martins, valendo-se de recursos poéticos, constrói uma imagem mítica e sentimental sobre o mesmo evento, colada à obra de Américo.

Num rompante, bem seu, saltou para sela do belo baio gateado, avistou o Ypiranga a desenrolar-se lento, manso e sonoro, e à sua beira a escolta a aguardá-lo; então, desensofrido, indignado, deixou sair dos seus lábios a torrente de queixas, as frases escaldantes, candentes, arrojadas, feitas de paixão e de desejo de se libertar, narrou o que traziam as malas do Rio, revelou as ordens dos ‘casacas de briche’ e, tirando o chapéu, arrancou numa fúria o laço azul e branco que o ornava e bradou num arranco, num clamor enérgico, numa decisão ardente: - Independência ou morte!³

² Lima, Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

³ Martins, Rocha. *A independência do Brasil*. Coimbra: Lvmen, 1922.

E ainda acrescenta a reação dos presentes inspirados pelo ato heróico e, a presença da natureza sacralizada pela ação do mito.

Elevou-se um berro que se soltou entre lágrimas, num delírio, numa fé estranha, saíram espadas das bainhas e luziram ao sol diante das águas murmurosas e para sempre sagradas por aquele grito de emancipação: - Independência ou morte!⁴

A análise das descrições sobre os eventos relacionados ao grito do Ipiranga, tanto na obra de Oliveira Lima, como na de Rocha Martins, revela a reprodução de uma simbologia mitificada da construção imagética que se cristalizou ao longo do século XIX.

As interpretações acerca dos sucessos de 7 de setembro ajudaram a fundar o ato inaugural da nacionalidade brasileira e encontraram, em parte da historiografia, avalista fiel e “científico” das imagens que se queria edificar. Além das obras citadas, outros estudos e relatos⁵, também propagaram essa mesma visão mítica, ressaltando em seus escritos, a tentativa de uma formatação idealizada sobre a origem do Estado brasileiro.

De toda forma esse movimento sincronizado entre a criação de uma identidade coletiva pelas artes, a partir de uma nova conformação política, e a ratificação e reprodução pela historiografia, representa um esforço para a sobrevivência das novas configurações inauguradas por um fenômeno qualquer. Essa identidade, organizada com o intuito de contrabalançar os inúmeros elementos dispersivos, encerra em si uma construção complexa, composta de diferentes matizes geralmente carregadas com componentes altamente emocionais⁶.

⁴ Martins, Rocha. op.cit., p.47.

⁵ Sobre isso ver: Marques, Xavier. *Ensaio histórico sobre a Independência*. São Paulo: Ibrasa, 1977; Romeiro, João Marcondes de Moura. *De D. João VI à independência: estudo sobre os fatos que mais contribuíram para ser proclamada em São Paulo, no dia 07 de setembro, às margens do Ipiranga, a emancipação política a pátria*. São Paulo: Martins, 1972; Santos, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; Maul, Carlos. *História da independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira “LUX”, 1925; entre outros.

⁶ Carvalho, José Murilo de. “*Nação imaginária: memória, mitos e heróis.*”, In: Novaes, Adauto (org)., op. cit., p.398.

Essa ação requer uma reinterpretação dos fatos e personagens históricos, pela própria produção historiográfica, para tornar exequível a coexistência de contrários e a junção de elementos díspares.

Os mitos nacionais, especialmente os mitos de origem e os heróis nacionais são alguns dos instrumentos mais poderosos para a construção das identidades nacionais. A natureza polissêmica dos mitos faz com que estes sejam capazes de expressar, de uma maneira mais eficaz do que as elaboradas ideologias, os interesses, aspirações e medos nacionais (...) A criação de uma memória nacional, de mitos e de heróis ajuda as nações a desenvolver uma unidade de sentimento e de propósito, a organizar o passado, a tornar o presente inteligível e a encarar o futuro.⁷

Essa função da historiografia desempenha a atividade de confirmar os discursos simbólicos e as relações de poder existentes entre as práticas discursivas e a ação política propriamente dita. Em outras palavras o discurso historiográfico ratifica a construção e a renovação de um aparato ideológico. Esse conjunto de idéias constituiu-se como substrato para os membros de uma comunidade qualquer na construção de suas identidades.

No desenrolar da vida política, portanto, as idéias têm o propósito de justificar um regime existente ou condená-lo em nome de uma outra nova configuração que necessite consolidar-se.

Por ende, ambos planos, el de la acción y del discurso que construye un espacio simbólico están intimamente vinculados en una relación permanente y compleja que el historiador debe considerar cuando intenta explicar acontecimientos históricos de naturaleza política cuya comprensión excede cualquier análisis causal ya que la producción discursiva acompaña en todo momento a las prácticas políticas.⁸

Segundo Pierre Ansart a vida social e, em particular, a organização política exige permanentemente um movimento de produção de símbolos que legitimem os objetos de uma dada comunidade e, com isso, conduzam a ação comum a partir da configuração de um conjunto de valores admitidos pelos membros dessa mesma comunidade. A configuração desse conjunto de valores busca organizar uma versão,

⁷ Carvalho, José Murilo de. Idem., p 398.

⁸ Pineiro, Elena T. "Espacio simbólico, ideología y poder: relaciones entre prácticas discursivas y procesos políticos"., <http://www2.uca.edu.ar/esp/sec-fpoliticas/esp/page.26/02/2006>.

mais ou menos uniforme dos processos históricos e sociais, na qual as contradições parecem não existir.

A formatação da identidade nacional, portanto, recorre à História como avalista das imagens e fatos que passam a compor essa mesma identidade que se forja. Partindo de eventos e “feitos” emblemáticos, que reúnam os indivíduos em torno da noção de pertencimento a sociedade e, conseqüentemente, ao Estado-Nação que se institui, se opera um complexo procedimento seletivo de “la historia subyacente de esa identidad que se quiere imprimir, y se repiten esas versiones em todos los niveles, desde las imágenes y anécdotas más simples hasta libros de texto aparentemente serios.”⁹

Analisando a relação existente entre a história do nacionalismo – enquanto configuração de identidades - e as funções dos historiadores, Anthony Smith nos informa que o processo de construção das nacionalidades é frequentemente considerado um movimento histórico *par excellence*. Isso ocorre, na visão desse autor, não apenas por se tratar de um movimento que emerge em um período específico da história, mas também pela ação dos próprios historiadores no processo de delimitação dos contornos desse mesmo movimento.

“Historians figure prominently among its creators and devotees; but they have also led the way in seeking to assess and understand the phenomenon of nationalism. That historians should contribute in such large measure to so ‘historicist’ a movement is not surprising, given the common elements in early European nationalism and the historiography of the romantic epoch.”¹⁰

A produção historiográfica aparece no texto desse autor exercendo uma dupla tarefa nos processos de formação das identidades nacionais na Europa. Ao mesmo tempo em que corrobora a conformação dessas identidades, a partir de suas funções “científicas”, fornece os elementos necessários utilizados na construção desses conceitos. Assim, Michelet, Burke, Karamzin, e inúmeros outros historiadores

(...) provided the moral and intellectual foundation for an emerging nationalism in their respective communities. Along with the philologists, the historians have in many ways furnished the rationale and charter of their aspirant nations.¹¹

⁹ Ansart, Pierre. Ideología, conflictos y poder. México: Premiá Ed, 1983.

¹⁰ Smith, Anthony . D. “Nationalism and the Historians.”, In: Balakrishnan, Gopal (org). *Mapping the nation*. London: Verso, 1996.

¹¹ Smith, Anthony .D. op.cit, p.175.

As mesmas funções desempenhadas pela historiografia, indicadas por Anthony Smith, em suas análises sobre a realidade européia, aparecem na crítica contundente de Evaldo Cabral de Mello em obra publicada recentemente. Na visão do historiador, a produção historiográfica brasileira insistiu ao longo dos tempos em uma versão acerca da fundação do império brasileiro exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro.

Esse fenômeno, segundo esse autor, reduziu a Independência à construção do Estado unitário a partir da ação ilustrada de alguns poucos indivíduos dotados de enorme visão política.

Uma das conseqüências do rio-centrismo da historiografia da Independência consistiu em limitar o processo emancipacionista ao triênio 1820-1822. Na realidade, 1823 e 1824, marcados pela dissolução da Constituinte e pela Condecação do Equador, foram anos cruciais para a consolidação do Império, na medida em que ambos os episódios permitiram ao Rio resolver a contento a questão fundamental da distribuição do poder no novo Estado. Questão que não se reduzia à disputa entre o Executivo e o Legislativo, privilegiada pelos historiadores do período, mas que dizia respeito sobretudo ao conflito entre o centralismo da Corte e o autogoverno provincial.¹²

A perspectiva adotada por Evaldo Cabral revela as funções “oficiais” que a História assume ao ratificar “cientificamente” as identidades e valores propagados por um determinado grupo que patrocina a construção de uma memória oficial. A produção historiográfica brasileira que se debruçou sobre os acontecimentos que se seguiram ao grito do Ipiranga instituiu uma imagem do Brasil a partir dos elementos míticos propagados pelas obras produzidas pela chamada geração romântica. Essas imagens correspondiam ao projeto de nacionalidade assumido pelo segundo reinado.

No entanto, é válido apontar que as idéias difundidas pela elite intelectual do Rio de Janeiro não compunham uma imagem única e, antes, instituíram uma série de debates entre os intelectuais fluminenses. Esses debates travados em torno da integração territorial do Brasil e dos elementos constitutivos da nacionalidade revelaram algumas concepções da identidade brasileira e, esconderam inúmeras críticas a essa mesma identidade que se forjava. Em outras palavras: escolhiam-se,

¹² Mello, Evaldo Cabral de. *A outra independência – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

cuidadosamente, as idéias que deveriam compor o mosaico nacional, ainda que despegadas da realidade brasileira.

O sete de setembro como fato basilar da origem da nação, elaborado pela historiografia, de certa maneira mantém uma relação com os ensaios publicados na *Nitheroy*. Assim como outros intelectuais daquele momento, os seus autores necessitavam justificar a ruptura com a antiga metrópole e criar novos paradigmas para o país que surgia. Era necessário forjar uma identidade que diferenciasse o recente país que se formava de tudo aquilo que representasse a sua antiga condição de colônia.

Manuel de Araújo Porto alegre, Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem, considerados como o núcleo do Grupo de Paris, conviveram com a geração responsável pelo ato político da independência nos anos 1820, e saíram do Brasil no momento em que o processo de autonomia começava a aprofundar-se.

2. Vista aérea: quadro político da independência

¿Habéis leído las noticias de Boston? Parece sonar el toque de alarma en América. Me imagino el porvenir de esse país y creo ver que una veintena de imperios y repúblicas se forman en aquel continente, que va siendo demasiado semiagotadas de Europa¹³

Horace Walpole

Escritas no final do século XVIII as observações do escritor inglês, originadas a partir da análise de um episódio específico¹⁴ da história dos Estados Unidos, assumiram na Europa a função de “toque de alarme” que, segundo o autor, já se fazia presente no novo mundo. Isso equivale a dizer que os apontamentos de Walpole, sobre os sucessos de março de 1770 e suas funestas conseqüências para o regime colonial inglês, denunciaram o início dos movimentos emancipacionistas que iriam, cedo ou tarde, se alastrar pelo continente americano.

O alerta presente no texto do autor exerce com isso uma dupla função. Em um plano específico, na análise de Walpole, o drama representado pelas ações desencadeadas em Boston, precipitou, nas colônias inglesas, o movimento pela emancipação política que iria culminar na Independência dos Estados Unidos. Além disso, em um plano mais amplo, no entendimento do escritor, os acontecimentos de 1770, ao anunciarem a crise do sistema colonial britânico, antecipam a generalização dos movimentos de independência ao longo do continente americano.

“El toque de alarma”, portanto, antecipa o período que se estende do final do século XVIII ao início do século XIX, no qual as antigas colônias situadas no continente americano alcançaram sua emancipação política a partir de uma série de movimentos que provocaram a ruptura das relações coloniais.

¹³ Horace Walpole, cit in Padrón, F. Morales. *Manual de historia universal, Tomo VI, Historia general de América*. Madrid: Espasa-Calpe, 1962.

¹⁴ O episódio em questão, conhecido como o *Massacre de Boston*, refere-se ao conflito entre tropas inglesas situadas em Boston e os habitantes dessa cidade, ocorrido em 5 de março de 1770.

Os processos de independência ao representarem uma afirmação da soberania política dos povos envolvidos apresentaram uma nova realidade para a qual intelectuais e políticos necessitavam oferecer respostas para as questões que surgiam no novo ambiente que se formava. Com isso o movimento de Independência do novo mundo descortina um novo paradigma ao exigir das antigas colônias um projeto que contemple as novas necessidades apresentadas pela recente conformação política dos países livres que se formam nesse momento.

É válido observar que os processos de independência ocorridos no continente encerram em si características próprias representando dessa forma, capítulos da história particular de cada região. Ou seja: cada um dos processos pela emancipação carrega uma singularidade política, cultural e social. Entretanto, as inúmeras lutas pela independência, travadas pelas antigas colônias, ainda que apresentem características próprias e um desenvolvimento particular, representam ao mesmo tempo, em um primeiro plano, o choque entre a política colonialista européia e a formação dos Estados independentes americanos.

Com isso se estabelece um vínculo entre os processos de independência das colônias americanas, o qual gera uma oposição entre o agressor externo e colonialista e o emancipador. Entre o europeu e o americano. Isso é o mesmo que dizer que se forja uma concepção de americanidade que envolve as lutas pela independência e, adiante, a organização dos novos Estados em solo americano.

A ruptura com a situação colonial se processa a partir da negação das tradições coloniais ligadas ao velho continente. Em substituição surge a necessidade de se criar uma nova tradição, vinculada aos valores locais e baseada no princípio de autonomia política. Essa nova tradição encontra substrato na valorização dos elementos humanos e físicos do cenário americano, a partir, da criação de uma nova memória, uma história nova.

Na construção desses novos paradigmas encontramos os esforços de uma geração de intelectuais que motivados pela independência tentaram definir os novos contornos da realidade política e cultural da América. Utilizando-se da antítese europá-

América tais intelectuais sustentam a edificação dos novos Estados a partir de um quadro de valores culturais, políticos e sociais comuns ao continente americano.

No Brasil, esse fenômeno, a partir da década de 1820, registrado em uma série de debates travados, na Imprensa e no Parlamento, surge como resposta à urgência em se estabelecer claramente os aparelhos administrativos, as regras de participação política, o modelo de organização estatal, enfim, a estruturação do Estado em si. As discussões sobre o elemento servil, sobre as regras eleitorais, a organização do Parlamento, dos serviços públicos, procuram respostas “à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial”¹⁵.

As propostas apresentadas não compunham um corpo teórico único ou homogêneo. Ao contrário, após 1822 e a adoção do modelo monárquico, observa-se um período de instabilidade e ebulição ideológica. O primeiro reinado marcado pela ausência de coesão política e pelo autoritarismo absolutista de Pedro I, representa uma fase de disputas ideológicas que serão traduzidas no descontentamento de setores da elite brasileira.

Analisando o processo de implantação do Império entre nós, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, em artigo publicado na *História Geral da Civilização Brasileira*, busca entender o processo de ruptura do pacto-colonial entre o Brasil e sua metrópole, a partir de uma distinção sutil entre os conceitos de aspiração de independência política e desejo de unidade nacional.

Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferença que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.¹⁶

¹⁵ Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁶ Holanda, S. Buarque de. “A herança colonial - sua desagregação”, in Holanda, S. Buarque de (org) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

O texto de Holanda suscita inúmeras questões relacionadas à formação social do Brasil e sua caracterização entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Segundo o historiador a análise da sociedade colonial brasileira não apresenta elementos que avalizem a identificação de interesses comuns que despertem o desejo de autonomia política. Mesmo as sublevações e as conjuras nativistas, presentes desde o século XVI, representam apenas manifestações desconexas da antipatia que situa em lados opostos o português da Europa daquele ambientado na América e, portanto, não permite uma análise que tenda a superar os simples âmbitos regionais.

Ainda que o autor não pretenda estipular o exato momento no qual os habitantes da América portuguesa conjuguem esforços comuns para o processo de emancipação política, ele enxerga nas profundas transformações ocorridas entre a transferência da corte portuguesa para terras tropicais em 1808 e o 7 de setembro, um indício para o desenvolvimento desse desejo.

As críticas às contradições do sistema colonial português ganhariam novas roupagens a partir de 1808 com a transferência da corte para o Rio de Janeiro. Em um primeiro momento a repentina mudança no estatuto da antiga colônia de Portugal acalma os ressentimentos nativistas e, em parte, atende às reivindicações liberais dos súditos americanos.

Os sentimentos de vassalagem dos fluminenses não se medem exclusivamente pelos muito e gordos donativos feitos ao erário real. Outros registros há de situações, na maior parte festivas, em que os grandes do Rio de Janeiro comungam com o rei sua felicidade. A própria chegada da família real, todos os casamentos, batizados, conquistas militares e ensejos políticos foram marcados por demonstrações de contentamento dos fluminenses. Essas públicas manifestações, conquanto muitas vezes ordenadas em editais e proclamas – e portanto de espontaneidade relativa-, tinham como estratégia acionar todos os sentidos dos espectadores com as repetidas salvas de artilharia e repiques de sinos das igrejas, os artefatos luminosos das girândolas, transparências e fogos de artifício, as ornamentações nas janelas dos sobrados, chuvas de flores e queimas de incensos.¹⁷

Portanto, a transferência da administração central do governo português para a América gera uma série de transformações que engendraria uma nova ordem no cotidiano da vida colonial. A nova organização exigida pela presença física do Estado

¹⁷ Malerba, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

português provocou inúmeras alterações de caráter político, econômico, social e administrativo. Buarque de Holanda visualiza uma articulação entre as inovações que se articulam e as transformações do final do século XVIII quando várias mudanças se processavam com a nova economia da mineração.

Dentre as inúmeras novas práticas sociais, produtos dos complexos processos sociais advindos da nova organização da economia colonial, situa-se o surgimento de uma elite letrada que enxergava nas instituições educacionais da Europa, o local adequado para a formação intelectual de seus filhos. Além disso, o contato com a Europa civilizada, suas práticas políticas, suas idéias avançadas e sua tecnologia, seria produtivo e fundamental na composição de jovens preparados e ilustrados.

Os estudantes, que a partir da segunda metade do século XVIII completam seus estudos na Europa, regressam ao Brasil trazendo na bagagem as idéias liberais que marcaram o cenário europeu nesse período. O contato com a Imprensa livre, com a liberdade de publicação editorial, com a grandiosidade das universidades do além-mar e com a literatura romântica, infundiu nas jovens mentes o ideal da liberdade que iriam a partir de então professar no Brasil. As restrições a todas as formas livres de expressão dos pensamentos que anulavam no Brasil a possibilidade de expandir seus estudos e exibir suas idéias, leva essa geração de estudantes a lutar, ainda que sem a definição de um projeto em comum, por seus ideais de liberdade.

Os trabalhos de homens como Hypólito da Costa e Francisco Silva Lisboa, constituiriam um dos efeitos provocados pelas mudanças operadas na sociedade colonial brasileira a partir da economia mineradora. Tais transformações seriam sentidas com maior profundidade e alcance com a vinda da família real e com a conseqüente abertura e nova configuração dos laços coloniais que uniam Brasil a Portugal.

Quando o príncipe regente se trasladou em 1807 para a América, a impressão geral, a que ele dera aliás corpo no seu primeiro manifesto, fora de que tinha ido criar um novo império. Rei do Brasil denominava-o numa das suas primeiras cartas para o Rio D. Domingos de Souza Coutinho, o qual figurava no *Annual Directory* como representante diplomático do Brasil, não mais de Portugal. E o

príncipe regente partira decidido não somente a se transformar em monarca transatlântico, como a dilatar as fronteiras da sua monarquia.¹⁸

O estudo dos impactos provocados pela chegada da Corte de Lisboa suscita inúmeras reflexões. Em primeiro lugar a viagem de D João VI insere-se em um amplo quadro das relações políticas e diplomáticas no continente europeu durante a chamada Era Napoleônica. A mudança da administração colonial, embora já houvesse sido cogitada como possibilidade em várias ocasiões e por diferentes motivos, ocorre a partir de uma viagem iniciada em 29 de dezembro de 1807, constituindo-se como uma resposta a uma necessidade imediata: salvaguardar o Império Português da instabilidade provocada pela política expansionista de Napoleão Bonaparte.

A fraqueza de Portugal no meio de tantas potências incomparavelmente superiores e em face das repetidas complicações européias, já havia feito conceberem aquele pensamento o maior diplomata e o maior estadista do reino depois da restauração, D. Luiz da Cunha e Pombal. Ainda antes, a ida para o Brasil fora aconselhada ao prior do Crato por ocasião da irresistível invasão do duque d'Alba, e tinham Dom João VI, a rainha Dona Luíza de Gúzman e o padre Antonio Vieira acariciado semelhante idéia diante da persistente guerra de reivindicação espanhola.¹⁹

O fato em si atesta a debilidade portuguesa tanto no que se refere a oferecer resistência à entrada das tropas francesas em território peninsular, quanto em evitar a ingerência de outros países, no caso específico a Inglaterra, na condução de sua política externa.

Não foi apenas no momento decisivo da partida que a diplomacia inglesa procurou, por intermédio do Governo português, esboçando ameaças que foram apresentadas por Lord Strangford, tirar partido supra europeu da transferência da Corte; muito antes (...) a Inglaterra manifestou o desejo de ter o predomínio comercial em todo o Atlântico ocidental, com um porto cedido por Portugal e tarifas aduaneiras preferenciais.²⁰

De qualquer maneira a mudança para terras americanas exige um esforço significativo da colônia que teve de criar condições para sediar o Império Português.

¹⁸ Lima, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

¹⁹ Lima, Oliveira. *Op. Cit*, pp. 43

²⁰ Norton, Luis. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1938.

Dessa forma as primeiras mudanças significativas ocorrem no tocante à própria organização física do Rio de Janeiro, cidade que contando à época aproximadamente 45 mil habitantes, recebe de uma só vez 15 mil hóspedes a princípio provisórios. A cidade assiste então a uma reorganização de sua geografia física e humana: canalizações de córregos, iluminação de ruas, construção de aterros, novos prédios, pontes e estradas, além de requintadas construções que fossem adequadas à nobreza européia.

Opera-se uma intensa reconfiguração das paisagens e usos sociais da cidade: a organização de festas e a celebração de cerimônias oficiais passavam a oferecer aos súditos uma visão inédita do poder real, bailes, óperas e jantares aristocráticos reforçaram os signos públicos de distinção social. Na administração pública, inúmeros órgãos foram criados ou simplesmente reproduzidos na nova sede do Império. Funda-se o Conselho Supremo Militar, a Academia dos Guardas da Marinha e, como órgão fiscalizador das práticas e hábitos dos habitantes do Rio de Janeiro, surge a Intendência Geral de Polícia. Ademais, órgãos como a Casa de Suplicação, responsável pela justiça, já presentes em Portugal, passa a funcionar por aqui.

Fato importante encerra-se na presença física do aparelho de Estado Português que inaugura uma nova realidade política que exercerá influência definitiva sobre a mentalidade e visão dos brasileiros acerca dos seus soberanos.

A vinda da Corte, se tem por onde afagar a vaidade brasileira, põe a descoberto, de outro lado, com o imenso séqüito de funcionários, fâmulos e parasitas que a acompanharam, a debilidade de um domínio que a simples distância aureolava, na colônia, de formidável prestígio. Além disso, a presença, agora e, naturalmente o convívio e trato forçado, de numerosos estrangeiros, nos ramos mais diversos de ocupação, há de ajudar os naturais, mesmo quando procedam das classes ínfimas, a julgar os seus dominadores com melhor senso da realidade.²¹

Todas essas transformações provocam o que o historiador Sérgio Buarque chama de um segundo descobrimento do Brasil. A tese do historiador sustenta que desde o século XVI nunca o país havia despertado o interesse de tantos geógrafos, economistas, naturalistas ou simples viajantes os quais virão conhecer as características da colônia para depois divulgá-las pelo mundo.

²¹ Holanda, S. Buarque de. Idem, pp. 11

Nos anos que separam o desembarque de 1808 do grito do Ipiranga, o Brasil passa novamente a empolgar o olhar dos estrangeiros e a reaparecer, retratado com graça e gentileza, nos escritos e quadros dos viajantes que passaram pelo novo mundo. Nessa empolgação, acabam por se deixar contagiar também os naturais, em um processo que na avaliação de Buarque de Holanda, contribuiu de certa forma para acelerar o processo de emancipação política.

No entanto esse novo descobrimento realizado tanto por homens de outras terras, “emboabas de olho azul e língua travada, falando francês, inglês, principalmente alemão”, quanto pelos naturais da América, gera um curioso processo de revelação de duas faces distintas de uma mesma revolução liberal.

Para os portugueses da América a recente liberdade de imprensa, a proliferação das atividades comerciais e a condição de sede do Império se inserem em um processo de conquistas liberais e de inserção nos valores cultuados na Europa ou mesmo nos recentes estados americanos, que já haviam iniciado seu processo de emancipação política. Já para os portugueses europeus, todas essas medidas, inclusive a independência em 1822, representam apenas capítulos avulsos da Revolução liberal do Porto de 1820.

Isso significa dizer que na visão do português reinol representam fascículos de uma guerra civil portuguesa na qual, os brasileiros encontram-se envolvidos apenas em sua condição de “portugueses do aquém-mar”. O *Revérbero Constitucional Fluminense* lançado por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, já em 1821, expressa o desejo de um regime constitucional livre.

O Rio de Janeiro só deseja possuir um governo liberal, e permanente, regulado por leis fixas e bebidas na Natureza. Esta pretensão não é nova, é ao contrário radical na humanidade: não é criminosa, porque tem sua origem no sentimento de própria felicidade e conservação, que o Autor da Natureza gravou em nossas almas. Queremos portanto e devemos querer uma Constituição, nem o poder arbitrário pode assegurar a felicidade e a vida dos Reis.²²

²² *Revérbero Constitucional Fluminense*, 15 de set. 1821, p.5-6. cit in: Souza, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

Percebe-se com isso que desde os primeiros anos do século XIX uma série de mudanças na ordem política e intelectual brasileira, processadas a partir da transferência da Corte de Portugal para o Brasil e de sua permanência em terras tropicais, despertou o desejo de autonomia política da colônia portuguesa.

3. A necessidade de uma nova cultura

Os embates ideológicos que marcaram o governo de Pedro I representam as inúmeras correntes que disputam o controle político no projeto de edificação do Estado. Tais disputas encerram em si a luta pela hegemonia no cenário brasileiro e as intensas reivindicações para a organização de um Estado liberal nos moldes dos princípios iluministas.

Além disso, as correntes liberais (constitucionais) que queriam limitar os poderes do Imperador brasileiro encontravam importantes avalistas nas Revoluções liberais que assolavam a Europa na década de 1820. Esses movimentos não se restringem ao continente europeu e fazem eco em outros movimentos como os de independência observados na América no início do século XIX²³.

Nesse sentido podemos apontar que os debates travados a partir da década de 1830, momento de aprofundamento do processo de independência ganham novos contornos ao assimilarem questões relacionadas à idéia de nação. Ainda que a questão da nação apareça com mais vigor a partir de 1870, podemos detectar uma intensa preocupação em se construir valores e significados que emprestem representatividade ao Estado em construção.

Dessa forma no final da década de 1830 uma geração de intelectuais procura, com suas ações, discutir a nação e suas representações. Podemos perceber uma

²³ Hobsbawm, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

série de novos debates que revelam em seus temas essa preocupação: a estruturação de uma literatura genuinamente nacional, valores brasileiros, a língua nacional, as artes e as ciências no Brasil, etc.

Com a proclamação da Independência, que nova época de glória, esplendor e prosperidade marcou nos anais do mais heróico povo do Novo Mundo, vasto campo se abriu à pátria literatura. Com a luz que derrama o farol de nossa liberdade lá se esvaecem as trevas da torva ignorância; difundem-se por todos os ângulos do nascente império as ciências, as artes e as letras; e em tempos de tanto entusiasmo, - passados tempos, que não mais veremos!- a poesia se elevou para celebrar os feitos gloriosos dos defensores da pátria e cantar a independência da nação, proclamada nos saudáveis campos do Ipiranga por um Príncipe magnânimo, que trocara o sólio dos Afonsos pelo trono americano.²⁴

Os debates sobre a organização do Estado em si acabam por revelar uma concepção de Pátria, de nação. Quando a geração de intelectuais do período que se estende de meados da década de 1830 até a década de 1860 se questiona sobre a existência de valores pátrios ou nacionais, as respostas por ela apresentadas têm o intuito de edificar uma idéia de nação. Em um processo de invenção e reinvenção do Brasil tal idéia ganha ou perde atributos em decorrência do projeto político-social que se quer construir ou, que se quer descartar.

O questionamento sobre a existência de uma literatura nacional ou de uma língua brasileira, por exemplo, sinaliza uma preocupação com os valores locais a partir de uma oposição aos valores herdados da metrópole portuguesa. Nesse sentido percebe-se nos discursos dessa geração uma retomada de determinados símbolos, como por exemplo, elementos pré-coloniais (sociedades indígenas) ou ainda, elementos da paisagem natural (flora e fauna) que buscam edificar uma simbologia própria dos valores locais.

No Brasil Oitocentista, a complexidade da vida civil desponta com a fabulação da natureza romântica que se segue como modelo da identidade nacional, através da linguagem acadêmica. Origem e liberdade, mitologia e símbolo de raízes culturais projetam no tempo passado o marco da moderna utopia da

²⁴ Silva, Joaquim Noberto de Sousa, citado in Serra, Tânia Rebelo Costa. O mapeamento do “DNA” literário brasileiro e a “Outra independência”, <http://www.unicamp.Brasil/iel/histlist/tania2.htm>, 31/07/2002.

origem, propondo com as imagens do índio, uma essência mítica para a história emergencial, através de uma ótica sentimental.²⁵

Com esse propósito a construção de uma simbologia que empreste representatividade aos Estados Livres que se formam na América, processa-se a partir de significados e atributos criados com o intuito de justificar uma contradição entre os valores europeus e os valores do novo mundo.

Analisando o cenário da produção literária, Wilson Martins nos mostra que a década de 1850 representa o momento em que a literatura brasileira se encontra em uma encruzilhada. Buscando definir os traços básicos do processo de formação da sociedade brasileira e representando mais uma face do processo de construção da idéia de nacionalidade no Brasil, opunham-se no campo temático das obras literárias as tradições ligadas ao velho mundo, ao colonizador e, de outro lado, ao novo mundo, à contribuição dos aborígenes²⁶. A temática e a estética da literatura brasileira apresenta o encontro de dois universos, do qual resultará a síntese brasileira como sendo um produto do choque entre a tese americana e a antítese européia, entre a tese do passado e a antítese do presente, entre a nação e a colônia, entre o exotismo e o cosmopolitismo.

Certamente ainda que não se possa afirmar que o Brasil tenha sido postulado como nação nas décadas de 1830 ou 1860, os embates travados no ambiente político, ostentados por uma elite intelectual, revelam uma preocupação intensa com a invenção de um novo Brasil, um Brasil diferente, autônomo e com características próprias: um Brasil americano que aparece plasmado nas páginas da revista *Nitheroy*.

Traduzindo as inquietações de uma geração de intelectuais brasileiros que procuram definir os contornos da nação, as idéias de Gonçalves de Magalhães, expostas na naquela revista em 1836, constataam a existência de um novo paradigma ao afirmar que “(...) com as mudanças e reformas que tem experimentado o Brasil, novo aspecto apresenta a sua literatura. Uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma

²⁵ Padilha, Solange. “*O imaginário da nação nas alegorias e indianismo romântico no Brasil do século XIX*”.

²⁶ Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira* – Vol. II: São Paulo, T.A Queiroz, 1993.

nova idéia até ali desconhecida, é a idéia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome”²⁷.

No período entre a década de 1830 e 1860 surgem, como meios de divulgação de idéias e centro dos debates políticos brasileiros, inúmeros veículos de comunicação com o intuito de dar vazão às concepções dessa mesma elite intelectual. São desse período revistas como a já citada *Nitheroy* (1836), *O Beija-Flor* (1830-1831), a revista do IHGB (1839), *Ostensor Brasileiro* (1845-1846), *O Americano* (1847-1851), *A Marmota* (1849-1861), *A Guanabara* (1849-1856), *O Progresso* (1846-1848), *Correio Mercantil* (1843-1868), a *Minerva Brasiliense* (1843-1845), entre outras.

No comando desses periódicos, ou atuando como colaboradores dos mesmos, encontramos um grupo de literatos, artistas, políticos, advogados, enfim, o grupo de intelectuais que se confunde com a chamada geração romântica. Fazem parte desse grupo homens que tiveram uma intensa atuação intelectual e política, chegando alguns a ocuparem cargos públicos ou eletivos. Destacam-se entre outros, Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto alegre, João Manuel Pereira da Silva, José Inácio de Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Santiago Nunes Ribeiro.

Os trabalhos produzidos por esses homens foram pouco estudados, ou melhor, foram analisados quase que exclusivamente a partir da ótica literária. Com isso existe uma significativa ausência de estudos que busquem desvendar as idéias políticas dessa geração. As publicações de natureza política e a atuação parlamentar da geração romântica não foram colocadas sob as lentes da historiografia que deixou a análise desses trabalhos para o campo dos estudos da literatura. Essa constatação nos conduz a duas reflexões distintas.

Em primeiro lugar, como afirma Iara Lis na introdução de seu livro, embora a historiografia tenha localizado algumas invenções do Brasil, como na década de 1930, com Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, inserida em uma nova concepção epistemológica, ficou uma espécie de ausência em explicar

²⁷ Magalhães, D J G de. *Obras completas*. Viena: Imperial e Real tipografia, 1865. T. VIII: Opúsculos históricos e literários (*Discurso sobre a história da literatura do Brasil*)

esse primeiro momento do Brasil autônomo, sem recorrer ao romantismo²⁸. Com isso perde-se a análise das idéias políticas e da inserção histórica em detrimento do estudo estético promovido pelo campo da literatura.

A segunda reflexão relaciona-se às próprias opções e embates ocorridos no campo da historiografia. O pouco interesse pelo estudo das idéias políticas dessa geração de intelectuais, reflete uma série de escolhas nos estudos históricos.

4. A caminho de Paris

O chamado Grupo de Paris, além dos já citados autores, agregava homens como João Manuel Pereira da Silva, Silvestre Pinheiro Ferreira, Cândido de Azeredo Coutinho, A de S Lima de Itaparica, Carlos Augusto Taunay, além de Eugéne Garay de Monglave, que colaborou com a publicação de inúmeras formas.

Percorrendo diferentes caminhos esses intelectuais, reunidos em Paris, deram forma àquela que seria consagrada como a primeira revista romântica brasileira. Seus trabalhos foram produzidos e apresentados em um contexto histórico de transição e representam a disputa pela nova configuração do Estado que se organiza a partir do término do domínio colonial.

Predominantemente formados no ambiente político do Rio de Janeiro, esses autores, conduzidos por variadas razões, partem para a capital francesa e de lá, dão início ao que acreditavam ser a reforma cultural que inauguraria uma nova

²⁸ Lis, Iara. Op.cit.

disposição na literatura, na pintura, na música, nas relações de trabalho, nos processos de produção industrial, enfim, na realidade brasileira.

Mesmo entre autores como Manuel de Araújo Porto alegre, Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem, identificados como o núcleo do Grupo de Paris, há uma série de particularidades na trajetória desses escritores. Manuel de Araújo Porto alegre, por exemplo, deixa a cidade do Rio de Janeiro a 25 de julho de 1831 com o propósito claro de aperfeiçoar suas técnicas de pintura a partir do convite feito por seu mestre na Academia Imperial de Belas-artes: J. Debret.

No ano seguinte, enfrentando inúmeras dificuldades econômicas, o jovem pintor inscreve-se na École des Beaux Arts, onde concluiu o curso de pintura com algum destaque. A rede de sociabilidade surgida em torno de Porto alegre, em função dos seus vínculos com a família de Debret, possibilitou a ele desfrutar da proximidade de “celebridades” do mundo das artes. Nas palavras do autor, referindo-se a casa na qual ocupava um aposento cedido pelo irmão do mestre Debret:

A casa de François Debret era um ponto de reunião de grandes notabilidades; e como este arquiteto era o primeiro mestre na arte de construir teatros, ali se juntavam também os memógrafos mais célebres e os músicos maiores, como Rossini, Auber, Boieldieu, Cherubini e Paer, não falando nas pléiades de pintores, escultores e outros homens de primeira plana.

No ano de 1834 Porto alegre inicia uma longa viagem pela Europa, visitando a Suíça, Bélgica, Inglaterra e Itália, cuja influência fora decisiva em sua formação como artista. No último trecho de sua excursão, a viagem à Itália, o pintor teve como companhia um jovem amigo poeta que havia conhecido anos antes nas reuniões realizadas no Rio de Janeiro por Evaristo da Veiga: Domingos José Gonçalves de Magalhães.

O poeta, então com 23 anos, havia chegado a Europa no ano anterior após ter concluído, por pressão e decisão paterna, o curso de medicina no Rio de Janeiro. Diplomado em 1832, Magalhães, que nesse mesmo ano havia estreado na literatura com um volume de Poesias, era discípulo de Frei Francisco de Monte Alverne

e, freqüentava, no seminário Episcopal de São José, o curso de Filosofia ministrado pelo Frei.

Influenciado pelo ecletismo de Monte Alverne, Magalhães parte para a Europa para aprimorar seus estudos filosóficos, tornando-se discípulo de Jouffroy em Paris. Após a viagem em companhia de Porto alegre, o jovem poeta, de volta a capital francesa, inicia uma série de atividades junto à legação diplomática brasileira em Paris. No exercício dessas novas atividades, Magalhães retoma o contato com um amigo de infância que havia deixado o Rio de Janeiro para assumir uma função na representação da diplomacia brasileira.

Diferentemente de Magalhães e Porto alegre, Torres Homem chega a Paris para assumir um cargo público junto à representação diplomática. Ao mesmo tempo inicia uma nova etapa nos seus estudos freqüentando o curso de Direito em Paris. Ainda que neste primeiro momento a atuação de Torres Homem esteja vinculada às atividades de diplomacia, o ensaísta, junto com Magalhães e Porto alegre, elabora o primeiro trabalho coletivo do grupo, apresentando em 1834, no Instituto Histórico de Paris, uma memória coletiva sobre o estado geral da sociedade brasileira no início do século XIX. Nesse mesmo ano os três se tornam sócios fundadores do citado Instituto e iniciam o planejamento da publicação da revista *Nitheroy*, que só ocorreria dois anos depois.

Ao núcleo do chamado Grupo de Paris reúnem-se outros brasileiros que se encontrando em Paris colaboraram com a publicação da revista *Nitheroy*. Além da colaboração com a citada revista, esses homens publicaram inúmeras obras que exerceram papel decisivo na formação do pensamento brasileiro.

Entre eles merece destaque o filósofo português Silvestre Pinheiro Ferreira que elaborou uma vasta obra no campo da filosofia e do direito. A obra desse autor teve grande repercussão no Brasil. Segundo Antonio Paim as aulas de “Silvestre Pinheiro, durante largo período, constituíram o único texto filosófico, em português e atualizado, ao alcance dos que, porventura, se viessem a interessar pelo tema”.

Na década de vinte, sua presença se faz sentir primeiro e sobretudo como homem público para depois aparecer tão-somente o publicista. No ciclo em que a onda liberalizadora parece haver refluído na Península ele vive refugiado em Paris (1826/1842), elabora sua obra de constitucionalista, integrada por vários textos tornados clássicos.²⁹

A obra do filósofo que viveu no Brasil por mais de uma década, no período Joanino, orientava-se para o desenvolvimento de uma filosofia da linguagem. Sua produção como publicista também merece destaque. Durante o período em que viveu refugiado em Paris o autor colaborou com alguns periódicos, entre eles, com a revista *Nitheroy*.

Nesse mesmo período elaborou uma vasta obra cujos principais trabalhos podem ser reunidos em: Curso de direito público, Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e a Carta constitucional do Reino de Portugal e, Manual de cidadão em um governo representativo. Da mesma forma a colaboração de Silvestre Pinheiro com a revista *Niteroy* não recebeu atenção nas análises sobre esse periódico. Do mesmo modo outros colaboradores não tiveram seus trabalhos investigados pelas lentes historiográficas.

Os trabalhos de homens como João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho, A de S Lima de Itaparica e Carlos Augusto Taunay, não mereceram a devida atenção por parte dos estudos que buscam investigar as idéias políticas no Brasil no início do século XIX. Esse fenômeno insere-se nas escolhas dos objetos e perspectivas dos estudos históricos.

Ao descartar as obras desses autores os estudos historiográficos concentraram seus esforços na ratificação de uma idéia de identidade nacional construída a partir da imagem mitificada de Brasil, presente, sobretudo, nos artigos apresentados por Gonçalves de Magalhães. Dessa forma cristaliza-se uma concepção de Brasil em consonância com a proposta oficial assumida ao longo do segundo reinado.

²⁹ Paim, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

Esse “esquecimento” por parte da historiografia acabou reduzindo os significados da revista *Nitheroy*. Isso significa que os estudos sobre a *Nitheroy* ao enfocarem apenas a idéia, já cristalizada na história do pensamento brasileiro, de que esse periódico simboliza o início da escola romântica da literatura no Brasil, descartaram a complexidade presente nessa publicação. Portanto, nesses trabalhos, os sentidos atribuídos a *Nitheroy* ficaram confinados, quase que exclusivamente, ao campo das análises literárias de caráter estético.

Uma aproximação mais cuidadosa com os artigos apresentados a *Nitheroy* e, a investigação dos significados dessa revista no universo cultural brasileiro, revela uma riqueza documental até então desprezada. A *Nitheroy* insere-se em um momento de efervescência ideológica marcado pelo surgimento de inúmeros periódicos. Além disso, a revista sinaliza com uma alteração nos modelos das publicações então em voga no Brasil, ao apresentar um conjunto de reflexões sobre política, economia e cultura, com o intuito de inaugurar uma nova forma de se apreciar as questões relacionadas com o país. Dessa forma são abandonadas às práticas jornalísticas dos *Pasquins*, presentes, sobretudo na década de 1820.

Com uma nova roupagem inspirada na revista do Instituto Histórico de Paris, a *Nitheroy* apresenta uma nova forma de análise do Brasil lançando as bases das interpretações sobre o país, as quais seriam cultivadas nas três décadas seguintes. Portanto, ainda que, de certa forma, as análises sobre essa revista a apresentem como símbolo da renovação literária identificada com o movimento romântico, a revista *Nitheroy*, além disso, representa um espaço de sociabilidade para esse grupo de intelectuais brasileiro.

Sintonizado com a missão de instituir, a partir do estudo da História brasileira, uma nova concepção de nacionalidade, esse grupo apresentou uma configuração mítica da realidade brasileira partindo das potencialidades reveladas pela autonomia política. Essa conformação mítica, ancorada na exaltação da natureza e dos naturais do Brasil, passa a ser reproduzida ao longo do período que se estende de 1840 a 1860, momento de consolidação do Estado monárquico brasileiro.

Para isso, ao longo dos dois únicos volumes da publicação, foi apresentada uma série de artigos, destinados à investigação dos mais diversos aspectos da realidade brasileira. No primeiro volume da revista, assinado pelo Conselho Editorial, encontra-se um artigo intitulado “*Ao leitor*”, no qual os autores procuram traçar as linhas editoriais da publicação, indicando os conteúdos, objetivos e temas abordados nas páginas da revista.

Ainda no primeiro número e, atendendo aos objetivos definidos pelo grupo, Francisco Sales Torres Homem apresenta dois importantes artigos de considerações gerais sobre o estado da economia brasileira. Nestes artigos o autor discute questões relacionadas à utilização do trabalho servil (“*Considerações econômicas sobre a escravatura*”), além, de um estudo preliminar sobre o crédito público e as finanças do Estado (“*Reflexões sobre o crédito público e sobre o relatório do Ministro da Fazenda*”).

Somam-se a esses artigos, na composição do primeiro número da revista, quatro outros trabalhos apresentados por Candido de Azeredo Coutinho, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto alegre. Azeredo apresentou uma série de considerações, a partir de uma análise histórica sobre o desenvolvimento da ciência, sobre a origem e formação dos cometas (“*Astronomia – Dos cometas*”). O texto de autor traduz as preocupações dos editores da *Nitheroy* com a divulgação de informações sobre os mais variados ramos da ciência.

Manuel de Araújo Porto alegre e Gonçalves de Magalhães apresentaram trabalhos dedicados ao estado das artes no Brasil. Porto alegre, em estudo de marcante inclinação romântica (“*Ideias sobre a musica*”), procurou investigar os significados da música no desenvolvimento das nações a partir de um estudo de caráter histórico. Já Gonçalves de Magalhães, além de artigo dedicado a exaltação da figura de Debret e sua importância nas artes brasileiras (“*Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’en 1831 inclusivement; par J.B. Debret*”), publicou o famoso “*Ensaio sobre a historia da litteratura – Estudo preliminar*”.

O segundo volume da publicação apresenta um conteúdo mais extenso e variado. Nesse número, além de trabalhos apresentados pelos quatro ensaístas que colaboraram no volume anterior, a Nitheroy trouxe a público, ensaios de Eugéne de Monglave, A de S Lima de Itaparica, Silvestre Pinheiro Ferreira, Carlos Augusto Taunay e João Manuel Pereira da Silva.

As preocupações temáticas e os objetivos da publicação, expressos na apresentação ao primeiro número, foram respeitados pelo conteúdo apresentado nos artigos publicados neste segundo volume. Com isso, foram abordados aspectos ligados à economia política, as ciências, as artes e a literatura, temas selecionados pelos editores na definição da temática da revista.

A análise do conjunto geral dos artigos apresentados à revista Nitheroy revelou a existência de dois pressupostos básicos que sustentam as teses defendidas pelos autores. Em primeiro lugar era fundamental liquidar a tradição herdada da metrópole portuguesa. Em segundo, substituir essa tradição por uma nova, autêntica e originada na terra brasileira.

Atentos, os autores apresentaram trabalhos cuja vinculação a essas premissas aparece com muita clareza. Dessa forma, os artigos destinados à investigação da literatura, da música e da constituição geográfica e humana do país, inscrevem-se na busca pela originalidade das tradições brasileiras. Esses artigos procuram construir uma imagem de Brasil a partir da exaltação da exuberância, grandiosidade e riqueza da natureza e dos naturais do país.

Já os artigos destinados à investigação da economia, dos processos de produção agrícola, das práticas industriais e do desenvolvimento científico, procuram, partindo de estudos de filiação histórica, erigir uma imagem depreciativa das tradições ligadas ao velho continente. Esses trabalhos encontram na celebração do domínio metropolitano as raízes para a crise social presente no início do século XIX.

CAPÍTULO II

“TUDO PELO BRASIL E PARA O BRASIL”

Ao longo deste capítulo apresento o projeto de editoração da *Nitheroy*, revista brasiliense, *sciencias, lettras e artes*. As reflexões apresentadas sobre essa publicação abarcam diferentes aspectos sobre o significado desse período no universo cultural do início do século XIX.

Em um primeiro momento enfatizo a formação do chamado “*Grupo de Paris*” e suas relações com o Instituto Histórico dessa cidade. Com isso, a própria constituição do citado Instituto e suas funções como centro de sociabilidade e difusão das idéias da primeira geração romântica da literatura brasileira ganham destaque.

Em segundo, procuro apresentar os sentidos atribuídos, pela historiografia, à revista *Nitheroy*. A partir de uma análise crítica pretendo demonstrar como os estudos realizados sobre esse periódico restringem seu significado ao campo dos estudos literários de caráter estético. A proposta busca, em um quadro geral, indicar uma nova roupagem para as análises que se debruçam sobre essa fonte.

Por último, indico a constituição do “*Grupo de Paris*” e seu projeto de reforma cultural nas páginas da *Nitheroy*.

1. Sob asas hospitaleiras: a formação do Grupo de Paris.

“*Tudo pelo Brasil e para o Brasil*”. Essa devotada e patriótica sentença, cujo conteúdo facilmente poderia ser identificado com as campanhas de apelo nacionalista patrocinadas pelo Estado ao longo do século passado, encontra-se expressa nos dois volumes de um importante periódico publicado na primeira metade do século XIX. A mencionada publicação, editada em Paris, no ano de 1836, por *Dauvin et Fontaine* e, impressa na *Imprimerie de Baulé et Jubin*, recebeu um sugestivo nome³⁰ cujo significado estabelece vinculação com seus propósitos editoriais: *Nitheroy, revista brasiliense sciencias, letras e artes*³¹.

No comando desse periódico, atuando ao mesmo tempo como redatores e editores³², encontra-se um grupo de três estudantes brasileiros que foram a Paris complementar seus estudos. Segundo eles seus únicos incentivos para a realização dessa empresa foram “o amor do país, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos”³³. Esse grupo, após uma primeira Memória coletiva apresentada junto ao Instituto Histórico de Paris em 1834, assume o projeto de editoração de uma revista destinada ao Brasil e, portanto, a um público de língua portuguesa.

³⁰ Segundo o professor Antônio Soares Amora, em sua apresentação crítica à edição fac-similar da revista *Nitheroy*, o nome dado à publicação evocava a Baía de Nitheroy, mais tarde, Baía da Guanabara, exaltada por Gonçalves de Magalhães, no canto VI do poema *A Confederação dos Tamoios* (1856). (*Nitheroy! Nitheroy! Como és formoso/ Eu me glorio de dever-te o berço/ Montanha, várzeas, lagos, mares, ilhas, / Prolífica natura, céu ridente, / Léguas e léguas de prodígios tantos/ Num todo tão harmônico e sublime. / Onde os olhos o verão longe deste Éden? [...] Não és belo assim, cerúleo golfo de Nápoles/ meu pátrio Nitheroy te excede em galas/ Na grandeza sem par muito te excede.*)

³¹ Para o presente estudo foi utilizada a edição fac-similar publicada pela Academia Paulista de Letras.

³² Nos dois únicos volumes da *Nitheroy* não há indicação expressa dos redatores ou mesmo dos diretores da revista. Na introdução à mencionada edição fac-similar da *Nitheroy*, Plínio Doyle afirma que as informações colhidas nas páginas da publicação geram dúvidas. Citando artigo publicado no segundo volume da *Nitheroy*, no qual Eugéne de Monglave declara “*Des quatre rédacteurs de cette première livraison, trois appartiennent à L’Intitut Historique, MM. Torres Homem, de Magalhaens et Araújo Porto Alegre*”, Doyle questiona a identidade do mencionado quarto redator da revista. No presente trabalho serão mencionados como redatores todos aqueles que assinaram artigos publicados na revista. No entanto, como editores/diretores da publicação serão considerados apenas Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto alegre, de acordo com as indicações contidas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, 1881, v.9 dos anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p.440, n.5.156. Com o mesmo espírito, o estudo sobre a *Nitheroy*, de autoria de Antônio Amora Soares, no Suplemento literário d’O Estado de São Paulo, n° 393, de 15/08/1964, reproduzido em *Classicismo e Romantismo no Brasil*, 1966, Coleção Ensaios da Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, p.103, e ainda, Hélio Lobo em *Manuel de Araújo Porto Alegre – ensaio bibliográfico*, publicação da Academia Brasileira de Letras (1938).

³³ *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes*. “Ao leitor [apresentação S.A], In: *Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes*, Tomo I, N° I, Paris (1836)

Nos últimos anos da década de 1830, referindo-se a esse seleto grupo de estudantes, Eugéne Garay de Monglave, fundador do Instituto Histórico de Paris e, mais tarde membro do Instituto Histórico Brasileiro, lamentava a ausência em solo francês desse “pequeno grupo de jovens do trópico que nossa França abrigou sob suas asas hospitaleiras.”

Monglave se referia a Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto alegre e Francisco Sales Torres Homem. Abrigados sob as “asas hospitaleiras” da capital francesa de 1833 a 1836, os jovens estudantes, que participando do movimento de formação do Instituto Histórico de Paris tornaram-se sócios fundadores, promoveram um fértil encontro cujo resultado contribuiu decisivamente para a formação do pensamento brasileiro.

Geralmente identificada com a inauguração do movimento romântico, a partir da publicação do poema de Magalhães³⁴, essa contribuição, sobretudo após o surgimento da revista *Nitheroy*, ultrapassa as fronteiras da atividade literária em si, para se inserir no amplo quadro de formatação da inteligência brasileira.

Com isso, ainda que a renovação literária proposta por Magalhães seja identificada com uma nova etapa da história da literatura brasileira, os significados do conjunto de ações, promovido por esse grupo em Paris, não pode ser mensurado exclusivamente por seus atributos literários. Em outras palavras: além dos trabalhos realizados por eles na Europa extrapolarem os limites do campo literário, a própria contribuição à história da literatura se insere em um quadro amplo de transformações sociais e políticas experimentadas no Brasil no início do século XIX.

As idéias políticas, engendradas por esse grupo, ganham vulto em detrimento da análise puramente estética. Com isso a compreensão do pensamento não se processa de forma independente, mas, articulado à sociedade e à época no qual é produzido. Além disso, ao situar sob as lentes da historiografia os trabalhos elaborados por esses estudantes brasileiros, durante suas permanências em terra estrangeira,

³⁴ No ano de 1836, Domingos José Gonçalves de Magalhães publica, em Paris, o poema *Suspiros poéticos e saudades*.

propõe-se uma nova abordagem no estudo de objetos freqüentemente identificados com outros campos de análise.

Nessa perspectiva, ao reclamar para o campo dos estudos historiográficos a obra produzida pela primeira geração romântica, os lamentos de Monglave merecem maior atenção. Secretário-perpétuo do Instituto Histórico de Paris, Eugène Garay de Monglave foi o maior entusiasta e divulgador da cultura brasileira nesse Instituto:

acolheu com distinção tudo o que dizia respeito ao Brasil, comentou nossos livros, corrigiu informações erradas, deu cursos de literatura portuguesa e brasileira, e, finalmente, conduziu ao Instituto Histórico grande número de brasileiros.³⁵

O entusiasmo de Monglave pelo Brasil levou-o a solicitar, em carta dirigida a D. Pedro I, a 22 de outubro de 1828, a nacionalidade brasileira: “*Eu peço ser naturalizado brasileiro com toda a minha família*”. Na mesma carta ele comunica ao Imperador que embora estivesse ausente do Brasil para não prejudicar sua atividade literária, tinha como certo vir morrer aqui, para ser sepultado “*nos bosques do Catete*” ou “*nas margens de Nitheroy, onde os netos brincariam felizes*”³⁶.

Entre os agraciados com os poderes discricionários, exercidos por Monglave, de admitir novos sócios ao Instituto Histórico de Paris, destacam-se os três jovens brasileiros. Segundo Maria Alice de Oliveira Faria, não pode haver dúvida de que a partir do convite de Monglave, primeiramente, Porto alegre e Torres Homem e, em seguida, Gonçalves de Magalhães, são apresentados e admitidos como membros da primeira sociedade de estudos históricos formulada segundo as concepções românticas.

Idealizado por Monglave como uma Sociedade de erudição “que se ocupasse de pesquisas de caráter histórico em todos os ramos da ciência humana”³⁷, O Instituto Histórico de Paris ganha contornos a partir de 27 de novembro de 1833, data

³⁵ Faria, Maria Alice de Oliveira, “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”, in Revista do IHGB, Vol n° 266, Jan-março de 1965.

³⁶ Souza, Octavio Tarquínio de. História dos fundadores do Império do Brasil - Fatos e personagens em torno de um regime. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1957.

³⁷ Faria, Maria Alice de Oliveira, op .cit. pg 74

do pedido de registro de criação da nova sociedade junto ao Ministério da Instrução Pública. Ainda que a iniciativa de Monglave seja tradicionalmente identificada com seu caráter aventureiro e voluntarioso, a fundação do Instituto se insere em uma série de trabalhos dedicados à história realizados por Monglave desde 1825³⁸.

Oficialmente fundado a 29 de dezembro de 1833, apenas em abril de 1834 realiza-se a sessão inaugural do Instituto com a presença de grandes nomes do mundo intelectual. Além de Joseph Michaud (Presidente do Instituto) estavam presentes Lamartine, Michelet, Chateaubriand, Saint-Hilarie, André-Marie Ampère, ente outros³⁹.

Em sua segunda assembléia-geral, realizada a 6 de abril de 1834, Eugène de Monglave é nomeado secretário-perpétuo da Sociedade enquanto assiste à aprovação unânime dos estatutos redigidos por ele. Divididos em seis seções, os membros do Instituto Histórico de Paris foram distribuídos conforme a seguinte ordem de interesses: História Geral, História das Ciências Sociais e políticas, História das línguas e das literaturas, História das físicas e matemáticas, História das Belas-Artes e História da França.

Essa estrutura, a qual sofreria algumas modificações no ano de 1836 inspirou uma série de artigos enviados ao Instituto ainda em 1834. Aprovado pela Assembléia nesse mesmo ano, o *Journal de l'Institute Historique* iniciou sua longa trajetória⁴⁰ entre os festejos e aplausos do mundo intelectual parisiense. Entre os trabalhos publicados no ano de inauguração do periódico francês, encontra-se uma

³⁸ Durante o período em que se dedicou ao jornalismo Eugène de Monglave trabalhou em traduções e obras de caráter historiográfico. Entre elas: *Histoire resumée des Etats Unis (1825)*, *Résumé de l'histoire du Mexique (1828)* e *Histoire des Conspirations des jésuites em France*. Além dessas, é válido destacar, um trabalho de interesse especial para a historiografia brasileira: *Correspondance de Don Pedro premier, Empereur Constitutionnel du Brésil, avec le feu Roi du Portugal Don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil*. Nesse trabalho estão reunidas em 360 páginas, 32 cartas de D. Pedro I escritas entre 8 de junho de 1821 a 4 de agosto de 1822.

³⁹ A lista completa aponta trinta e três membros. Embora identificados como sócio-fundadores Gonçalves de Magalhães, Porto alegre e Torres Homem não estavam presentes à sessão.

⁴⁰ A partir de 1840 o *Journal de l'Institut Historique* passou a chamar-se *L'Investigateur* e, em 1863, *Revue de la société des Études Historiques*. Do período que se estende de 1884 a 1939 é novamente rebatizado: *Revue des Études Historiques*. Nesse ano encerra suas atividades em virtude do início da II Guerra Mundial.

comunicação intitulada “*Resumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil, par trois brésiliens, membres de L’Institut Historique*”⁴¹.

Os três brasileiros, membros do Instituto Histórico, apresentaram um ensaio, no qual temas como a literatura nacional, as artes e as Ciências no Brasil, são discutidas com o intuito de problematizar uma série de questões relacionadas à realidade política e social brasileira.

Na avaliação de Antonio Candido, para quem o ensaio constituiu-se como a transição entre o Parnaso de Januário da Cunha Barbosa e a Nitheroy, a proposta da Comunicação é a de que na nossa cultura havia “uma continuidade literária, um conjunto de manifestação do espírito, provando a nossa autonomia em relação a Portugal”⁴². Além disso, Candido aponta que os jovens românticos exprimem, ainda que vagamente, a idéia de que autores como Santa Rita Durão, José Bonifácio, ou mesmo, Souza Caldas, haviam apontado caminhos no que se refere a temas e sentimentos.

Nas duas proposições a conclusão em destaque se relaciona ao significado literário do citado artigo de Gonçalves de Magalhães, Porto alegre e Torres Homem. Isso equivale a dizer que tanto por provar a autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa, quanto por sinalizar novos caminhos no cultivo das letras, a análise se limita à avaliação da história da literatura propriamente dita. Essa observação, antes de diminuir o estudo proposto por Candido, pretende ressaltar outras perspectivas na investigação do artigo em análise.

Tais perspectivas revelam novas facetas no estudo da Comunicação apresentada pelos estudantes brasileiros na França. Em um primeiro plano, destaca a função do Instituto Histórico de Paris como lugar de sociabilidade; como espaço para a interação e desenvolvimento das atividades intelectuais cultivadas por esse grupo. Com isso o Instituto, certamente, não apenas acolhe os estudiosos que lá se encontram, mas também, exerce significativa influência na formatação de suas idéias.

⁴¹ O trabalho é de autoria de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto alegre e Francisco Sales Torres Homem que se dedicam, respectivamente, ao estudo da literatura, das Belas Artes e das Ciências no Brasil.

⁴² Candido, Antonio. Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. v2.

No caso dos jovens estudantes convidados por Monglave, o já citado ensaio, apresentado no Instituto Histórico de Paris, representa a primeira atividade coletiva empreendida pelo grupo. Ou seja, a primeira geração romântica da literatura brasileira, se concebe e se desenvolve como grupo, a partir da Comunicação apresentada em Paris.

Assim, ao minimizar, ou simplesmente ignorar a ressonância exercida sobre a formação do pensamento brasileiro pelo Instituto Histórico de Paris, a historiografia negligenciava uma série de fenômenos distintos⁴³. Esses fenômenos, dessa forma, ainda que analisados sob outras perspectivas, demandam estudos que os focalizem em sua relação com o citado Instituto.

Com isso, por exemplo, a criação, no ano de 1838, do Instituto Histórico Brasileiro, estabelece uma nítida vinculação com seu congênere francês. A formatação, os princípios e objetivos das duas instituições apresentam uma similaridade que permite inscrevê-las no mesmo plano de ação. Assim, é possível estabelecer paralelos entre as duas sociedades e visualizar uma comunidade de valores intelectuais e filosóficos⁴⁴.

Outro exemplo instigante refere-se à influência que o Instituto Histórico de Paris exerceu sobre o projeto e a realização da revista *Nitheroy*. A idealização do periódico nasceu a partir da convivência e das atividades que seus redatores desempenharam naquele instituto. Para além desse fato, o já mencionado *Journal de L'Institut Historique* serviu de modelo e inspiração no formato da revista *Nitheroy*.

Entretanto, a constituição do chamado grupo de Paris, tradicionalmente indicado como o núcleo da primeira geração do romantismo brasileiro, representa um dos fenômenos negligenciados pela crítica que no presente trabalho será objeto de análise.

⁴³ Pinassi, Maria Orlanda. Três devotos, uma fé, nenhum milagre: *Nitheroy* Revista brasiliense de Ciências e artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

⁴⁴ Como informa Maria Alice de Oliveira Faria, in. op.cit, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário-perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião do primeiro aniversário dessa instituição, escreveu carta ao Instituto Histórico de Paris comunicando que citou e traduziu por extenso a carta de felicitação dessa Sociedade ao Instituto do Rio, quando este foi criado. Nesse ano o Instituto Histórico de Paris registrou longo debate a propósito da criação do IHGB, publicando os estatutos dessa instituição bem como o discurso de fundação de autoria de Januário.

Ainda que as idéias apresentadas por Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto alegre e Sales Torres Homem na Comunicação escrita em 1834, apareçam com mais vigor e melhor elaboração na revista *Nitheroy*, ou mesmo, nas obras produzidas por esses autores após 1836, nesse primeiro momento, o Instituto Histórico de Paris permite a integração do grupo e a concretização de suas idéias.

2. A reforma pelas letras: o projeto político da revista *Nitheroy*.

Com o subsídio do negociante brasileiro Manuel Moreira Neves⁴⁵, o Grupo de Paris apresenta aquela que seria identificada como a primeira revista romântica da literatura brasileira. Essa identificação, ocorrida ainda no século XIX, justifica-se, em boa medida, em virtude do artigo⁴⁶ publicado por Gonçalves de Magalhães, acerca do estado da literatura do Brasil, ter alcançado o status de estopim de um amplo processo de renovação cultural.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda se o volume de poesias⁴⁷ publicado por Magalhães em 1836 quisera, ao mesmo tempo, ser o nosso Prefácio de Cromwell⁴⁸ e o grito do Ipiranga da poesia, o manifesto que no mesmo ano publicava esse autor na revista *Nitheroy*, refletia em um só movimento as duas aspirações. Para Buarque de Holanda essas aspirações devem ser entendidas em função do impacto ocasionado com a difusão das idéias de Gonçalves de Magalhães.

⁴⁵ Ainda que sejam identificadas, nos estudos sobre a revista *Nitheroy*, inúmeras referências a Manuel Moreira Neves, como financiador da empresa editorial publicada em Paris, nenhum outro dado biográfico foi localizado para estruturar um perfil mais preciso desse negociante brasileiro.

⁴⁶ Gonçalves de Magalhães, D.J. “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil – estudo preliminar”, in *Nitheroy*, revista brasiliense: ciências, letras e artes. Edição Fac-similar: São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1978.

⁴⁷ O volume referido é o poema *Suspiros poéticos e saudades*, publicado em Paris pela Paris Mausot.

⁴⁸ A alusão feita por Sérgio Buarque de Holanda faz referência à obra *Prefácio de Cromwell* de autoria de Victor Hugo publicada no ano de 1827. Segundo o crítico Pierre Grosclaude a citada obra só veio a público após anos de laboriosos estudos. Na avaliação desse autor “*La Préface de Cromwell est un événement littéraire capital. Elle est à la fois l’aboutissement d’une évolution des esprits, le résultat d’une fermentation profonde – et l’expression achevée de ce travail intérieur qui s’est effectué dans la pensée du jeune Hugo depuis ses premières prouctions poétiques*”.

Com o aparecimento de Magalhães enunciam-se assim três sucessos de maior importância para o desenvolvimento ulterior de nossa literatura. É ele, a um só tempo, o pioneiro do nacionalismo literário entre nós (teoricamente do próprio indianismo romântico), o arauto do Romantismo brasileiro e finalmente, mas ‘not least’, da orientação francesa de nossa vida espiritual, orientação que ainda prevalece nos dias atuais.⁴⁹

A análise proposta pelo historiador ressalta uma dupla intenção no manifesto de Gonçalves de Magalhães ao mesmo tempo em que elucida as funções desempenhadas por esse autor no universo cultural brasileiro. Por um lado o manifesto pretende representar o grito do Ipiranga da poesia, libertando-a do jugo das tradições classicistas da literatura portuguesa e, instaurando um novo conjunto de valores e idéias. Nesse sentido Magalhães exerce, na análise de Holanda, a primeira de suas funções, tornando-se o pioneiro do nacionalismo literário entre nós.

De outra forma, o manifesto de Magalhães intenta apresentar, como o Prefácio de Cromwell, novos caminhos pelos quais deve a literatura caminhar. Essa aspiração exige o exercício, por parte de Gonçalves de Magalhães, de duas atividades distintas: é o arauto do Romantismo brasileiro e da orientação francesa de nossa vida espiritual.

Ora, as análises do historiador Sérgio Buarque de Holanda, embora estipulem distinções nítidas nos papéis desempenhados por Gonçalves de Magalhães, apontam a existência, na obra desse autor, de “uma zona onde a literatura confina com a política, sem que as separe uma linha muito nítida”.⁵⁰ Da mesma forma, ainda segundo Buarque de Holanda, a compreensão do romantismo brasileiro não se pode processar a partir do entendimento desse, exclusivamente, como escola literária.

Ao lado de nosso romantismo e inseparável dele existiu no Brasil todo um cortejo de formas e de idéias que convém pôr em relevo para a boa inteligência desse movimento, mas que não pertence, em verdade, à história da literatura. Houve uma política, uma sociedade, um clero obediente à mesma inspiração que animou aquela escola de poetas, e é explicável assim que tratassem de conformar aos seus ideais o nosso povo, enquanto este foi matéria plástica e maleável.

⁴⁹ Holanda, S.B. de. Prefácio literário in, Magalhães, D.J.Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; INL – Instituto Nacional do Livro, 1986.

⁵⁰ Holanda, S.B. de. Op. cit, pg 13.

A imagem que assim fabricaram ainda vive conosco e está vinculada ao que prezamos por mais nosso, mais isento dos contatos de fora.⁵¹

Logo, o manifesto publicado por Gonçalves de Magalhães, bem como o próprio movimento romântico, devem ser entendidos em uma dimensão histórica e, não apenas em função das análises literárias sobre tais objetos. No entanto, a crítica, ao consagrar o ensaio de Magalhães como o Manifesto romântico brasileiro, constituiu uma idéia que se vem cristalizando na estrutura periodizada da nossa literatura.

Desde o aparecimento dos dois volumes da Nitheroy “sua presença tem sido obrigatória nos anais de literatura”⁵². Ainda assim, embora inúmeras referências tenham sido feitas, pelos historiadores da literatura brasileira à Nitheroy, segundo o crítico Antônio Soares Amora, “tais referências insistem no papel desse periódico no processo de formação de nosso movimento romântico”⁵³.

A crítica ponderada do professor Soares Amora antes de negar as funções desempenhadas pela revista Nitheroy na formação do romantismo brasileiro, pretende ampliar as análises sobre esse periódico. Para ele os estudos empreendidos sobre a revista foram realizados sob uma perspectiva restritiva. Ou seja, as análises, tradicionalmente realizadas, desprezaram o significado histórico, a inserção da publicação no periodismo internacional e o conjunto dos trabalhos apresentados, para se debruçarem exclusivamente sobre as funções literárias desempenhadas pela revista. Em outras palavras: ocorre uma cristalização da idéia de que o “manifesto romântico” de Magalhães encerra em si os possíveis significados e valores da revista Nitheroy.

As observações do professor Antônio Soares Amora nos conduzem a duas questões distintas. Em primeiro lugar ao analisar a Nitheroy, exclusivamente a partir dos significados do trabalho de Magalhães, a crítica exclui outras perspectivas de análise sobre o conjunto do periódico, naturalizando-o como objeto dos estudos literários. Em segundo plano, essa perspectiva reduz a riqueza documental da citada

⁵¹ Holanda, S.B. de. Idem, p.14.

⁵² Pinassi, Maria Orlanda. Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

⁵³ Amora, Antônio Soares. O romantismo. São Paulo: Cultrix, 1967.

revista negando a condição de objeto de estudo aos demais trabalhos publicados na Nitheroy.

Na visão do crítico é necessário ir além. É fundamental “entrar no estudo da significação dessa revista no periodismo nacional e mesmo estrangeiro da época, e na análise de seus propósitos e de seu conteúdo”⁵⁴. Essa reivindicação, ainda na análise de Soares Amora, se justifica na medida em que, sem embargo de ter representado um fator do romantismo no Brasil, a Nitheroy constituiu-se como um índice de um modelo de renovação cultural que seus jovens redatores queriam introduzir no país.

Na visão da historiadora Maria Orlanda Pinassi ao assumir a tarefa de realizar uma reforma cultural no Brasil, a Revista Nitheroy se torna emblemática das características que simbolizam a recente transição política. Nas palavras da autora, “os jovens idealizadores mais conhecidos da revista – Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto alegre e Francisco Sales Torres Homem – aceitaram o desafio de decodificar e criticar a superficialidade política do rompimento com o pacto colonial, publicando um dos registros mais interessantes dessa fase particularmente rica da história brasileira”⁵⁵.

Os propósitos da empresa editorial, expressos na apresentação do primeiro volume, acenavam com esse amplo processo de renovação cultural. Na visão dos jovens redatores era necessária uma obra periódica que

desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da Pátria⁵⁶.

Para seus autores, isso seria alcançado a partir da publicação de “considerações sobre todas as matérias que devem merecer a séria atenção dos brasileiros”⁵⁷.

⁵⁴ Amora, Antônio Soares. op. cit., p.14.

⁵⁵ Pinassi, Maria Orlanda. op.cit p.54.

⁵⁶ Nitheroy, revista brasiliense, ciencias, letras e artes. “Ao leitor [apresentação S.A], In: op. cit, p.5.

⁵⁷ Idem, p.7.

Com esse intuito, antes de ceder “à facilidade de transcrição de abundante material encontrável em revistas e jornais semelhantes”⁵⁸, a Nitheroy, embalada por seus propósitos patrióticos, representou uma publicação de amplo espectro temático e de natureza programática. Na concepção de seus editores, o movimento de emancipação havia inaugurado um complexo processo cujas conseqüências atingiriam os mais variados níveis da vida brasileira. Diante desse quadro seria necessário apresentar um projeto cultural, político e literário, sintonizado com a nova realidade da Independência.

É essa percepção, de que às transformações operadas no campo político corresponderiam mudanças iguais no campo cultural, que lança as bases do projeto da revista Nitheroy e, de certa forma, do incipiente movimento romântico brasileiro. Segundo Antonio Candido ainda que fiquem indicadas certas linhas consideradas pré-românticas, expressas nas vagas e contraditórias manifestações da Sociedade Filomática, na nostalgia de Borges de Barros ou ainda no cristianismo lírico de Monte Alverne, só se pode falar de renovação cultural, de literatura nova, a partir do grupo da Nitheroy.

Reunidos em Paris, esses jovens brasileiros entraram em contato com as novas orientações literárias, “cabendo certamente a Magalhães a intuição decisiva de que elas correspondiam à intenção de definir uma literatura nova no Brasil, que fosse no plano da arte o que fora a Independência na vida política e social”⁵⁹.

Geralmente atribuída a Gonçalves de Magalhães, essa primeira noção acerca da necessidade de reformar o panorama cultural brasileiro modela a estrutura temática da Nitheroy conduzindo seus jovens editores a elaborarem uma revista cujo conteúdo fosse

de alto interesse para o que sentiam ser (como de fato era) o momento nacional, gravemente crítico, porque, se de um lado vínhamos tomando, desde a Abdicação de Pedro I, em 1831, a responsabilidade total dos destinos do país, de outro exauríamos todas as energias nacionais e arrefecíamos todos os

⁵⁸ Soares, Antônio Amora. Idem, p.18.

⁵⁹ Candido, Antonio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

entusiasmos patrióticos, numa crise política que parecia não ter solução, no regime regencial vigente, e, mais grave ainda, punha em perigo a unidade e a sobrevivência nacionais.⁶⁰

Dessa forma a revista *Nitheroy* surge com o objetivo de superar a mencionada crise política, a partir do cultivo das letras e das artes em geral. Os estudantes brasileiros em Paris, entusiasmados com a promessa de prosperidade plena, que assinala as primeiras décadas do século XIX, propõe um projeto no qual se visualiza as possibilidades de progresso partindo-se da inserção do Brasil no universo civilizado ocidental.

A iniciativa editorial capitaneada por Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto alegre e Sales Torres Homem, embora limitada a dois números, com 188 e 264 páginas, respectivamente, viu seus ambiciosos propósitos lograrem êxito, na medida em que inaugurou uma nova fase no pensamento brasileiro.

Em instigante artigo publicado no ano de 1857, portanto, duas décadas depois da publicação da *Nitheroy*, Macedo Soares, sustentando as mesmas idéias propostas pelos editores dessa publicação, identificava a disposição de renovar a cultura brasileira, bastando apenas “inteligência culta, imaginação viva, sentimentos e linguagem expressiva, eis os requisitos subjetivos do poeta; tradição, religião, costumes, instituições, história, natureza, eis os materiais”⁶¹. Ao longo de seu trabalho ele propõe uma fórmula com o intuito de dotar o Brasil de uma literatura que exprimisse de maneira adequada a sua própria realidade.

Os costumes são, se assim me posso exprimir, a cor local da sociedade, o espírito do século. Seu caráter fixa-se mais ou menos segundo as crenças, as tradições e as instituições de um povo. Eles devem transparecer em toda a poesia nacional, para que o poeta seja compreendido pelos seus concidadãos. Quanto à natureza, considerada como elemento da nacionalidade da literatura, onde ir buscá-la mais cheia de vida, beleza e poesia (...) do que sob os trópicos? Em suma: despir de andrajos e falsos atavios, compreender a natureza, compenetrar-se do espírito da religião, das leis e da história, dar vida às reminiscências do passado; eis a tarefa do poeta, eis os requisitos da nacionalidade da literatura.

⁶⁰ Soares, Antônio Amora. *Ibidem*, p.20.

⁶¹ Soares, Macedo. “*Considerações sobre a atualidade de nossa literatura*”, III, EAP, N° 3-4, p.396., cit in Candido, Antonio. *Ibidem*.

No entendimento de José Veríssimo, o projeto político e estético apresentado nas páginas da Nitheroy assinala a emancipação literária brasileira na medida em que as letras cultivadas no Brasil passam a representar “a expressão de um pensamento e sentimento que não se confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa”⁶².

Na avaliação de Veríssimo, ainda que se possa sentir na poesia brasileira do final do século XVIII algo que a separe da portuguesa, “por um ou outro poema em que se revê à influência americana”⁶³, somente com o grupo da Nitheroy se pode detectar uma inspiração oriunda de um consciente espírito nacional. Com isso, apesar das obras produzidas entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII ostentarem um certo apreço e entusiasmo pelas excelências naturais da terra brasileira, não se pode apontar a existência de um sentimento literário autônomo.

Esse sentimento, de liberdade literária, surge, na compreensão de Veríssimo, a partir do romantismo o qual produziu uma literatura ostensivamente nacionalista. Procurando definir os traços básicos do romantismo entre nós, o crítico nos alerta para o fato de ser esse movimento mais do que uma escola literária: o romantismo foi uma forma de pensamento geral.

Principalmente assinalaram o nosso romantismo: a simpatia com o índio, a intenção de o reabilitar do juízo dos conquistadores e dos nossos mesmos patrícios coloniais, o errado pressuposto de ele ser o nosso antepassado histórico, o amor da natureza e da história do país, encarados ambos com sentimentos e intenções estreitamente nativistas, o conceito sentimentalista da vida, o propósito manifesto de fazer uma literatura nacional e até uma cultura brasileira.⁶⁴

Conjugando basicamente os mesmos princípios para o entendimento desse amplo movimento cultural, a clássica análise do professor Antônio Candido, apresentada em um estudo mais elaborado, aponta que ao longo das primeiras décadas do século XIX, embora não se perceba uma ruptura evidente com os aspectos básicos

⁶² Veríssimo, José. *História da Literatura brasileira – de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998.

⁶³ Veríssimo, José, op. cit., p.16.

⁶⁴ Veríssimo, José, Idem.,p.19.

do movimento arcádico, inaugura-se uma nova maneira de expressão cultural graças a dois fenômenos: à Independência política e ao Romantismo. Para Candido esse novo projeto cultural surge a partir da Independência a qual contribuiu de maneira decisiva no desenvolvimento da idéia romântica. São três os elementos elencados por Antonio Candido na nova conformação cultural.

- a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do nativismo;
- b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos, nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria,
- c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional.⁶⁵

É válido observar que esses elementos representam no estudo de Antonio Candido uma redefinição de posições análogas do Arcadismo. Sua identificação atende aos propósitos do autor de determinar “a ruptura entre os dois períodos que integram o movimento decisivo da nossa formação literária, acentuando os traços originais do período novo”⁶⁶. Essa ruptura, situada entre o passado colonial e a nova realidade inaugurada a partir da Independência, simboliza a adoção de um conjunto de elementos que encerram em si um amplo movimento de renovação cultural.

Genericamente designada por Romantismo, essa renovação cultural encontra suas raízes na confluência de inúmeros fatores internos e externos. Essa convergência possibilitou o surgimento de uma reforma que buscou identificar as tendências locais a partir da definição de uma fórmula de fundação da cultura brasileira: a expressão nacional autêntica.

Os contemporâneos intuíram ou pressentiram esse fato, arraigando-se em consequência no seu espírito à noção de que fundavam a literatura brasileira. Cada um que vinha – Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, Franklin Távora, Taunay – imaginava-se detentor da fórmula ideal de fundação, referindo-se invariavelmente às condições previstas por Denis e retomadas pelo grupo da Nitheroy: expressão nacional autêntica.⁶⁷

⁶⁵ Candido, Antonio. op.cit., p.143.

⁶⁶ Idem, p.156.

⁶⁷ Ibidem, p.14.

Portanto, essa renovação cultural que se inicia na primeira metade do século XIX, pretende inaugurar a cultura brasileira a partir da definição autêntica dos valores e costumes nacionais. Essa definição, no entendimento da intelectualidade contemporânea, representava a reforma em si, na medida em que abandonava os valores coloniais herdados da antiga metrópole para exaltar a nova realidade independente da nação que se formava.

A nova conformação cultural exigia em função dos novos propósitos da atividade intelectual (a tarefa patriótica na construção nacional) a criação de novos instrumentos (uma literatura independente) para a expressão das temáticas que surgiam (o orgulho patriótico). Essa nova configuração constitui a proposta editorial que empolga a revista *Nitheroy*. Buscando dar vazão à mencionada reforma, os jovens redatores da publicação apresentaram uma série de trabalhos sintonizados com esse espírito renovador.

Ainda que cada trabalho publicado reserve uma singularidade muito específica, reunidos, os artigos apresentados à *Nitheroy*, compõe um mosaico de idéias caracterizado por uma acentuada ânsia de ruptura com o passado colonial.

Carregando de culpa as empresas do colonizador português, baseadas, sobretudo em formas de opressão estética e material, na revista *Nitheroy* é proposta uma ruptura com os valores coloniais, representados principalmente pelas normas clássicas e universalizantes que impediam a manifestação das particularidades brasileiras do espírito e da natureza. O passado, portanto, haveria de ser corrigido, mas, para isso, era mister abandonar a cultura da imitação e da generalização imposta pelos padrões portugueses.⁶⁸

A “correção do passado” exigiria, portanto, a adoção de dois princípios interligados. De um lado o rompimento com o processo de dominação colonial, expresso no sentimento antilusitano e no abandono da estética portuguesa; de outro a inserção do Brasil no universo civilizado ocidental, presente, sobretudo, nas manifestações das peculiaridades nacionais.

Ainda assim é necessário observar que a ruptura proposta nas páginas da revista *Nitheroy* não encontrou eco imediato na realidade histórica do país. Com isso,

⁶⁸ Pinassi, Maria Orlanda. *Ibidem.*, p. 24.

embora a construção imagética da sociedade brasileira buscasse uma diferenciação com o colonialismo português, após a Independência e, por mais de meio século, foi mantido o modelo colonial assentado no escravismo, no provincianismo e na mentalidade patriarcal.

As idealizações projetadas pelos redatores da *Nitheroy* assumiram a complexa tarefa de propor uma reforma da sociedade brasileira a partir do abandono das tradições culturais herdadas, cultuadas e cultivadas por mais de três séculos de domínio colonial. Embora crentes na idéia de que a implantação do que chamavam “processo civilizatório” fosse meramente uma questão de tempo, os idealizadores da revista elaboraram então discursos cuja sustentação ideológica encontrava-se ora na análise histórica superficial, ora em simples conceitos morais de filiação cristã.

Nessa elaboração as contrariedades e complexidades do universo brasileiro desaparecem diante da suposição teleológica do colapso da instituição escravista e do abandono da mentalidade aristocrática. O Brasil que aparece no discurso fundador, exposto nas páginas da revista *Nitheroy*, é, portanto, ambíguo. Ao Brasil inserido no projeto modernizador, ocidentalizante, imbuído do espírito ilustrado dos novos tempos, enfim, ao Brasil independente, se junta o Brasil do atraso, do pelourinho, da indústria defasada, o Brasil colonial.

O confronto entre esses dois Brasis é estimulado nos artigos apresentados à *Nitheroy*. Da luta acirrada entre esse Brasil moderno e industrial e o Brasil desprovido do espírito criador, revelam-se os propósitos da empresa editorial comandada por Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto alegre. O choque entre o Brasil que procura impor os novos paradigmas civilizatórios e o Brasil que preserva o universo mental herdado do antigo regime, denuncia os objetivos da revista *Nitheroy*: estender a independência política para o campo da economia, da literatura, da ciência, enfim, das letras e artes em geral.

Comprometidos com essa ambiciosa pretensão os jovens redatores do periódico acreditavam que ela só seria alcançada a partir da dilatação dos efeitos da emancipação política para todas as esferas da vida brasileira.

Para isso, detectavam-se pré-condições para a realização de suas idealizações que não vinham de fonte puramente abstrata: a imagem de Brasil grande, de natureza paradisíaca, exótica, manancial inesgotável para o enobrecimento da vida espiritual e material é enfocada, sobretudo nos artigos que tratam de literatura, artes e filosofia; em contraposição, os artigos sobre economia e crédito público, relações de trabalho, ciências e técnicas de melhoramento da produção agrícola e educação industrial oferecem alternativas e desnudam a imagem de um Brasil grotesco, escravocrata, violento, atrasado e supersticioso, resquícios do passado dominado pelo português.⁶⁹

Seguindo as análises da historiadora Maria Orlanda Pinassi, fica evidente que as imagens sobre a civilização brasileira, construídas pela primeira geração romântica em seus trabalhos publicados na revista *Nitheroy*, revelam um jogo sutil de conceitos em oposição. Isso significa dizer que no momento em que procura oferecer respostas às questões que surgem com o movimento de 1822, a jovem intelectualidade brasileira recorre a uma análise de apelo maniqueísta. Portanto, os trabalhos publicados na *Nitheroy* apresentam abordagens diametralmente opostas de acordo com as imagens que se quer construir.

⁶⁹ *Ibidem.*, p. 21.

CAPÍTULO III

A TRADIÇÃO INTERROMPIDA

A proposta de reforma cultural que representa o propósito da empresa editorial apresentada pelo Grupo de Paris revela, nas páginas da *Nitheroy*, dois pressupostos para sua efetivação: o repúdio às tradições metropolitanas e a busca das tradições originais da cultura brasileira. Esses pressupostos, embora diametralmente opostos, como observado anteriormente, simbolizam etapas diferentes de um mesmo projeto.

O objetivo deste capítulo é indicar as imagens construídas por um conjunto de artigos apresentados à publicação que buscava abandonar as tradições portuguesas partindo de um discurso depreciativo sobre essas mesmas tradições.

1. A tradição portuguesa: um estorvo para o florescimento do Brasil.

Desgraçada mocidade! Desgraçado Brasil! Com essas exclamações Francisco Sales Torres Homem encerra um instigante artigo⁷⁰ publicado no segundo volume da revista *Nitheroy*. O texto do jovem ensaísta, inicialmente destinado à análise do recente volume de poesias oferecido pelo escritor Gonçalves de Magalhães, percorre

⁷⁰ Homem, F.S.Torres. “*Suspiros poéticos e saudades, per D.J.G de Magalhães*”, in *Nitheroy, revista brasiliense sciencias, lettras e artes*, Tomo I, N° II, Paris (1836)

o caminho da apreciação literária de mãos dadas com o estudo geral das idéias no Brasil.

O pessimismo presente no artigo traduz o descontentamento com os “homens que dirigem os destinos do Brasil”, os quais, nas palavras de Torres Homem, “sem compreender as condições de sua missão, parecem ter dado as mãos a todas as influencias do mal para agravar o estado da triste epocha em que vivemos”⁷¹.

As observações de Francisco Sales Torres Homem têm por intuito, a partir de uma crítica contundente à direção dada aos negócios públicos, apresentar o quadro geral da realidade brasileira que “pesa sem esperança como uma massa de ferro sobre todos os bons espiritos”⁷². Valendo-se da ironia, o ensaísta confessa o receio de “ler nas gazetas, que por mandado da sabia, e liberal Administração o fogo fora lançado aos estabelecimentos consagrados aos progressos da intelligencia, e da civilização”⁷³.

Essa ausência de esperança encontra suas raízes em diferentes motivos. Em primeiro lugar Torres Homem identifica a permanência de determinadas práticas políticas, herdadas da administração colonial, as quais impossibilitam o desenvolvimento e o progresso do país. Além disso, a persistente ingerência da cultura clássica, introduzida entre nós por mãos portuguesas, estorvava o florescimento das ciências e das artes a partir de valores ligados à realidade brasileira.

É válido observar que mesmo indicando diferentes razões para justificar a crise que caracterizava o cenário brasileiro, Francisco Sales Torres Homem sinaliza um ponto de convergência entre elas: a manutenção, seja no campo político-administrativo, seja no universo cultural, dos modelos e valores transmitidos pela metrópole portuguesa.

Portanto, no entendimento desse autor e, filiado às concepções políticas e estéticas da revista *Nitheroy*, o estado de decadência da sociedade no Brasil é decorrente do sistema fundado pelo pacto-colonial e, pela sobrevivência das tradições lusitanas.

⁷¹ Homem, F.S.Torres, op cit, p. 255.

⁷² Idem, p. 255.

⁷³ Idem, ibidem, p.255.

Essa sobrevivência impedia o surgimento de um novo paradigma tanto na condução da vida política, quanto no desenvolvimento das artes e das ciências.

Essa nova concepção apareceria alguns anos mais tarde em panfleto publicado por Francisco Sales Torres Homem. *O libelo do povo*, escrito após a dissolução da Câmara em fevereiro de 1849 e, publicado sob o pseudônimo Timandro⁷⁴, pretendia reconstruir a história da revolução no Brasil desde a independência. Reconstruir a história das disputas entre o Partido Liberal e o Poder moderador, instrumento dos príncipes da Casa de Bragança e de uma facção recolonizadora⁷⁵.

Para Timandro o embate entre o espírito nacional e o interesse recolonizador encontra seu marco fundante na “revolução da independência”, momento no qual se teria celebrado um novo pacto entre a nação e a monarquia.

A revolução da independência, que devolveu-nos a posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo. No interior como no exterior, esse princípio que é a pedra angular dos estados livres, tornava-nos árbitros únicos, supremos e absolutos de nossos próprios destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha da organização política, que desde então devia rege-lo; só a ele e a mais ninguém cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços, que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda natureza, que anulava e excluía as pretensões da realeza, da conquista.⁷⁶

Ao longo de suas análises, Timandro aponta a ruptura unilateral do pacto celebrado em 1822. Nas palavras do autor, já em 1824, o “povo brasileiro” havia sido traído quando o príncipe, “herdeiro dos vícios dos Braganças”, associado a uma facção anti-nacional, dissolveu a Constituinte, outorgou a Carta Constitucional e reprimiu

⁷⁴ Com o propósito de se resguardar Torres Homem fez uso do pseudônimo Timandro inspirado na figura de *Tímon de Atenas*, o misantropo. No entanto, o recurso adotou uma apropriação invertida do personagem: no lugar do estado de desencanto e melancolia, Torres Homem escreveu embalado pela esperança no progresso.

⁷⁵ Marson, Izabel Andrade. “O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica.”, In: Freitas, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

⁷⁶ Homem, F.S. Torres. *O libelo do povo*, In: R. Magalhães Jr. *Três planfletários do segundo reinado*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1956, p47-126.

violentamente as legítimas reações dos cidadãos envolvidos na Confederação do Equador.

Após a abdicação de Pedro I e a retomada do controle político pelos “nacionais”, Timandro acredita ver, no Ato Adicional de 1834, a cristalização do movimento revolucionário que há tanto aguarda. Na compreensão do autor as medidas introduzidas pelo Ato de 1834, ao inaugurarem o princípio da eleição dos regentes, delegaram às províncias o exercício de escolha de seus próprios representantes. Em outras palavras, instauraram o “regime federativo, seiva animadora da civilização(...) porque multiplica os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo entorpecido onde a vida aparece aqui e ali, mas em cujo restante não penetra”.⁷⁷

Entretanto, a cristalização do movimento revolucionário durou pouco. Segundo Timandro, como produto da “rotação caprichosa do destino”, a saída de Feijó em 1837 representou um novo rompimento do pacto instituído pela independência. A nova regência, de Araújo Lima, deu início à desconstrução de toda a obra revolucionária.

Essa constatação, no entanto, não desanima o autor de seus propósitos “revolucionários”. Crente na vitória dos “interesses brasileiros”, Timandro prevê a chegada do dia da regeneração.

Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania.⁷⁸

É válido perceber, no entanto, que esse discurso “revolucionário” ainda não estava presente nos trabalhos apresentados em 1836 a Nitheroy. A postulação dos ensaístas que colaboraram com a revista era expressa a partir de outros conceitos e, assentava-se na necessidade de ruptura com os vínculos políticos e culturais do período colonial.

⁷⁷ Homem, F.S Torres, op cit, p 90.

⁷⁸ Idem, ibidem, p.126.

Na visão dos editores da publicação era necessário, dessa forma, interromper a tradição colonial, escravista, mercantilista, ou seja, romper com a tradição portuguesa, para o aparecimento de uma nova tradição, uma tradição nacional. Com esse propósito os editores da revista patrocinaram a veiculação de uma série de artigos que indentificavam o período colonial e, a cultura classicista portuguesa como os responsáveis pelo “excesso dos males” que frustram o progresso nacional.

Em artigo dedicado à apreciação crítica sobre a obra de Gonçalves de Magalhães, Torres Homem aponta a existência de uma reação aos fundamentos ideológicos e estéticos da antiguidade clássica, os quais serviam de modelo e motivação ao pensamento ocidental até o início do século XIX.

O vago das lembranças do berço da civilização moderna, os sublimes pensamentos do Christianismo, a simplicidade das scenas da natureza, que tão tocantes relações offerecem com as miserias do nosso coração, pareceram uma fonte de emoções mais delicadas e verdadeiras, que os engenhosos sonhos da antiguidade.⁷⁹

Na avaliação desse autor os conceitos e idéias da antiguidade não mais conseguiam traduzir os sentimentos que surgiam nas primeiras décadas dos Oitocentos. Esse fenômeno provocava uma produção artística, ou incitava uma sensibilidade poética despegada dos hábitos naturais brasileiros.

Essa poesia remanescente da poeira de um mundo, que acabou, transportava-nos fora da sphaera dos nossos habitos, principios e costumes, e nem o segredo podia adivinhar dos nossos sentimentos.⁸⁰

E ainda acrescenta mais adiante:

Preciso era, que de industria nos transformasse-mos em Gregos, e Romanos, despindo-nos de tudo o que constitui a individualidade do homem de hoje, por que nos internecessemos pelo pantheismo phenomenal da Grécia e Roma, e pelos sentimentos estrangeiros d’estas ilustres mortas.⁸¹

Ora, Torres Homem lamenta e repudia a influência da cultura clássica sobre o universo cultural do Brasil. Essa herança impedia a expressão artística nacional

⁷⁹ Idem, ibidem, p.246.

⁸⁰ Idem, ibidem, p.246.

⁸¹ Idem, ibidem, p.247.

autêntica e estorvava o surgimento de uma cultura que estivesse vinculada aos valores que traduzissem os sentimentos nacionais. Com isso o autor inicia uma análise sobre aquilo que ele chama de “reação contra a imitação da poesia antiga”.

Em suas análises, Torres Homem indica que o Cristianismo é o grande agente responsável por esse movimento ao banir do universo as elegantes divindades, de que povoara o mundo a mitologia. Segundo ele essa reação abriu nova carreira à poesia, que até então precisava buscar inspiração nas ficções de Hesíodo e Homero.

Primeiro observado na Europa, esse movimento se inicia no Brasil, nas palavras do escritor, a partir do já citado trabalho de Gonçalves de Magalhães. No entendimento de Torres Homem, até então os escritores brasileiros, a literatura brasileira, encontrava-se em atraso “batendo a estrada sediça, e dizendo-se inspirada pelas musas palidas e decrepitas do Parnaso”.

Mas eis que um jovem Poeta da nossa escola, nascido debaixo do ceó pomposo do Rio de Janeiro, ardente de futuro, e de gloria, com a cabeça repleta de hamonias, e o coração pesado de nobres emoções, acaba de revelar a pobreza da nossa literatura com um volume admiravel de poesias.⁸²

Nessa perspectiva o surgimento de Gonçalves de Magalhães no cenário cultural inicia uma nova fase na história literária brasileira, ao buscar inspiração nos valores e costumes locais e, repudiar a tradição clássica da antiguidade ocidental, implantada entre nós a partir da literatura portuguesa.

Profundo sentimento dos segredos do gosto, o qual é o bom senso do genio, sentimento bem raro nas produçoens da mocidade levada sempre para o grandioso extravagante; riqueza, variedade e excellente concepção de imagens, que imprimem um effeito magico a doce melancolia do poeta; perfume e unção religiosa espalhadas sobre as scenas da natureza; elevação dos pensamentos phylosophicos inspirados pela escola idealista Allemã, e pelas doutrinas do cristianismo; pureza, e pompa de versificação, taes são em resumo os meritos dos Suspiros poéticos do Sr. Magalhaens.⁸³

Rompendo com o classicismo lusitano e instalando no seio da produção literária um novo modelo que deve guiar as preocupações dos escritores brasileiros, a

⁸² Idem, ibidem, p.247.

⁸³ Idem, ibidem, p.248.

obra de Magalhães desempenha no campo cultural, segundo a interpretação de Torres Homem, as mesmas funções que a independência política de 1822.

Com o intuito de justificar seus apontamentos, o jovem ensaísta esboça uma análise estética do volume de poesias. Além de destacar “O canto do Cysne”, Torres Homem nos chama a atenção para o cântico de Waterloo, “composição notável pela novidade da expressão”, e que indica a ruptura com a tradição clássica.

Para entoar o cântico d’esse drama terrível, que se chama a batalha de Waterloo, donde a mais gigantesca realidade, que há passado sobre a terra, foi exhalar-se como um sonho na extremidade solitária dos trez continentes, o engenhoso vate suffoca por momento os accents favoritos do seu coração. Aqui não soa mais essa voz docemente gemeabunda na Musa, que soffre com o expetaculo da vida; seu entusiasmo parece accender-se no fogo do raio, e o tumulto das armas lhe ritine nos versos.⁸⁴

No entanto, Torres Homem enxerga a possibilidade do novo modelo, proposto por Magalhães, não se reproduzir entre as produções literárias no Brasil. Isso pode ocorrer em virtude das características inerentes à sociedade brasileira, herdadas da tradição colonial. Para ele, “o Brasil não está hoje para as letras, e as sciencias”. A crítica do ensaísta se dirige à estrutura social e ao desenvolvimento da educação e da ciência entre nós, quadro que fazia com que a nossa mocidade “tão bella, e esperançosa, por falta de direção, de carreira, e de espírito publico esgarra-se em falsos caminhos, ou debate-se inutilmente no meio de uma sociedade obscura”.

2. A regeneração social: educação e trabalho livre

Alinhado às idéias expostas por Torres Homem, Silvestre Pinheiro Ferreira em artigo publicado no mesmo volume da Revista Nitheroy, expõe suas preocupações com o modelo educacional adotado no Brasil após a ruptura do pacto colonial. Segundo o autor “a regeneração social do país” exigiria a organização de um

⁸⁴ Idem, ibidem, p.251.

“Intituto Nacional para a educação da mocidade” que não apenas fornecesse, aos jovens brasileiros, mecanismos para “adquirir os conhecimentos precizos para as differentes carreiras scientificas”, mas que a instrução representasse uma “educação verdadeiramente nacional”⁸⁵.

Para satisfazer a tudo quanto esta expressão encerra em si, ao menos quanto cabe no alcance d’uma sociedade, he necessario que os alumnos, ao mesmo tempo que recebem uma instrucção propria a desenvolver o seo entendimento, adquiram os principios de moral e os habitos de occupação e industria, sem os quaes a instrucção, longe de aproveitar ao individuo, so serve de converte-lo n’um incorrigivel inimigo da moral e da sociedade.⁸⁶

A preocupação de Silvestre Pinheiro é fundamentada no fato de que, na visão desse autor, o período que antecede os movimentos de emancipação política observados na Bahia, difundiu uma série de hábitos e práticas sociais funestas que impediam o desenvolvimento do país.

Logo no início de seu artigo Pinheiro Ferreira nos chama a atenção para a inauguração de uma nova era na história do país.

Sam completos quinze annos depois que a Bahia, tomando a iniciativa na grande empreza da regeneração politica do Brasil, proclamou em desaseis de fevereiro de mil octo centos e vinte e um ser chegada a era da liberdade politica e da independencia nacional.⁸⁷

Portanto, para esse autor, a ruptura dos laços que reuniam o Brasil a Portugal sinaliza o início de um novo momento marcado pelo triunfo das liberdades políticas. A independência nacional aparece no texto de Pinheiro Ferreira, como uma representação simbólica do novo, do ousado, do marco que abriria novas possibilidades a recente nação que se formava.

Essa construção sobre o processo de independência pretende instituir um momento único que encerre em si o início da “verdadeira” história do Brasil. Com isso

⁸⁵ Ferreira, Silvestre Pinheiro, “*Idéia de uma sociedade promotora de educação industrial*”, in Nitheroy, revista brasiliense, ciencias, letras e artes, Tomo I, Nº II, Paris (1836)

⁸⁶ Ferreira, Silvestre Pinheiro, op.cit, p. 135-6.

⁸⁷ Idem, p.131.

se reserva ao passado colonial o lugar do “outro”, de um outro Brasil, oprimido, vítima da ganância da metrópole portuguesa e impossibilitado de reagir à decadência social e econômica já presentes na realidade de então.

O movimento de emancipação é compreendido, portanto, a partir de uma postulação teleológica: não é surpresa que a ruptura tenha ocorrido. Observa-se uma naturalização desse processo, “apesar dos espantosos obstáculos que o patriotismo havia de encontrar em tão árdua quanto gloriosa tarefa”, e se institui uma lógica maniqueísta na qual cabe ao domínio português o papel de malfeitor.

O grito da liberdade que quasi a um tempo retumbou em toda a extensão dos países, que em todas as quatro partes do mundo occupava a família portugueza, nada mais era do que o involuntario reconhecimento de um facto, forçoso resultado da inevitavel accumulacão dos males, e do natural progresso das luzes: dois inseparáveis effeitos da civilisação dos povos⁸⁸.

No entanto, o “natural progresso das luzes” que alcançaria a realidade brasileira a partir da inauguração da liberdade política vê sua chegada adiada em virtude das disputas políticas que caracterizam o I reinado. Esse conflito de interesses contraditórios, “que a degeneração social havia creado na nação”, só poderia ser superado, no entendimento desse autor, com a instituição de uma educação industrial eficiente.

Devia parecer a muito insuperável a tentativa de se realizar uma reforma pela mão d’aquelles mesmos cujos viciosos hábitos, e abusivos interesses eram justamente o objecto da reforma. Esta consideração explica unicamente a difficuldade da reforma, mas não prova a sua impossibilidade.⁸⁹

Na compreensão de Silvestre Pinheiro há na ruptura dos laços coloniais certa ineficiência em inaugurar uma nova era de liberdade política em decorrência da manutenção da lógica social do período que antecede a independência, encarnada na figura de Pedro I. Buscando caracterizar o governo desse monarca, Silvestre Pinheiro apresenta um quadro crítico, no qual aponta uma série de contradições calcadas ainda no modelo de administração colonial.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p.131.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p.132.

Herdeiro forçado de um governo proscripto o governo constituicional, em vez d'obediência e submissão devia encontrar insubordinação e desconfiança; em vez da prestação de subsidios tinha de se ouvir tratar a cada de dissipador da fortuna publica; em vez de leis organicas conformes ao espirito da reforma, que lhe prohibe toda a medida arbitraria, achava-se na fatal alternativa de suspender o curso da justiça, ou de dever administra-la pelos códigos civis e criminaes que lhe havia legado o absolutismo.⁹⁰

Na concepção do autor a independência política que deveria ter introduzido uma nova era, a partir da superação das práticas coloniais, não foi capaz, em virtude da manutenção dos mesmos “viciosos habitos.” No entanto, a possibilidade de reforma social não é descartada pelo autor e, ganha novo alento com a abdicação de Pedro I.

A intentada regeneração social he uma verdadeira concordata entre socios dissidentes d'opinião e de interesses: e o que seria impossível se se podesse evitar o perigo, torna-se, não so possivel, mas factivel do momento em que até os mais obstinados se convenceram de que he forçoso capitular sob pena de se perder de todo.⁹¹

Percebe-se que Silvestre Pinheiro propõe uma interpretação na qual os vínculos com a metrópole portuguesa ganham características depreciativas. Se em um primeiro momento é a independência política que representa o início de uma nova era, agora, é a abdicação de Pedro I que simboliza a renúncia dos vínculos com Portugal. O autor constrói uma nova memória da história brasileira, na qual o sistema colonial, que “havia aberto a porta a tudo o que a sociedade humana apresenta de mais abjeto”, aparece como uma lembrança fugidia, frágil, embaçada.

Para esse ensaísta era chegada a hora da reforma social. Dessa forma era mister abandonar as lembranças do passado colonial e, como se iniciasse naquele momento a história da sociedade que se pretendia organizar, inaugurar as obras de regeneração.

Para isso o autor aponta a importância da convergência de esforços de dois atores: o governo (“compreendendo debaixo d'esta denominação todos os poderes políticos do Estado”) e os cidadãos. Esses esforços deveriam “emendar e completar o

⁹⁰ Idem, ibidem, p.132-3.

⁹¹ Idem, ibidem, p.132.

edifício constitucional”, além de, “dar uma conveniente direcção aos capitaes e ao trabalho, elementos da produção e da industria.”

No entendimento de Silvestre Pinheiro toda essa ação completaria a obra de regeneração social ao abandonar o modelo colonial herdado da metrópole portuguesa, inaugurando uma nova era na história da recente nação que se formava. Para ele, o conjunto de medidas propostas serviria para introduzir um novo paradigma no plano educacional, nas práticas industriais e, enfim, no modelo social brasileiro, até então assentado na escravidão.

Augmentar o numero de braços livres e productores; multiplicar e variar os ramos da industria com o fim de fazer participar cada dia mais e mais do gozo da liberdade os que, por sua própria utilidade, so gradualmente devam ser a ella admittidos e enfim crear para todas as classes uma educação, e para todas as capacidades um emprego: taes são os objectos que todos os Brasileiros se devem propor como alvo de seos patrioticos esforços.⁹²

Claro fica, a partir da leitura do artigo de Silvestre Pinheiro, que a própria crise social, a qual na visão do autor permeava o cenário brasileiro nas primeiras décadas do século XIX, representa em si uma herança do período colonial. As propostas encaminhadas por esse autor consistem no abandono das tradições fundadas pela administração portuguesa.

Ao identificar as razões da crise, Silvestre Pinheiro enumera inúmeras práticas, que na sua percepção, existem, exclusivamente, como princípios de administração colonial. Portanto, representam práticas estranhas à sociedade brasileira, como se apenas houvessem sido transportadas e implantadas entre nós. Dessa forma, o ensaísta se associa as concepções da revista e, persegue a correção do passado. Ou melhor: a sua reinvenção a partir da subtração dos elementos herdados da metrópole portuguesa.

Este é o tratamento dispensado por Silvestre Pinheiro a questão da escravidão. Para ele, romper com a prática da servidão humana atenderia aos propósitos de ampliação de braços livres e produtores para os inúmeros ramos da indústria. Dessa

⁹² Idem, ibidem, p.134.

maneira, a interrupção do tráfico assume o papel de instrumento na interrupção da tradição colonial.

3. A escravatura como questão econômica

Embora aborde essa questão com mais profundidade, Francisco Sales Torres Homem, no primeiro volume da *Nitheroy*, apresenta um artigo dedicado a este tema, a partir da mesma perspectiva adotada por Silvestre Pinheiro. Era fundamental extinguir as práticas servis como símbolo da ruptura com as atividades metropolitanas. Além disso, representaria um passo importante na inserção do recente país que se formava entre as nações civilizadas e possibilitaria a ampliação das atividades econômicas.

Intitulado *Consideraçõens economicas sobre a escravatura*, o artigo busca, partindo de uma série de reflexões de caráter histórico, justificar a inoperância brasileira no cultivo das atividades industriais. Aponta a existência de um paradoxo entre as práticas políticas brasileiras do início do século XIX e o desenvolvimento das atividades econômicas.

Qual é a razão, por que o Brasil, que com tão largos passos ha progredido na carreira da vida politica, é ao mesmo tempo um dos paizes mais atrasados na industria? Por que tanta diferença entre o Brasil politico, e o Brasil industrial?⁹³

A questão formulada por Torres Homem faz alusão aos acontecimentos políticos que marcaram o início do século XIX e culminariam no processo de independência. Na visão do escritor as conquistas políticas oriundas da autonomia brasileira, ainda que representassem um avanço extraordinário na carreira política do Brasil, não encontraram movimentos e avanços equivalentes no campo da economia. Ou seja: à consagração das liberdades políticas, simbolizadas pelo 7 de setembro, não se associaram vantagens de mesmo valor no plano da economia nacional.

⁹³ Homem, F.S.Torres. “Consideraçõens economicas sobre a escravatura”, In: *Nitheroy*, revista brasiliense, ciencias, letras e artes, Tomo I, N° I, Paris (1836)

Essa constatação, apresentada por Torres Homem na análise do panorama econômico do Brasil, se harmoniza aos apontamentos de Gonçalves de Magalhães em seu artigo dedicado ao estudo da literatura brasileira. Investigando objetos diferentes, os dois autores constataam que após a vitória das liberdades políticas, com a ruptura dos laços coloniais, o Brasil apresentava, tanto no campo literário, quanto nos índices do desenvolvimento econômico, aspectos não condizentes com os progressos de sua carreira política.

Embora a análise dos dois artigos revele pontos de divergência, o estudo de Magalhães, assim como o de Torres Homem, sustenta uma mesma hipótese de investigação que procura oferecer soluções aos problemas brasileiros, a partir da configuração de uma simbologia nacional. Os autores confirmam a epígrafe da publicação – “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil” - ao elaborarem estudos que têm por pretensão definir os contornos da nacionalidade brasileira.

Dessa forma, ao oferecer resposta aos questionamentos sobre o atraso das atividades econômicas no Brasil, Francisco Sales Torres Homem se associa às idéias de Gonçalves de Magalhães o qual constatou que ainda que a independência tivesse sido realizada em 1822 e, reconhecida três anos depois, “a experiência mostrou que tudo não estava feito, cousas, ha que se não podem prever”⁹⁴.

A percepção de Magalhães nos conduz a duas reflexões distintas. Em primeiro lugar, ela explicita a concepção de que se a independência do Brasil inaugurou, como acreditam os editores da revista *Nitheroy*, no campo político uma nova realidade, seus efeitos, no entanto, não haviam alcançado os aspectos relacionados às práticas econômicas e à vida cultural. Em um segundo plano, ela serve de substrato aos objetivos da revista, a qual listava entre seus propósitos o intuito de apresentar considerações sobre todas as matérias, para que o cidadão brasileiro se “acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de gloria da patria.”

⁹⁴ Magalhães, D.J Gonçalves de. “*Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil – Estudo preliminar*”, In: *Nitheroy*, revista brasiliense, ciencias, letras e artes, Tomo I, N° I, Paris (1836)

A economia política, tão necessária ao bem natural, progresso e riqueza das nações, ocupará importante lugar na Revista Brasiliense. As Sciencias, a Litteratura nacional e as Artes que vivificam a intelligencia, animam a industria, e enchem de gloria e orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciados. E dest'arte, desenvolvendo-se o amor e a sympathia geral para tudo que é justo, sancto, bello e util, veremos a patria marchar na estrada luminosa da civilisação, e tocar ao ponto de grandeza, que a Providencia lhe destina.⁹⁵

As duas reflexões, suscitadas pelo apontamento de Magalhães, estabelecem vínculos nítidos tanto no que se refere ao projeto editorial da Revista Nitheroy, quanto naqueles aspectos relacionados ao conteúdo do artigo de Torres Homem. Em resumo: para os editores do periódico, a Revista Nitheroy cumpriria a função de realizar no campo cultural, a partir de inúmeros estudos sobre os mais variados aspectos da realidade brasileira, aquilo que o movimento de 7 de setembro de 1822 representou no campo político. Estendia-se, com isso, os efeitos da emancipação no Brasil, às diversas esferas da realidade nacional.

Com relação ao artigo de Torres Homem dois aspectos merecem atenção especial. O primeiro se relaciona à temática abordada pelo autor e sua vinculação aos propósitos editoriais da Revista Nitheroy. Ao apresentar um estudo histórico sobre a utilização do trabalho escravo no Brasil, o ensaísta oferece uma série de considerações sobre economia política, matéria de fundamental relevância para a reflexão sobre o bem comum, no entendimento dos editores da Nitheroy. Dessa maneira, Torres Homem propõe uma abordagem temática em consonância com os objetivos da publicação.

O segundo aspecto filia-se diretamente às concepções filosóficas, as quais iriam balizar as idéias do grupo de estudantes brasileiros que publicaria o periódico em Paris. Ao se debruçar sobre o tema do trabalho escravo e suas conseqüências para o desenvolvimento industrial brasileiro, Torres Homem, além de apresentar um importante estudo histórico sobre o tema, elabora um projeto de formatação dos valores nacionais, inserido na perspectiva da Revista Nitheroy.

⁹⁵ Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes. "Ao leitor [apresentação S.A], In: Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes, Tomo I, Nº I, Paris (1836)

Em outras palavras, assim como Gonçalves de Magalhães, crente no fato de que as conseqüências do processo de emancipação não haviam ultrapassado as fronteiras da carreira política, Torres Homem pretende definir os caminhos pelos quais a nova nação deve trilhar seu desenvolvimento econômico. Diante de uma nova realidade, operada pelo advento da autonomia política e aberta às mudanças e progressos que excitaram os intelectuais nas primeiras décadas do século XIX, Francisco Sales Torres Homem propõe um novo modelo de progresso econômico.

A partir da percepção de que o novo quadro político do Brasil exigia reflexos harmônicos nas outras esferas da realidade brasileira, os dois escritores tentam, com suas idéias, construir um novo referencial de valores. Essas novas referências, edificadas por uma simbologia de apelo nacional, estipularia as características da nova nação que se formava, distinguindo o período colonial, obscuro e limitado, do Brasil independente, aberto às luzes do progresso e dotado de um potencial sem limites.

Essa distinção, no entanto, não se restringe aos aspectos relacionados ao ordenamento político-administrativo. As propostas apresentadas definiam claramente uma separação entre os valores herdados da antiga metrópole e os novos valores que deveriam configurar a nação livre.

Assim, Gonçalves de Magalhães propõe uma nova literatura de caráter, objetos e perspectivas nacionais, repudiando a tradição literária portuguesa e, Francisco Sales Torres Homem indica os caminhos para o progresso da indústria, ao condenar a instituição da escravidão, “chaga roedora da antiga civilização”, introduzida na América por mãos portuguesas.

Logo no início de seu artigo, Torres Homem recorre à análise histórica com o intuito de justificar a adoção do trabalho servil. No entendimento desse autor a instituição dessa força de trabalho, encontra suas raízes no processo de colonização do novo mundo, como atributo inerente às práticas sociais e econômicas cultivadas na Europa. Dessa forma o jovem escritor esboça um quadro das relações coloniais, no qual a escravidão representaria apenas uma das típicas calamidades do processo de colonização.

Quando vieram os chirstãos do seculo XVI estabelecer-se na America, aonde deviam semear os germes da vindoura civilisação, e associar os destinos do novo aos do antigo hemispherio, assignalaram sua presença por todas as calamidades, e horrores, de cuja comitiva andava a conquista n'aquellas eras constantemente ladeada: por extranho jogo das cousas humanas teve o genio do mal larga parte em um movimento tão rico de futuro, de potencia, e de civilisação.⁹⁶

As calamidades e horrores, mencionadas acima, são, em uma primeira análise, as causas, na concepção de Torres Homem, do estabelecimento do trabalho servil nas terras americanas. Na visão do ensaísta, o processo de expansão ultramarina inaugurou uma série de relações desiguais e violentas as quais situavam em lados opostos o europeu, cego pela cobiça da conquista, e, os autóctones das terras brasileira, tomados por uma “paixão indomavel de independencia individual”.

Esse antagonismo, nas palavras de Torres Homem, foi combatido pela ação do europeu que “a par de espoliar os aborígenes, ainda os exterminou”. Para o autor, diante dos obstáculos para a ocupação das novas terras e das dificuldades de conquista dos povos indígenas, os portugueses “nenhum outro recurso julgaram mais apropriado para explorar seu immenso territorio, e arrancar ouro das entranhas das minas, de que o de ir buscar escravos em Africa, essa terra povoada com a raça amaldiçoada de Cham”⁹⁷.

Com esses argumentos Torres Homem justifica o início do trabalho escravo no Brasil. Embora o estudo do autor encerre em si uma certa superficialidade, sua proposta busca delimitar a ação da Coroa Portuguesa, estipulando a culpa pelo atraso industrial brasileiro. Com isso o jovem ensaísta caracterizaria o sistema colonial, reservando para os três séculos que separam o desembarque de Cabral do momento em que ele escreve, enfim, os três séculos de relações coloniais, a responsabilidade pela situação econômica do Brasil.

Nota-se na construção imagética sobre o período colonial, de autoria de Torres Homem, uma divisão histórica idêntica àquela proposta por Gonçalves de

⁹⁶ Homem, F.S.Torres. Op cit, p.35.

⁹⁷ Idem, p.36.

Magalhães, como se verá adiante, no estudo sobre a história da literatura. Portanto, a história do desenvolvimento industrial brasileiro poderia ser dividida em dois períodos nitidamente opostos: o primeiro, da colonização ao início do século XIX, marcado pela violência e pelo emprego do trabalho escravo e, o segundo, a partir das conquistas políticas do início dos Oitocentos, marcado pela possibilidade de se delimitar novas fronteiras nas práticas sociais e econômicas.

Ao primeiro período, Torres Homem associa o atraso industrial, a inexistência de maquinaria e a pobreza geral da nação; ao segundo, o início de um novo tempo, de progresso e riqueza, a partir de novas conformações na mentalidade industrial. Em boa medida, o autor estipula tal divisão em virtude da utilização do trabalho escravo “que sobre o abrir uma larga ferida á humanidade, corrompe as nascentes da prosperidade publica”. Conseqüentemente, ainda que a independência tenha descortinado uma nova fase, de luzes e esperança, para o sucesso das atividades econômicas, no entendimento do autor, era fundamental liquidar o trabalho servil entre nós.

Utilizando-se de argumentos variados, ora os princípios cristãos, ora elementos da economia política, Francisco Sales Torres Homem condena a escravidão, valendo-se de uma análise dos efeitos degenerativos das práticas servis. O estudo proposto constituiu-se em uma verificação histórica de duas premissas que avalizam seu artigo.

- 1º) o desprezo da classe livre para quantas ocupações tem por fim dar utilidade, e valor aos objetos da natureza material para a satisfação das humanas necessidades: as unicas proffisões, que pelo contrario associam ao galarim, as unicas condecorações com o timbre da publica estima, são as que ministram meios de influencia, e de açção sobre os outros homens, ou sobre a sociedade;
- 2º) decadencia da agricultura, e das artes, pobreza mais, ou menos geral.⁹⁸

Para o autor, como será demonstrado ao longo de seu texto, a escravidão foi responsável pela decadência econômica e moral das civilizações que a cultivaram. Além disso, em seu entendimento, e, antecipando-se à algumas das observações de Karl Marx no manifesto de 1848, “os progressos da reflexão, uma mais comprehensiva

⁹⁸ Idem, ibidem, p.40.

concepção da unidade humana, engeitam por dêsharmoniosa, e immoral, a exploração do homem pelo homem”⁹⁹. Logo, Torres Homem inicia uma análise reportando-se à história da civilização romana.

É válido observar que o quadro apresentado pelo ensaísta, sobre o desenvolvimento da civilização romana, antes de representar uma análise detalhada da história de Roma, constituiu-se em estudo preliminar sobre a utilização do trabalho escravo. Isso equivale a dizer que a pretensão de Torres Homem encerra-se na apresentação de argumentos que justifiquem sua hipótese inicial: o declínio das civilizações antigas é um fenômeno correlato à escravidão.

Para o autor, o estudo do caso romano se justifica, por ser essa a civilização que na antiguidade mais se valeu da força de trabalho escravo. Em suas análises o ensaísta observa que logo no início da República Romana, “quando ainda estrema da lepra da escravidão”, a sociedade cultivava os valores de afinco ao trabalho, à modéstia e à frugalidade da vida.

Percebe-se uma valorização daquilo que o autor chama de “trabalhos úteis”, ao que “o solo de Roma gratificava os esforços do trabalhador livre com ricas, e abundantes colheitas”. Entretanto, à medida que se observa o processo de expansão da República romana e, conseqüentemente, o afluxo de povos escravizados pelas guerras de conquista, novos valores passam a balizar a mentalidade romana que passa a desprezar o cultivo da agricultura e os progressos da indústria.

cada qual cobrava receios de ter parecença com os escravos, applicando-se de envolta com elles á produção material; a ignominia do obreiro escravo passava ao trabalho, e este uma vez aviltado, aviltava por seu turno o trabalhador livre, deploravel resumo da historia de quantos povos possuem escravos.¹⁰⁰

No entendimento de Torres Homem a utilização do trabalho escravo provocou a ruína da civilização romana, que adotou a máxima política da filosofia grega a qual sustentava “que indignas eram do homem livre a agricultura, o commercio, e as artes”. Sobre esse tema o jovem ensaísta cita Aristóteles, o qual definia que “em

⁹⁹ Idem, ibidem, p.41.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p.41.

um Estado bem organizado, não devem os cidadãos exercer artes industriais, e nem dar-se ao comércio. Se por ventura quereis, que os cultivadores da terra encham as medidas do desejo, cumpre, que sejam escravos, e escravos estrangeiros”.¹⁰¹

Às observações sobre o declínio das atividades econômicas em Roma, somam-se inúmeros apontamentos sobre o desenvolvimento das artes. Na visão do ensaísta a escravidão não apenas arruína a prosperidade pública e estorva o desenvolvimento industrial, o emprego do trabalho escravo, nas palavras do escritor, é incompatível com a própria natureza humana.

Após estudar o caso romano e, referir-se brevemente à história egípcia, Torres Homem assinala as contradições existentes entre os progressos observados no início do século XIX, entre as nações modernas, e as práticas econômicas servis.

(...) bom é notar, que não tem sido pelo desenvolvimento do poder corporal, que as sociedades modernas hão feito maravilhas no campo da industria, e porêm sim pelo desenvolvimento do poder intellectual, o qual lhes procura energias auxiliares para a grande obra da transformação do globo. Ora incompativel com a escravatura he este genero de desenvolvimento. Que incentivo levaria o escravo a dilatar a esfera de sua intelligencia?¹⁰²

As preocupações expressas por Torres Homem com a questão da escravidão devem ser entendidas em sua vinculação com o desenvolvimento econômico do país, sua capacidade industrial e seu modelo produtivo. Nos artigos apresentados à Nitheroy alguns outros autores se debruçaram sobre questões ligadas à economia política. Nesses trabalhos os sucessos “da carreira economica” são tratados ao mesmo tempo como reflexos e pressupostos para a autonomia do país.

¹⁰¹ Aristóteles. Moral e Política, Tomo II, p.458., edição de M. Thurot, cit in: Idem, ibidem, p.41-2.

¹⁰² Idem, ibidem, p.47.

4. Celeiro do mundo: a agricultura como sustentáculo da nacionalidade

Em artigo apresentado ao segundo volume da revista Nitheroy, expressando preocupação com os destinos da economia nacional C.A. Taunay submete aos editores da revista um trabalho de investigação sobre um novo sistema de produção agrícola. O ensaísta apresenta uma série de considerações sobre um novo “systema de fabricar o assucar”, desenvolvido na França por Antonio Saint-Valery. O trabalho do autor, a princípio destinado à descrição de uma nova técnica “científica”, como dois outros artigos¹⁰³ publicados na Nitheroy, recorre ao estudo das condições econômicas brasileiras com dois propósitos distintos.

Em um primeiro plano, Taunay expõe o modelo econômico adotado no Brasil, a partir de crítica contundente às práticas administrativas metropolitanas. Com isso o autor identifica os elementos responsáveis pela precariedade da economia brasileira, conferindo ao período colonial, como os demais artigos aqui analisados, a responsabilidade pela decadência social.

Em segundo lugar, partindo de um estudo sobre a riqueza das nações, Taunay sugere um novo paradigma na condução da vida econômica, no qual a produção agrícola represente a principal fonte de riqueza dos povos.

A agricultura he a fonte da prosperidade de todos os povos, mesmo daquelles, que lhe addicionão outros manaciaes de riqueza quaes o commercio e a industria fabril.¹⁰⁴

A observação do ensaísta, admitida “por todas as escolas de economia política”, tem por objetivo revelar o descaso, por parte da administração pública brasileira, com esse ramo da atividade econômica. Na concepção de Taunay a partir de

¹⁰³ Os artigos citados são: Coutinho, C.M de Azeredo. “Physica industrial. Das caldeiras empregadas na fabricação do assucar.”; e, Itaparica, A de S Lima de. “Chimica. Da destilação.”. In: Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes. Tomo I, N° II, Paris (1836).

¹⁰⁴ Taunay, C.A. “Consideraçoes sobre a descoberta feita por Antonio Saint-Valery Sehuel de hum novo sytema de fabricar o assucar”, In: Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes, Tomo I, N° II, Paris (1836)

suas observações “conclui-se logicamente que o primeiro cuidado de qualquer governo sensato deve se dirigir ao engrandecimento” da agricultura.

Indicando uma certa dependência dos outros ramos de atividade econômica, Taunay ressalta o papel da agricultura na economia nacional, com o propósito de apontar caminhos para o desenvolvimento do país. A proposta do artigo se insere na filosofia da publicação exatamente por propor os caminhos pelos quais deve se organizar a nação recém-formada.

Para justificar suas idéias o autor recorre à imagem paradisíaca de Brasil, filiando-se a construção simbólica de caráter laudatório no mesmo modelo da carta escrita por Caminha em 1500.

No Brasil, nesta imensa região a mais bem repartida pela natureza e a mais apta do mundo para prodigalizar tesouros agrícolas de toda sorte em abundância paradisíaca, jamais favor algum, ou sinal de interesse da parte do poder político coadjuvou ou animou seus cultivadores.¹⁰⁵

Percebe-se pela observação do autor que o desenvolvimento da riqueza nacional, embora “naturalmente” alcançável pela “abundância paradisíaca” do espaço geográfico brasileiro, foi estorvado pela ausência de interesse político por parte da administração pública. Essa falta de motivação encontra suas raízes, segundo Taunay, na política metropolitana executada durante o período colonial.

(...) em quanto o Brasil fora colônia, a corte de Lisboa prostou, e mutilou com incançável rigor o seu desenvolvimento agrícola, teimando em conserval-o á par das limitadas proporções aos seus acanhados domínios europeus, e política ainda mais acanhada.¹⁰⁶

Taunay se alinha à argumentação dos editores da Revista Nitheroy e propõe sutilmente uma linha cronológica que explique o pouco desenvolvimento brasileiro. Os males e prejuízos causados ao Brasil situam-se no período que antecede a ruptura dos laços coloniais. Segundo o autor, a “acanhada” administração portuguesa não foi capaz de promover o desenvolvimento e, estorvou no novo mundo qualquer

¹⁰⁵ Taunay, C.A, op. cit, p. 139.

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p. 139.

possibilidade de vislumbrá-lo. Nem mesmo a transferência da corte portuguesa em 1807, nas palavras do escritor, foi capaz de alterar o quadro da política metropolitana.

(...) e quando esta corte degenerada achou azilo neste mesmo Brasil, alvo outrora do seu ciúme, e das suas exacções, não se podia esperar, que mudasse de systema e, de repente illuminada, fizesse no novo mundo, de que possuía tão grandioso quinhão sem se dignar estudal-o, aquillo que não fizera para seu territorio do antigo hemispherio, objecto das suas preferencias, e saudades.¹⁰⁷

As críticas do autor reservam à administração colonial a responsabilidade pelo estado precário da agricultura brasileira e, conseqüentemente, da economia como um todo. Para Taunay era fundamental romper com a herança metropolitana e, enfim, inaugurar um novo modelo de administração pública.

Nas considerações do autor nem o movimento emancipacionista de 1822 apresentou um novo paradigma de desenvolvimento para o país. Isso ocorre, na sua visão, em virtude da permanência de vínculos com a Coroa portuguesa e, conseqüentemente, da manutenção de práticas políticas e econômicas coloniais. Em tom de ironia, referindo-se a D João VI o autor afirma que a esse monarca “não se lhe dera em Lisboa de como o trigo ou a oliveira dão fructo; haveria no Rio de Janeiro do prestar cuidados ao assucar, ou ao café?”

E ainda acrescenta mais adiante, referindo-se a figura de Pedro I.

O filho, ainda mais tosca e estupidamente criado, era tão estranho á tudo quanto pertence á boa administração, e obrigação do chefe do estado de animar a producção por seu poderoso exemplo, que nas suas magnificas chacaras e fazendas todo vegetal util, ou precioso extinguiu-se, cedendo o campo ao capim das imperiaes cavalhariças.¹⁰⁸

Percebe-se pela ironia e acidez das considerações que no entendimento desse autor os vínculos existentes entre o Brasil e Portugal deveriam ser completamente rompidos, sob a ameaça de impossibilitar o desenvolvimento nacional. Na visão de Taunay a política colonial trouxe inúmeros obstáculos para o florescimento da economia brasileira ao dificultar o desenvolvimento da agricultura.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p 139.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, p 139.

O autor propõe uma linha argumentativa na qual a concepção de nacionalidade está ligada a existência e progresso da agricultura.

O Brasil vive unicamente da Agricultura; ella subministra o alimento á todos as classes da população, e com suas sobras paga as rendas do estado, garante dividas doudamente contractadas, salda a importação dos generos fabricados, dos instrumentos de defeza, dos objectos de luxo; se o Brasil existe como nação e representa hum papel entre os estados elle o deve á Agricultura, assim mesmo esta base unica de existencia, de nacionalidade, e de progresso social está solapada por mil elementos hostis.¹⁰⁹

Essa referência aos “mil elementos hostis” refere-se à herança herdada da administração portuguesa. Taunay ao mesmo tempo em que enumera uma série de fatores oriundos do período colonial, elenca inúmeras medidas que no seu entender são imprescindíveis para o progresso nacional. Nas palavras do autor, a adoção dessas medidas representaria de fato a “omnipotencia parlamentar”, a partir de um modelo de nação, proposto pelos “Representantes dos interesses nacionais”, que suprisse as inúmeras carências do país que se formara recentemente.

(...) falta de meios de comunicação, falta de leis que penhorem o respeito das heranças e da possessão dos terrenos, dízimos, impostos sobre a exportação, cessação do trafico de escravatura, sorte precária da classe operaria, impossibilidade de obter colonos em ponto grande, tudo vincula e opprime a Agricultura como na era colonial.¹¹⁰

Dessa forma, após constatar a situação precária da antiga colônia nas primeiras décadas dos Oitocentos, e apontar possíveis caminhos para a solução das pendências detectadas, Taunay inscreve-se no conjunto de trabalhos apresentados a Nitheroy que professam a necessidade de uma nova ordem nos assuntos de interesse nacional.

Essa ordem seria alcançada a partir do florescimento de uma nova tradição que não mais estivesse vinculada ao período colonial. Uma tradição que repudiasse as heranças do velho continente adotando valores e idéias relacionados à “natureza” brasileira.

¹⁰⁹ Idem, ibidem, p. 140.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 141.

Era fundamental, portanto, após a depreciação da tradição portuguesa, encontrar novos caminhos que possibilitassem o engendramento dessa nova tradição. Para tal os autores recorreriam a uma reconfiguração da História nacional, partindo da criação de novos símbolos e mitos que expressassem a imagem de um novo Brasil.

Um Brasil no qual as “verdadeiras” tradições, até então solapadas pela ganância metropolitana, aflorassem de suas florestas, seus rios, suas riquezas naturais. Cabia agora, redescobrir um passado anterior ao passado colonial.

CAPÍTULO IV

A TRADIÇÃO REVELADA

Neste capítulo investigo os esforços empreendidos pelos autores da Nitheroy na busca por uma configuração autêntica e original da cultura brasileira. Após indicar as raízes da crise que assolava a sociedade no início do século XIX com o exercício arbitrário do poder metropolitano, os autores procuram identificar as “verdadeiras” tradições brasileiras a partir da conformação de uma visão mítica sobre o Brasil.

1. Portugueses X Brasileiros: o caráter nacional do romantismo no Brasil.

No ano de 1838 a Companhia Dramática de João Caetano trazia aos palcos do Rio de Janeiro aquela que seria consagrada como a primeira tragédia de assunto nacional. De autoria de Gonçalves de Magalhães, a composição, apresentada em verso, encenava a vida e a morte do dramaturgo brasileiro Antônio José, morto em Lisboa, pela Inquisição, em auto-de-fé realizado em 1739. Condenado por práticas de judaísmo, Antônio José é executado como herege nas fogueiras do Santo Ofício.

Oh! Felizmente!...
Vou saudar o meu dia derradeiro
De cima da fogueira... a dor da morte
Não me fará tremer... neste momento
Sinto todo o vigor da mocidade

Girar em minhas veias... Deus, ouviu-me,
E de minhas misérias condeu-se!
Eu vítima vou ser no altar do fogo
E entre a fumaça de meu corpo em cinzas,
Minha alma se erguerá como um aroma
Puro do sacrifício à Eternidade!...
Recebei-a, Senhor! Eia, partamos!
Adeus, masmorra! oh, mundo! Adeus, oh, sonho!¹¹¹

Na avaliação do crítico teatral Flávio Aguiar a composição de Gonçalves de Magalhães se insere no amplo processo de reforma cultural observado nas primeiras décadas do século XIX que mobilizou um intenso esforço de criação e consolidação de um teatro nacional.

Escritores, atores e críticos militantes empenharam-se no projeto, avaliado por eles mesmos ora como bem, ora como malsucedido. No início havia muito entusiasmo e busca de propostas que se adequassem a então novidade romântica e que cativassem o público para a causa do teatro nacional.¹¹²

A proposta de organização da dramaturgia nacional, enunciada pela primeira geração romântica, representava, pois, mais uma faceta do movimento de renovação cultural iniciado nas primeiras décadas do século XIX. Sua estrutura se assentava na criação de um repertório de peças cujos temas fossem considerados nacionais. Além disso, as peças deveriam ser compostas por autores brasileiros, bem como, representadas por companhias teatrais em que figurassem atores dessa mesma nacionalidade.

Encenada nos palcos da capital do Império, a peça *Antônio José ou O poeta e a Inquisição* satisfazia aos três pilares anunciados acima. Além de escrita por autor brasileiro a peça foi encenada pela Companhia Dramática de João Caetano. Essa Companhia apresentava esse mesmo ator, consagrado pela crítica como o melhor ator brasileiro à época, no papel principal e, sua companheira nos palcos e na vida real, a brasileira Estela Sezefredo, no papel da heroína Mariana.

Quanto à avaliação do caráter nacional da temática da obra, Flávio Aguiar nos informa que a execução de Antônio José, bem como sua despedida

¹¹¹ Magalhães, D.J. Gonçalves de. *Obras completas*. Viena: Imperial e Real Tipografia, 1865

¹¹² Aguiar, Flávio (org). *Antologia do teatro brasileiro. O teatro de inspiração romântica*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

resignada, encenadas naquele começo de Brasil independente, tornaram-se símbolos da pátria oprimida pelo jugo da metrópole e, portanto, garantiram à peça de Magalhães uma temática nacional.

O estudo elaborado pelo crítico teatral claramente imputa à obra analisada valores decorrentes de possíveis interpretações. Isso equivale a dizer que segundo a análise de Flávio Aguiar o conteúdo nacional da peça de Gonçalves de Magalhães se situa fora da própria obra. Em resumo: a nacionalidade dos temas propostos no teatro de Magalhães é garantida em função dos conflitos existentes no Brasil pós-independência e, não, como se poderia supor, em decorrência do conteúdo da peça em si.

Nessa abordagem o caráter nacional dos temas trabalhados na composição de Magalhães se funda na oposição entre brasileiros e portugueses, criando uma definição superficial dos valores e conceitos nacionais. Em outras palavras: a caracterização da temática nacional no teatro de Gonçalves de Magalhães, proposta pela análise de Aguiar, se restringe ao confronto existente nos anos que se seguiram ao grito do Ipiranga. Na perspectiva adotada por esse autor, a proposta de reforma cultural com o intuito de estipular os contornos da nacionalidade brasileira, presente na obra de Magalhães, encontra apelo em uma disputa que situava em lados opostos brasileiros e portugueses.

Já na análise do crítico teatral Décio de Almeida Prado, os propósitos nacionalistas da obra de Magalhães correspondem a um intuito programático e, portanto, a proposta nacional desse escritor apresenta uma profunda duplicidade.

A intenção nacionalista tinha por fito substituir o homem universal, substancialmente o mesmo em todas as latitudes e longitudes, e cujo modelo ideal estaria na Grécia e na Roma clássicas, pelo homem histórico, subordinado ao tempo e ao esforço, que a ficção romântica reproduziria através da 'cor local' - a forma, o modo, o sabor de cada século e de cada país.¹¹³

Na análise de Almeida Prado a duplicidade presente no nacionalismo expresso por Magalhães, se justifica em virtude das próprias escolhas do autor. Se por

¹¹³ Prado, Décio de Almeida. *O drama romântico brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

um lado Gonçalves de Magalhães propõe uma filiação ao romantismo, expressando sua intenção nacionalista no abandono das tradições vinculadas à antiguidade clássica, por outro, essa aparente opção é rejeitada pelo mesmo autor ao classificar sua peça como uma tragédia, palavra que, naquele momento, representava uma escolha e um compromisso.

Portanto, na avaliação de Almeida Prado, o nacionalismo em Magalhães apresenta uma natureza conflituosa, expressa na oposição entre conteúdo e forma. As idéias presentes no teatro do escritor fluminense, ainda que filiadas à concepção romântica e representativas da ruptura com a tradição clássica européia, são apresentadas com a mesma fórmula dessa tradição.

A denúncia de duplicidade, de autoria de Décio de Almeida Prado, no entanto, já havia sido prevista pelo próprio autor da peça *Antônio José ou O poeta e a Inquisição*. No prefácio a essa obra Magalhães avisa esquivando-se da obrigatoriedade de alinhamento, ou com a tradição clássica ou com os românticos, que não seguia “nem o rigor dos clássicos, nem o desalinho dos segundos”. E acrescentava mais à frente: “não vendo verdade absoluta em nenhum dos sistemas, faço as devidas concessões a ambos”¹¹⁴.

Na concepção de Gonçalves de Magalhães as críticas, dessa natureza, sobre sua peça *Antônio José ou O poeta e a Inquisição*, só encontrariam razão na medida em que “quiserem medir esta obra com o compasso de Aristóteles e Horácio ou vê-la com o prisma dos Românticos”.¹¹⁵

A exposição redigida por ele, ainda que signifique como pretende parte da crítica, uma declaração de insegurança com relação à sua própria produção artística, demonstra, ao mesmo tempo, a inserção desse autor no universo mental que caracteriza o início do século XIX. Com o movimento romântico ainda em sua fase inicial e, sem poder se desvencilhar completamente da tradição clássica, Magalhães se utiliza dos recursos ofertados pelas duas escolas. Ciente das dificuldades de equilibrar-se entre

¹¹⁴ Magalhães, D.J. Gonçalves de. *Tragédias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

¹¹⁵ Magalhães, D.J. Gonçalves de. op cit, p.4.

extremos, Gonçalves de Magalhães expõe com clareza o sentido de sua obra: “faço o que entendo e o que posso”.¹¹⁶

É curioso observar que o estudo proposto por Almeida Prado, sobre a produção teatral de Gonçalves de Magalhães, embora reduza o caráter nacional das idéias contidas nessa obra, confere a esse autor a posição de iniciador do teatro nacional brasileiro.

Ninguém negará a Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) no mínimo duas grandes virtudes: historicamente, ter percebido antes de qualquer outro a necessidade de renovar a literatura nacional, usando para tanto, ao lado da poesia, o teatro; esteticamente, ter tentado distinguir o drama romântico da tragédia clássica em nível de acuidade conceitual até então inédito em âmbito nacional.¹¹⁷

Ainda assim, no mesmo trabalho de Almeida Prado, o caráter nacional, tanto da temática, quanto da estética da obra de Magalhães, como demonstrado anteriormente, é contestado. Essa observação nos conduz a duas importantes questões que revelam a contradição presente nas análises propostas por Décio de Almeida Prado.

Em primeiro lugar, se há, nas análises desse crítico, impugnação do caráter nacional dos temas, formas e idéias presentes na obra de Gonçalves de Magalhães, é possível conferir, a esse mesmo autor, o papel de iniciador do teatro ou da literatura nacional entre nós? Em segundo plano: é possível identificar, não apenas a pretensão, mas, a “grande virtude histórica” de renovação da literatura brasileira em um autor cujo conteúdo nacional da obra se funda, nas palavras de Almeida Prado, em um intuito programático marcado por profunda duplicidade?

Sim. É essa a resposta às duas questões colocadas acima e, a partir da qual, se revelam as contradições presentes na obra crítica de Décio de Almeida Prado. Como mencionado anteriormente, no trabalho desse estudioso, o caráter nacional da obra de Gonçalves de Magalhães é contestado em virtude da vinculação desta com a tradição clássica.

¹¹⁶ Idem, p.12.

¹¹⁷ Prado, Décio de Almeida. op cit, p.11.

Essa análise além de restringir o conteúdo do conceito de nacionalismo, encerra em si um clássico exemplo de anacronismo. O crítico contesta o caráter nacional na obra de Magalhães por não enxergar nessa uma ruptura estética que só iria acontecer décadas depois de sua publicação. Ou seja: Almeida Prado exige de Gonçalves de Magalhães uma configuração estética que ainda não estava presente no início do século XIX.

Ao mesmo tempo o crítico atribui a Magalhães a primazia na renovação da literatura nacional. Essa contradição se funda no fato das análises de Almeida Prado, sobre a obra teatral de Magalhães, se utilizarem de duas definições distintas para o mesmo conceito. Portanto, o estudo proposto pelo crítico atribui, em diferentes momentos, significados distintos para a idéia de nacional/nacionalismo. Esse conceito perde ou ganha atributos em decorrência da análise que se pretende avaliar.

Ao estudar, por exemplo, a conformação estética do teatro de Gonçalves de Magalhães, o crítico aponta a ausência de uma temática de caráter nacional em função dos vínculos que associam essa obra à tradição clássica européia. No entanto, quando se debruça sobre a fundação da literatura ou do teatro brasileiro, o conceito de nacionalismo se despe dos atributos ligados à estética.

Fenômeno semelhante caracteriza o trabalho de Flávio Aguiar. Nas análises desse autor, por exemplo, o caráter nacional da obra de Magalhães aparece fragilizado, pois se assenta em uma variável exterior a própria obra. Como já mencionado, segundo Aguiar, a temática nacional da peça apresentada por Gonçalves de Magalhães, é garantida em virtude das agitações e rivalidades que situavam, nos primeiros anos do Brasil Independente, brasileiros e portugueses em lados opostos. Dessa forma, as possíveis interpretações emprestadas à peça em análise, conferiram, no entendimento de Flávio Aguiar, um caráter nacional à obra de Magalhães.

No entanto, é válido observar que o repúdio às tradições herdadas da metrópole portuguesa atende a diversos propósitos. Em um primeiro plano, ao refutar os valores portugueses, Magalhães caracteriza depreciativamente o passado colonial brasileiro em oposição a uma nova etapa descortinada com os acontecimentos de 1822.

Com isso, ao mesmo tempo, o escritor oferece a possibilidade de estruturação de novos atributos que caracterizariam a nacionalidade brasileira, fundada com base nos novos valores cultivados pela elite intelectual do Rio de Janeiro. Portanto, embora não se possa negar o papel assumido pela encenação da obra *Antônio José ou O poeta e a Inquisição*, como símbolo da opressão metropolitana sobre a antiga colônia, a oposição aos valores portugueses por si só, característica do cenário político brasileiro, não define um caráter nacional na temática de sua produção.

2. Um novo Brasil: o progresso das letras pela igualdade política.

O abandono das tradições herdadas pela antiga colônia insere-se em um importante processo de construção de uma simbologia que garanta representatividade ao conceito de “Brasil” que se quer instituir. Se há como pretende parte da crítica, uma contradição latente entre conteúdo e forma no trabalho apresentado por Magalhães, ou ainda, se não há significativa alteração temática a partir da publicação da obra desse autor, são questões inseridas no campo de análise estética da produção literária e que não contribuem, decisivamente, para a compreensão do significado histórico e simbólico do conjunto de trabalhos apresentados por essa geração.

Nesses trabalhos o repúdio e, mais do que isso, o esquecimento dos vínculos políticos e culturais que reuniam o Brasil a sua metrópole simboliza a renúncia de um passado colonial que, na visão dos editores da *Nitheroy*, representava um obstáculo (a ser removido) para a edificação de uma simbologia nacional.

No processo de redefinição dos aspectos, símbolos e mitos que traduzem a autenticidade da cultura nacional, além dos debates que envolviam a estruturação do Estado em si (modelo de organização estatal, regras de participação política e eleitoral, etc) surgem novas “disputas” que pretendem desvendar os elementos associados à produção cultural propriamente dita.

Isso equivale a dizer que se as transformações políticas e sociais, observadas ao longo das primeiras décadas do século XIX, geraram inúmeros debates acerca da organização do Estado em si, elas também exigiram uma nova concepção estética e temática nas artes cultivadas no país.

As idéias apresentadas por Gonçalves de Magalhães na peça *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*, encenada em 1838 e publicada um ano mais tarde, simbolizam em essência um movimento que busca configurar uma nova estética na produção cultural.

Essa pretensão encerra em si os propósitos editoriais da revista *Nitheroy* por almejar uma nova disposição, condizente com os recentes sucessos políticos, nas mais diversas expressões artísticas produzidas no Brasil. Nos dois volumes da publicação alguns artigos intentaram apresentar os contornos dessa nova configuração a partir da ruptura com a corrente clássica.

No entendimento dos editores da revista essa nova configuração representaria uma das etapas do processo de emancipação política do país, em virtude do estado das artes e das ciências indicarem, em última instância, a expressão da civilização de um dado povo.

Em artigo publicado no segundo número da *Nitheroy*, João Manuel Pereira da Silva escreve que por consistir no desenvolvimento da sociedade e do indivíduo, a civilização “não pode deixar de ser guiada pelos esforços das letras”¹¹⁸.

Os “esforços das letras”, indispensáveis para a “prática das virtudes moraes”, representam, para esse autor, o desenvolvimento da literatura a partir da liberdade política. Faz-se necessário observar que Pereira da Silva ao escrever sobre o progresso das “letras e das sciencias”, recorre a um conceito de literatura cuja abrangência ultrapassa os limites que emprestamos atualmente a esse termo.

¹¹⁸ Silva, J.M. Pereira da. “Estudos sobre a Litteratura”, In: *Nitheroy*, revista brasiliense, sciencias, letras e artes, Tomo I, Nº I, Paris (1836).

(...) a litteratura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o imperio, em que exerce a intelligencia humana seu poderio, é o resumo dos habitos e grandeza dos povos, e a historia progressiva e circunstanciada do espirito humano com as suas supertiçoens, crenças e caracter proprio, é a apreciação da influencia dos elementos uns sobre os outros no espírito das differentes epochas, é a Philosophia, a Historia, a eloquencia e a Poesia.¹¹⁹

Os argumentos apresentados por esse autor explicam os esforços empreendidos pelos editores da *Nitheroy* na busca por uma reforma cultural que estivesse em consonância com os efeitos da emancipação política. Era necessário atribuir novos valores às expressões artísticas em geral e, portanto, à literatura, que simbolizassem o conjunto das transformações operadas no universo político nas últimas décadas.

A nossa tarefa não pertence analysar cada escriptor em particular, mas sim seguir a marcha da Litteratura antiga e moderna, debaixo do ponto de vista das suas relaçoens com as fórmãs do governo, com a Religião, a civilização, os costumes das naçoens.¹²⁰

O estudo sobre a literatura brasileira publicado por Pereira da Silva atende a esse propósito. A partir da análise do desenvolvimento cultural de inúmeros povos - e do Brasil em particular - o escritor procura relacionar as condições políticas e sociais de uma dada nação com o desenvolvimento de sua literatura. Embora o trabalho apresente diversos pontos de convergência com o clássico artigo de Gonçalves de Magalhães, publicado no primeiro número da *Nitheroy*, Pereira da Silva assume uma perspectiva diferente ao abordar o progresso literário a partir da conformação política.

Em uma nítida alusão aos movimentos de independência realizados na América, entre o final do século XVIII e o início do XIX, Pereira da Silva procura indicar a organização que os Estados devem assumir em suas configurações políticas.

Sendo a igualdade política o princípio de toda a constituição philosophica, o governo que reúne em torno de sí, e chama aos empregos os homens de talento, anima a nacionalidade, faz prosperar a Moral, e as letras; por que o genio nada mais sendo que o bom senso applicado aos fundos da razão, e esforçando-se em

¹¹⁹ Silva, J.M Pereira da. Op cit, p.215.

¹²⁰ Idem, p.216-7.

estudar e aperfeiçoar-se, faz com que se aprofunde a arte de mover os homens, os segredos da virtude, do bello ideal e do mundo moral.¹²¹

Assumindo o princípio da igualdade política como pressuposto da organização dos estados, o autor estabelece uma distinção no desenvolvimento das artes nos governos de caráter despótico e naqueles de livre associação.

Em oposição aos subditos dos governos despoticos, condemnados a esconder suas virtudes, os homens em um governo livre forçados a occultar seus vícios, dando-se ao estudo das letras, elevam seus caracteres, e os fortificam contra a sedução das paixões, que os dirigem por mil diferentes caminhos, como os ventos contrários em um mar agitado.¹²²

O trecho acima ilustra duas importantes concepções no trabalho de Pereira da Silva. No entendimento desse autor o exercício despótico do poder subverte a organização social e tolhe o desenvolvimento das idéias. A distinção, entre os dois tipos de governo, exposta pelo escritor, indica, a partir de uma sutil insinuação, as novas oportunidades apresentadas à sociedade brasileira com o término do domínio metropolitano.

Além disso, aponta a necessidade de se encontrar um modelo de organização política que seja o reflexo dos costumes e valores do povo que a ele se submete. Para Pereira da Silva, em crítica à arbitrariedade das relações coloniais, a ingerência de um determinado povo sobre outro exclui a possibilidade de se alcançar a liberdade política tão necessária para o progresso das nações.

Com isso o escritor justifica a necessidade de se desenvolver, tanto no plano administrativo quanto no universo cultural, novas concepções vinculadas a autenticidade da cultura local.

Da mesma sorte, que as fórmulas de um governo de nada valem, si não são a expressão dos costumes, persuasões, e crenças de uma nação, assim também o litterato, que não serve de interprete, que não se introduz nas superstições e pensamentos secretos do povo, que elle deseja dissecar com seu escarpello, é um anachronismo, e estabelece-se em posição extranha de tal modo que os vindouros d'elle não podem colher lições.¹²³

¹²¹ Idem, *ibidem*, p.215-16.

¹²² Idem, *ibidem*, p.216.

¹²³ Idem, *ibidem*, p.216.

Segundo Pereira da Silva, analisando o caso brasileiro, a decadência cultural observada no início dos Oitocentos encontra suas raízes no longo domínio colonial, na manutenção de práticas políticas e de um arcabouço mental desvinculados da realidade do país. Para esse autor embora os literatos brasileiros sejam bastante profundos, “não se tem querido dignar escrever, e d’est’arte esforçar-se em elevar á sua verdadeira essencia”¹²⁴.

Nas palavras de João Manuel Pereira da Silva a produção artística no Brasil “de algum modo está desprezada”, e dissociada das práticas políticas mantém o país às margens das transformações inauguradas com o início do século XIX.

Após uma sucinta análise sobre o desenvolvimento da literatura ao longo da história da humanidade, o autor acredita encontrar, como produto do renascimento das letras, uma nova concepção política e estética que lança as bases de uma literatura inédita. Surge uma literatura “bella, adaptada á nossa crença, que proclama a liberdade e o progresso, que nos permite voar, até a altura que pudermos, que nos quebra as pressoens, e nos fazem entoar o hymno da Independencia”¹²⁵.

Para o ensaísta essa nova concepção de literatura encerra em si o movimento de renovação cultural que deve ser objeto dos esforços da elite intelectual brasileira. Na apreciação de Pereira da Silva, o estudo das idéias presentes no Brasil revela um alinhamento com um conjunto de concepções já consideradas ultrapassadas pelo pensamento vigente no início do século XIX.

Nesse período rompeu-se com a poesia imitativa e inaugurou-se a estética romântica “a favor da liberdade e da gloria das naçoens”. Era fundamental, portanto, inserir o país nesse novo século que o autor descreve com grande entusiasmo.

(...) este reino útil e intelligente do seculo 19, que não possuindo nem circos, nem gladiadores, como a antiguidade, nem Conventos, nem anachoretas, como a idade media, em compensação reluz com uma civilização mais completa, illustrado com fabricas e manufacturas que so á elle pertencem, amator e

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p.217.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p.235.

verdadeiro apreciador de todos os ramos da litteratura, das artes, e das sciencias, e religioso sem ser fanático.¹²⁶

Claro fica que as críticas de Pereira da Silva ao atual estado da literatura e, à manutenção de práticas políticas não adequadas ao novo “espírito da epocha”, atendem ao intento do escritor de indicar os novos valores que devem balizar as reformas necessárias para o desenvolvimento da nação.

No Brasil porem infelizmente ainda esta revolução politica se não fez completamente sentir, nossos vates renegam sua patria, deixam de cantar as bellezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amasonas e do prata, as virgens florestas, as supertiçoens e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes e religião (...)¹²⁷

O autor encerra seu texto citando o poeta alemão Schiller em uma alusão às novas disposições que a realidade brasileira deve assumir: “*Das neue Kommit, das alte est verschwunden*”¹²⁸.

3. A originalidade da cultura Brasileira.

Com o mesmo espírito dos versos de Schiller, Gonçalves de Magalhães, tentando apresentar a nova disposição da realidade cultural brasileira, publica no primeiro número da revista *Nitheroy*, seu *Ensaio sobre a historia da Litteratura do Brasil*. A análise do escritor situa a literatura não apenas no campo da composição artística, mas também, no plano do desenvolvimento filosófico, intelectual e moral dos povos que a elaboram.

¹²⁶ Idem, ibidem, p.237.

¹²⁷ Idem, ibidem, p.238.

¹²⁸ João Manuel Pereira da Silva traduziu o trecho como: “O novo vem, e o velho desaparece.”

Segundo o autor, a literatura representa, ao mesmo tempo, o reflexo progressivo da inteligência de seu povo e o quadro de suas virtudes e paixões, os aspectos mais sublimes de seu pensamento e o despertador de sua glória e, assim, apenas a literatura escapa “aos rigores do tempo” com o propósito de “anunciar às gerações futuras qual fôra o caracter e a importancia do povo do qual é ella o unico representante na posteridade”¹²⁹.

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superficie da Terra com todas as suas intuiçãoens, suas crenças, e costumes, a Littérature(...) como um echo immortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, de baivo de tal costellação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu so conservo, cujos heroes eu só conheço.¹³⁰

Após essa breve exposição o autor busca definir um modelo de desenvolvimento literário no qual a constituição da literatura de um dado povo, embora apresentada como natural, atenda às modificações de caráter histórico. Essas modificações são processadas a partir de inúmeras imbricações culturais, ou, simplesmente, pelas mudanças observadas nas circunstâncias peculiares do povo a que pertence. As reflexões apresentadas por Magalhães sugerem duas análises distintas.

A primeira se relaciona às três proposições iniciais estipuladas para a compreensão do desenvolvimento literário. Em sua primeira proposição, Gonçalves de Magalhães, utilizando-se de uma interessante metáfora, propõe que uma dada literatura experimenta modificações específicas a partir dos reflexos absorvidos da literatura de um outro povo. Nesse caso, os produtos originários dessa composição, “como nas arvores enxertadas, vêm-se pender dos galhos de um mesmo tronco, fructos de diversas especies”¹³¹, produzem-se duas literaturas que embora marchem lado a lado, podem ser separadas.

Na segunda proposição, ao analisar as transformações operadas no âmbito do desenvolvimento literário, a partir das diversas composições culturais, o autor pretende demonstrar o caráter multicultural na organização da literatura de um povo.

¹²⁹ Magalhães, D.J. Gonçalves de. op. cit, p.132.

¹³⁰ Idem., p.132.

¹³¹ Idem, ibidem., p.133.

Com isso, defende a tese de que, embora cada povo possua uma literatura própria, ela acaba por assumir temas e modelos de outras escolas literárias.

Nos apontamentos do autor é esse o caso da literatura produzida na Espanha, na França, Itália, Inglaterra e Portugal, onde se mesclam elementos cuja origem, ora é a tradição cristã, ora são os elementos de uma outra literatura, que na visão de Magalhães, representam apenas uma lembrança da mitologia antiga. Nesse caso “não só as duas litteraturas marcham apar, como muitas vezes o mesmo poeta se volta á cultura de ambas”¹³².

Por último seus estudos apontam um terceiro caso, no qual as literaturas se mesclam de tal forma que a tarefa de separá-las torna-se inexequível. Com o propósito de elucidar suas afirmações o autor analisa dois casos específicos: a literatura grega e a literatura romântica espanhola.

Sobre a literatura grega, ainda que apresentando um exame superficial, Magalhães nos informa que se pode detectar uma literatura própria, exclusivamente tributária das idéias originadas no seio da sociedade grega, enfim, uma literatura toda grega. Já as análises sobre o romantismo espanhol apontam uma fusão entre forma e matéria, reunindo assim elementos da civilização Árabe e da cultura cristã ocidental. Nos dois casos, “como as aguas de dous ríos que em um confluente se anexam, as duas litteraturas de tal geito se alliam que impossivel é o separal-as.”¹³³

É válido observar, no entanto que as análises realizadas pelo escritor brasileiro atendem a inúmeros propósitos. Se de um lado Magalhães pretende oferecer um panorama geral da literatura a partir de um estudo crítico do desenvolvimento literário, de outro antecipa uma série de idéias sobre o estado da literatura no Brasil.

A introdução apresentada por Gonçalves de Magalhães em seu *Ensaio sobre a historia da Litteratura do Brasil*, busca definir os aspectos básicos do pensamento, da moral, do desenvolvimento filosófico e intelectual e, enfim, da produção artística entre nós. Essas considerações serão avaliadas com mais

¹³² Idem, *ibidem.*, p.134.

¹³³ Idem, *ibidem.*, p.133.

profundidade adiante. Por hora cabe retornar à segunda análise, mencionada anteriormente, suscitada pelas reflexões de Gonçalves de Magalhães.

Após definir seu modelo de desenvolvimento literário, o escritor introduz uma série de outros aspectos que pode, na sua concepção, suscitar modificações na literatura cultivada entre os diversos povos. Tais aspectos se relacionam com as próprias características dos homens, da civilização e do progresso.

Isso equivale a dizer que a própria literatura está sujeita às transformações operadas nos indivíduos que a produzem, ou ainda, que as modificações que a literatura experimenta estão sempre relacionadas às circunstâncias dos sujeitos, dos espaços e do tempo a que pertence. Nas palavras de Magalhães: “a literatura é variável como são os seculos; semelhante ao termometro que sobe ou desce segundo o estado da atmospherá.”¹³⁴

Essa constatação, que antecipa o conceito de historicidade dos temas, objetos e dos próprios sujeitos, atende, no estudo de Gonçalves de Magalhães, a dois propósitos distintos que estabelecem relações próximas.

O primeiro se relaciona à concepção de uma idéia condutora, uma idéia matriz que mobiliza uma época, ou uma geração: “essa ideia é o espirito, o pensamento mais intimo de sua epocha, é a razão occulta dos factos contemporâneos.”¹³⁵ O segundo propósito é o de oferecer substrato para as transformações que se propagavam no campo político, intelectual, filosófico e, portanto, seguindo as idéias de Gonçalves de Magalhães, literário, no Brasil do início do século XIX.

Sobre a primeira constatação, os apontamentos de Magalhães estipulam a conformação de uma idéia guia que conduz o pensamento de uma geração harmonizando-o. No caso específico do escritor, a chamada geração romântica, cujo início dos trabalhos é identificado com a publicação do texto ora analisado, essa idéia, nas palavras do próprio Magalhães, “é a ideia de Patria: ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome”. Portanto, as análises do escritor que intentam justificar o caráter

¹³⁴ Idem, *ibidem.*, p.134.

¹³⁵ Idem, *ibidem.*, p.135.

volátil da produção literária, pretendem também, em um só tempo, conferir legitimidade à nova geração de escritores da qual Gonçalves de Magalhães faz parte.

Assim, quando Magalhães escreve que “com as mudanças e reformas que tem experimentado o Brasil, novo aspecto apresenta sua literatura”, ela retoma os aspectos iniciais do seu texto. Ou seja, os trabalhos daquela que seria denominada como a primeira geração romântica se justificam pelas mudanças operadas na realidade brasileira. Tais mudanças, efetivadas a partir de 1822, exigiam dessa nova geração de escritores a criação de uma nova literatura, ancorada na idéia inusitada de pátria, inaugurada, na construção simbólica proposta por essa geração, com a ruptura dos laços coloniais pelo movimento de 7 de setembro.

Com isso, ainda que o *Ensaio sobre a historia da Litteratura do Brasil* tenha sido exaustivamente analisado sob o prisma das análises literárias, o conteúdo do texto de Magalhães e seus significados estão intrinsecamente ligados aos processos políticos e sociais ocorridos no Brasil no início dos oitocentos. Melhor dizendo: mesmo que o trabalho produzido pelo autor de *Suspiros poéticos e saudades* possua o caráter de crítica literária, ele transcende o espaço dos estudos sobre a literatura para se inserir no campo dos estudos historiográficos.

Ancorado nessa perspectiva, Gonçalves de Magalhães elabora uma análise sobre a literatura brasileira, partindo de inúmeras questões preliminares, cujos estudos se realizam “pedindo conta á historia, e á tradição viva dos homens de como se passaram as cousas, seguindo a marcha do desenvolvimento intellectual, e pesquisando o espirito que a prendia”.

(...) as primeiras questões, que se nos apresentam são: qual é a origem de sua Litteratura? Qual seu progresso, seu character, que phases tem tido? Quaes os que a cultivaram, e as circumstancias, que em differentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florescimento? Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil de pois de seu descobrimento(...) poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro historico de nossa Litteratura..¹³⁶

¹³⁶ Idem, *ibidem.*, p.135.

A crítica desenvolvida pelo autor cumpre com isso inúmeras funções. Ao mesmo tempo em que oferece um estudo crítico da história da literatura, apresenta um quadro histórico do desenvolvimento intelectual brasileiro desde a chegada das caravelas portuguesas no século XV.

Não resta dúvida que o trabalho realizado por ele merece inúmeras críticas, de diversas naturezas, tanto no tocante às análises literárias quanto naquilo que se associa a um estudo de caráter histórico. No entanto, faz-se necessário observar que além das múltiplas dificuldades inerentes à tarefa assumida pelo escritor, e realçadas por ele mesmo no próprio texto, os propósitos de Magalhães abarcam outros aspectos.

A proposta, que será o mote da primeira geração romântica, consiste na elaboração de uma literatura genuinamente brasileira que busque definir os contornos da nossa nacionalidade e separe os valores cultivados na Europa, daqueles que constituem o universo americano.

Ao longo de seu estudo, Gonçalves de Magalhães irá desenvolver sua proposta a partir de uma série de questões preliminares, as quais o escritor tentará encontrar resposta. Dessa forma o autor se questiona sobre a origem da literatura brasileira, seu caráter, seus progressos e seus autores. Além disso, demonstrará quais as circunstâncias que favoreceram ou estorvaram, ao longo dos séculos, o florescimento da literatura entre nós.

O primeiro aspecto analisado se relaciona com os trabalhos já realizados sobre a literatura brasileira. Segundo ele, a carência de estudos sobre a produção literária no Brasil dificulta o empreendimento de uma história geral da literatura. Além do famoso *Parnaso brasileiro*, de autoria de Januário da Cunha Barbosa, sobre o qual Magalhães tece elogios, o escritor relaciona alguns críticos que realizaram obras parciais tendo por objeto a literatura brasileira.

Na sua avaliação tais estudos deixam a desejar e seus autores, todos estrangeiros, realizaram análises superficiais. As obras citadas são os trabalhos de Bouterwech, Sismonde de Sismondi e Mr. Ferdinand Denis. Sobre o primeiro, Magalhães nos informa que conhecia apenas a obra de Cláudio Manoel da Costa.

Sismondi, embora faça menção a alguns outros escritores brasileiros, excluiu-os de sua obra sobre a literatura européia e, pautou-se exclusivamente pela obra de Bouterwech.

Dentre as obras citadas, o título sobre a história literária de Portugal e do Brasil, de autoria de Denis, goza de maior prestígio, ainda que, na opinião de Magalhães, “basta uma vista d’olhos para ver-se que ainda está longe de ser completa, servindo apenas para dar uma ideia a estrangeiros.”¹³⁷

No entanto, ainda que as críticas de Magalhães sejam superficiais, um apontamento do autor chama a atenção e merece destaque. Ao estudar o trabalho de Mr. Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães aponta a distinção feita pelo crítico entre a literatura produzida no Brasil e em Portugal, “posto que separadas estejam ellas”. Essa distinção, tão cara a Magalhães, o auxilia na identificação da originalidade da literatura brasileira, cuja existência independe da história literária portuguesa.

Essa sutil observação constituiu-se em importante objeto de análise, tendo-se em vista que o princípio de originalidade literária no Brasil é o pressuposto para a edificação de uma literatura nacional. Assim, com uma afirmação de validade duvidosa, Magalhães não apenas aponta a distinção, como nos informa que analisando a literatura de Portugal e a do Brasil, “mais extenso desenvolvimento offereça a segunda”.

O estudo das idéias do autor aponta a latente preocupação em distinguir a produção literária brasileira da portuguesa, realizando no campo cultural e intelectual os princípios da autonomia política conquistada em 1822. Essa pretensão de Magalhães vai caracterizar toda a análise do autor ao longo da segunda parte de seu texto, na qual ele tentará caracterizar o quadro histórico do processo de colonização a partir de uma formulação crítica às ações da Coroa portuguesa.

O Brasil descoberto em 1500, jazeo trez séculos esmagado de baixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade. Misquinhas intenções políticas, por não avançar outra coisa, leis absurdas, e iníquas dictavam, que o progresso da civilização, e da industria entorpeciam. Os melhores genios em flor morriam,

¹³⁷ Idem, *ibidem.*, p.136.

faltos deste orvalho protetor, que os desabrocha; um ferete ignominoso de desapprovação, na fronte gravado do Brasileiro.¹³⁸

A construção imagética do período colonial, apresentada no texto de Magalhães, serve ao propósito de explicar as barreiras que inviabilizam o desenvolvimento da civilização brasileira. Segundo o escritor o sistema colonial viciava a nação nascente com suas mesquinhas intenções políticas e sua insuficiência, as quais ditavam leis iníquas que se constituíam em estorvos para o progresso da civilização e da indústria.

O tratamento dispensado ao Brasil por sua metrópole refletia, no entendimento de Gonçalves de Magalhães, o propósito de enfraquecer sua imensa colônia por conhecer seu potencial e temer que essa lhe ofuscasse a glória. A relação, portanto, representava um verdadeiro obstáculo para que se revelasse o “destino que a Providencia tem marcado a este Imperio da America”. Dessa forma Magalhães elabora um quadro geral da situação colonial estipulando claramente as distinções entre portugueses e brasileiros.

Tal era o estado daquelles tempos! Que podemos nós ajuntar a essas citações? Tal era toda a industria, arte e sciencia dos primeiros habitantes portuguezes das terras de Sancta-Cruz! Triste he sem duvida a recordação dessa epocha, em que o Brasileiro, como lançado em terra estrangeira, duvidoso em seu próprio paiz vagava, sem que dizer podesse: isto é meu, neste logar nasci! Envergonhava-se de ser brasileiro, e muitas vezes com o nome de Portuguez se acobertava para ao menos apparecer como um ente da espécie humana, e poder alcançar um emprego no seu paiz. Dest’arte, circumscripto em tão curto estádio, estranho á nacionalidade, e sem o incentivo da gloria, ia este povo vegetando occulto, e arredado da civilisação.¹³⁹

Ainda assim Magalhães assinala que, apesar da realidade colonial, não são poucos os escritores brasileiros. Mais do que isso, ele realça as qualidades de escritores como Santa Rita Durão e Basílio da Gama, comparando-os com os clássicos da literatura latina como Voltaire e Camões.

Com isso o autor chama a atenção para dois aspectos distintos. Em primeiro plano a necessidade de se estudar e conhecer a produção literária brasileira,

¹³⁸ Idem, *ibidem.*, p.138.

¹³⁹ Idem, *ibidem.*, p.140-1.

com o intuito de valorizar e engrandecer os valores locais. Em um segundo momento para “restaurar as ruínas e reparar as faltas dos séculos”, para que se possa como nação livre, se conhecer a genealogia da soberania brasileira.

Essa última observação atende ao convite feito por Gonçalves de Magalhães para a edificação de uma literatura nacional, apartada dos valores europeus e fundada na civilização americana. O manifesto do escritor apela ao desenvolvimento de uma simbologia nacional a partir do cultivo das artes, em sintonia com as transformações políticas observadas desde a independência.

Não, oh Brasil, no meio do geral movimento tu não deves ficar immovel e apathico, como o colono sem ambição, e sem esperança. O gérmen da civilização, lançado em teu seio pela Europa, não tem dado ainda os fructos que devia dar; vícios radicaes tem tolhido seu desenvolvimento. Tu afastaste de teu collo a mão estranha que te suffocava; respira livremente, cultiva com amor as sciencias, as letras, as artes e a industria, e combates tudo o que entreval-as póde.¹⁴⁰

Na última parte de seu trabalho Magalhães elabora uma análise dos tais vícios radicais que tem tolhido o desenvolvimento do Brasil. Para o autor, reafirmando o princípio geral de seu estudo, a história brasileira estaria dividida em dois momentos: o período que antecede a chegada da Corte portuguesa em 1808 e, os anos que se seguiram a partir de então.

Esboçando um quadro geral do estado da civilização brasileira no período anterior à transferência da família real, o escritor conclui que a mesquinha administração colonial e, os impedimentos oriundos desde mesmo modelo de organização política, estorvaram o florescimento do gênio brasileiro. Assim a literatura, quando chega à América, não abandona, nem no campo da temática nem em sua estrutura formal, o caráter europeu.

Na avaliação do futuro Visconde do Araguaia, isso demonstra a falta de reflexão sobre o universo brasileiro e, conseqüentemente, a ausência de estudos, propostas e análises que expliquem e valorizem a produção intelectual no Brasil. Dessa forma a presença de uma literatura estrangeira transforma os poetas brasileiros em

¹⁴⁰ Idem, *ibidem.*, p 145-6.

meros imitadores e, assim, a produção literária não assume características nacionais. Nas palavras do escritor, a poesia “do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida á franceza, e á portugueza, e climatisada no Brasil.”¹⁴¹

Já a partir da ruptura do pacto colonial, nota-se na compreensão de Gonçalves de Magalhães, o desenvolvimento das idéias no Brasil. A civilização brasileira começa a florescer como produto da Revolução Francesa, a qual, na análise do escritor, é a responsável pela transmigração da Corte em 1808.

O gigante da nossa idade até a extremidade da Peninsula enviou o susto, e o neto dos Afonsos aterrorizado como um menino temêo que o braço do Arbitro dos Reis cair fizesse sobre sua cabeça o palacio de seus avós. Elle foge, e com elle toda a sua corte, deixam o natal Paiz, e trazem ao solo brasileiro o aspecto novo de um Rei, e os restos de uma grandeza sem brilho. (...) Sem a Revolução Franceza, que tanto esclareceo os povos, este passo tão cedo se não daria.¹⁴²

Gonçalves de Magalhães apresenta um novo modelo de periodização da história nacional. Segundo esse autor a história do Brasil pode ser dividida em duas partes, “compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII; a segunda o curto espaço que de 1808 até os nossos dias decorre”.

Para ele, portanto, com a chegada da Corte de Lisboa, inaugura-se o segundo momento da história brasileira, a partir do surgimento das idéias entre nós, caracterizado pela retomada dos valores autênticos nacionais, anteriores à empresa colonial portuguesa.

¹⁴¹ Idem, *ibidem.*, p.146.

¹⁴² Idem, *ibidem.*, p.149-150.

4. A imagem mitificada: natureza e naturais no cenário romântico.

A retomada dos valores originais só seria possível a partir da existência de uma cultura nacional autêntica. Na concepção de Gonçalves de Magalhães, em consonância com os propósitos editoriais da revista *Nitheroy*, era necessário identificar a originalidade das expressões artísticas brasileiras para justificar as críticas à tradição legada pela metrópole europeia. Mais do que isso: era necessário desencravar a “verdadeira” cultura nacional. A partir dela seria revelada (construída?) a “verdadeira” tradição do país.

Após examinar a história da literatura brasileira e constatar que “até hoje a nossa poesia não oferece um caracter inteiramente novo e particular”, Magalhães recorre ao período que antecede o desembarque da esquadra de Cabral com o intuito de localizar as origens de nossa cultura.

Procurando justificar a originalidade dessa mesma cultura o autor questiona a capacidade “natural” do território brasileiro e, de seus habitantes, de despertar e desenvolver uma produção cultural própria. Com esse intuito Magalhães se pergunta se o Brasil pode “inspirar a imaginação dos poetas?”. E ainda, se “os seus indigenas cultivaram por ventura a poesia?”

As respostas a esse questionamentos, oferecidas pelo próprio Gonçalves de Magalhães, atendem na obra desse autor, e no conjunto da *Nitheroy*, a propósitos distintos. Em primeiro lugar estipula uma imagem de Brasil que se pretende oficializar, a partir da configuração paradisíaca e grandiosa que o escritor imprime em seu texto. Em segundo, identifica as origens da cultura nacional e sinaliza os elementos que devem balizar a organização de uma cultura apartada dos valores europeus.

O primeiro intuito, propor uma simbologia que revele a grandiosidade brasileira, recorre aos elementos da paisagem natural construindo uma imagem idealizada do país. A composição de Magalhães encontra na exaltação dos recursos naturais o mote que irá balizar os contornos da nacionalidade que se pretende instituir.

Com isso, além de organizar uma simbologia que revele a riqueza e grandiosidade do território brasileiro, o autor indica os aspectos que devem empolgar as produções culturais desenvolvidas no país.

Este immenso e rico paiz da America , debaixo do mais bello céu situado, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos d'ouro, e pedras preciosas rolam suas agoas caudalosas, este vasto terreno revestido de eternas matas, onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores, que em chuveiros se despenham dos verdes dóceis pelo entrelaçamento formados dos ramos de mil espécies, estes desertos, remansos, onde se annuncia a vida por esta voz solitaria da casacata, que se despenha, por este doce murmurio das auras, que se embalançam nas folhas das palmeiras, por esta hamonia grave e melancolica das aves, e dos quadrúpedes.¹⁴³

As imagens contidas no texto do escritor antes de recorrerem a análise das instituições políticas ou mesmo da composição social do país, limitam-se a descrição envaidecida da natureza. O quadro pintado por Magalhães revela um Brasil de extrema riqueza dotado de infinitos recursos naturais.

A composição de Gonçalves de Magalhães apresenta, portanto, uma imagem de Brasil na qual não existe espaço para os conflitos sociais e políticos que marcou a década de 1830; uma imagem na qual não aparecem as fileiras de mulheres e homens negros submetidos ao trabalho servil; nem as graves e diversas consequências da utilização do trabalho escravo; uma imagem, enfim, despegada da realidade brasileira, elaborada a partir da exaltação mitificada de um Brasil que se pretendia construir.

Alinhadas à construção imagética proposta na Carta de Pero Vaz de Caminha, as idéias de Gonçalves de Magalhães, expostas nas páginas da revista *Nitheroy*, ganham status de imagem oficial do Brasil ao lado de outras obras de caráter exornativo. Ao localizar as “verdadeiras” tradições da cultura brasileira em um passado que antecede o domínio português nessa parte do continente americano, Magalhães não apenas institui a originalidade das expressões artísticas nacionais, como também descaracteriza os três séculos de relações coloniais.

¹⁴³ Idem, *ibidem.*, p.154.

Com isso todos os males da sociedade brasileira aparecem como resultado do exercício arbitrário da Coroa de Lisboa e, não estabelecem relação com as práticas sociais cultivadas no país. Decorre dessa concepção a idéia de que o passado colonial deve ser esquecido junto com suas conseqüências: a crise econômica, as revoltas emancipacionistas, a presença de milhões de negros escravizados e a desordem político-administrativa.

Esses elementos, dessa forma, embora constitutivos da realidade brasileira de então, são tratados como “corpos estranhos” à tradição original do Brasil. São elementos da cultura européia. São alienígenas à terra brasileira. Portanto, são passíveis de um completo esquecimento, a partir de uma simples substituição por novos elementos que configurem uma imagem de grandeza, autenticidade e progresso.

As imagens produzidas pelo artigo de Gonçalves de Magalhães atendem a esse anseio. O texto do autor se assemelha à descrição de uma pintura naturalista na qual se vê, no cume de uma montanha, alheio às tormentas da natureza, o brasileiro, destinatário da felicidade por habitar o paraíso terreno.

(...) este vasto Éden separado por inormissimas montanhas sempre esmaltadas de verdura, em cujo tope, collocado se crê o homem no espaço, mais chegado ao céu, que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnovelar-se as nuvens, roncar as tormentas, e disparar o raio, com tão felizes disposições da natureza o Brasil necessariamente inspirar devera seus primeiros habitantes; os Brasileiros musicos, e poetas nascer deviam.¹⁴⁴

Valendo-se da mesma linha argumentativa utilizada por Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto alegre apresenta um trabalho destinado a investigar a contribuição da música e, das expressões artísticas em geral, para o desenvolvimento das nações.

Em suas análises o autor define seu alinhamento estético com as correntes românticas ao apresentar uma visão “encantada” sobre a produção musical. A partir da exaltação da natureza e dos valores de filiação cristã, o autor estabelece um paralelismo entre a produção musical e o concerto da natureza.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem.*, p.154-5.

Que admirável concerto quando a natureza em cólera solta sobre a terra os elementos; os troncos roçam-se, os canaviais sibilam, e ao longe roncam as ondas e o trovão inflamado cai, tingindo de sangue o céu; como nos olhos de ciumento amante rutilam ígneas órbitas, lampejando fúrias. Ah! É a voz da natureza que, penetrando o íntimo do peito, abre em torno do homem o sepulcro da eternidade: é a voz da natureza, que ribomba no adito d'alma, e congela o coração, que desampara da terra, sobe mais alto, e nas asas da religião, humilde vai voando, e deposita aos pés de Deos a esperança, e colhe a consolação.¹⁴⁵

A apresentação de Porto alegre tem o intuito de introduzir uma tentativa de se narrar a história da música a partir de inúmeros casos específicos recorrendo à História como avalista da tradição que se pretende instituir. Para esse autor, em todas as fases “de uma nação, quer no altar da grandeza, quer no pó da extinção, a música e a poesia sempre a acompanhavam”.

Ligados a história, caminhando no labirinto da antiguidade, veremos sempre a música representando um grande papel na cena social: na infância, na prosperidade das nações, esta arte divina sempre amiga do homem, o ampara com suas asas angelicais, e o transporta fora da atmosfera dos vales, e da desgraça.¹⁴⁶

A argumentação de Porto alegre sustenta suas reflexões sobre o papel da música na história da formação da nação brasileira. Adotando a mesma perspectiva da linha editorial da revista *Nitheroy*, o autor destaca a originalidade da cultura no Brasil, ao ressaltar a produção musical dos autóctones brasileiros. Com isso, a originalidade da música, assim como no texto de Magalhães a originalidade da literatura entre nós, pressuposto fundamental para a tese desses autores, exige um resgate da conformação original e autêntica da tradição nacional.

A musica nas florestas da minha patria fez tantas conquistas, como essas esquadras que a ambição, e o interesse conduziram nossos maiores: a musica recebia o filho da zona tórrida com seu coração, e as armas tomaram posse do terreno depois que sepultaram o hospitaleiro americano! Ministros de Deos, varões sublimes, dignos filhos de Cristo, Anchieta e Nóbrega, como a posteridade é ingrata!¹⁴⁷

¹⁴⁵ Porto alegre, Manuel de Araújo. “Ideias sobre a musica”, In: *Nitheroy*, revista brasiliense, ciencias, letras e artes, Tomo I, Nº I, Paris (1836)

¹⁴⁶ Porto, alegre, Manuel de Araújo. op.cit., p.168.

¹⁴⁷ Idem, p.170-1.

O “hospitaleiro americano” vítima da ambição européia passa a encarnar a figura representativa da originalidade brasileira. Forja-se uma imagem supostamente autêntica das origens naturais do Brasil (ou se revela, como acreditam os editores da *Nitheroy*) que iria, nas décadas seguintes, absorver o status de representação oficial da nação brasileira.

A figura do “bom selvagem” de caráter ingênuo e justo, mas ao mesmo tempo corajoso e forte, passa a dominar a produção literária no período que se estende da década de 1840 a 1870. Ainda que a representação dessa imagem original sofra inúmeras alterações nesse período, é nas páginas da revista *Nitheroy* que ela aparece como símbolo da nacionalidade que se estrutura nesse momento.

Que precioso monumento não fora para nós desses Povos incultos, que quase tem desaparecido da superfície da Terra, sendo tão amigos da liberdade, e da independencia, que com preferencia ao captiveiro em cardumes caiam debaixo das espadas dos Portuguezes, que embalde tentavam submettel-os a seu jugo tyrranico.¹⁴⁸

As tradições originais do povo brasileiro encontravam-se, portanto, em um povo “amigo da liberdade, e da independencia”, disposto a enfrentar o arbítrio dos europeus em sua luta contra o “jugo tyrranico” da nação portuguesa. Além disso, a originalidade da cultura nacional encontra abrigo no talento dos autóctones da terra brasileira que na representação construída nas páginas da *Nitheroy* aparecem como amantes das artes.

Por alguns escriptos antigos, sabemos que varias tribus índias pelo talento da musica, e da Poesia se avantajavam. Entre todas, os Tamoyos, que mais perto das costas habitavam, eram também os mais talentosos, em suas festas, e per occasião de combates, inspirados pelas scenas, que os torneavam, guerreiros hymnos improvisavam, com que accendem a coragem nas almas dos combatentes, ou cantavam em coros alternados de musica, e dansa hymnos herdados dos seus maiores.¹⁴⁹

A busca pela originalidade cultural do Brasil havia enfim “revelado” a “verdadeira tradição” do país que se formava. O modelo proposto pelos editores da *Nitheroy*, para a configuração de uma simbologia autêntica, que emprestasse

¹⁴⁸ Idem, *ibidem.*, p.157.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem.*, p.155.

representatividade ao Estado que se formava, valia-se de duas premissas cujas relações eram evidentes.

Em primeiro lugar era fundamental esquecer o passado colonial e repudiar as heranças políticas e culturais portuguesas. Era necessário interromper a tradição fundada nas relações coloniais. Em segundo, substituir essa tradição por uma outra ancorada nas autênticas e originais tradições da nação.

Talvez tivessem ellas de influir sobre a actual Poesia Brasileira, como os cânticos do Bardo da Escossia sobre a Poesia influíram do Norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancólicos accents com a sublime gravidade do Cristianismo, em toda a Europa dominam.¹⁵⁰

Sugerindo novos caminhos para alcançar esses propósitos, Gonçalves de Magalhães, em uma “previsão” certa, indica que as culturas dos povos autóctones eram bons elementos para a configuração das novas expressões artísticas brasileiras. O projeto de reforma cultural apresentado pelos autores da *Nitheroy*, em parte absorvido pelos esforços empreendidos ao longo do segundo reinado na busca por uma imagem mítica da terra brasileira, aparecia nas páginas desse periódico como uma descoberta arqueológica das tradições do Brasil.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem.*, p.157.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica que se debruçou sobre os eventos ligados à emancipação política de 1822 tem até hoje, de forma geral, (re)produzido a versão instituída por parte da elite brasileira do início do século XIX. Isso equivale a dizer que nessa construção o processo de independência aparece como um fenômeno teleológico no qual as complexidades da realidade nacional são substituídas por uma simplificação que situa as disputas políticas e os debates ideológicos como elementos na formação de um Estado unitário.

Essa perspectiva limita os estudos de caráter histórico ao naturalizar determinados enfoques e objetos. Com isso despreza novas roupagens às possíveis interpretações acerca dos fenômenos ligados a esses eventos. Além disso, ao consagrar a visão mitificada sobre a emancipação política ocorrida no início dos oitocentos, sustenta um conjunto de idéias que pretensamente revelam a “verdadeira” identidade nacional brasileira.

Na década de 1930 vários estudos buscavam apontar algumas tentativas de edificação de uma identidade nacional que emprestassem representatividade ao Brasil como corpo político autônomo. Inseridos em uma nova concepção epistemológica, estudiosos como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, apresentaram trabalhos que intentavam desvendar a “natureza” da civilização brasileira, sua formação histórica, seus valores sócio-culturais, enfim, sua identidade.

Ainda assim é válido destacar que alguns trabalhos desenvolvidos no campo da historiografia, apresentam uma nova perspectiva. Recentemente vários estudiosos se debruçaram, assumindo enfoques teóricos e metodológicos distintos, sobre essa questão. Entre esses autores podemos destacar os trabalhos de Lúcia Maria Bastos

Pereira Neves¹⁵¹, Iara Lis Carvalho Souza¹⁵², István Jancsó¹⁵³, Maria Orlanda Pinassi¹⁵⁴, José Murilo de Carvalho¹⁵⁵ e Evaldo Cabral de Mello¹⁵⁶.

A historiografia, portanto, exerce uma dupla função. Ao mesmo tempo em que procura entender as configurações atribuídas à identidade nacional, impostas por alguns projetos oficiais, corrobora esses mesmos projetos no exercício de suas funções inerentes. Portanto, de uma forma ou de outra, os estudos de caráter histórico procuraram situar as concepções que aos poucos tentavam definir a idéia de Brasil na fase de consolidação da independência brasileira.

Na construção dessa identidade, a produção historiográfica encontrou substrato nos trabalhos produzidos por um conjunto de intelectuais formados no Rio de Janeiro. As obras apresentadas por esses homens alcançaram o status de “representações oficiais” da identidade brasileira, em um complexo jogo de idéias e ações.

Essas obras, entretanto, foram pouco analisadas e, quando o foram, estiveram sob as lentes de pesquisas que ressaltaram o caráter literário das mesmas. Isso é o mesmo que dizer que o conteúdo político desses trabalhos e, sua inserção histórica, ficaram relegadas a segundo plano. Além disso, ao situarem parte da produção literária da primeira geração da literatura romântica como o sustentáculo da identidade nacional formada após os sucessos de 1822, esses trabalhos cristalizaram uma idéia que se vem difundindo ao longo dos séculos.

¹⁵¹ Dentre as inúmeras obras vale destacar. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. & *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003

¹⁵² Souza, Iara Lis Carvalho. *A adesão das Câmaras e a figura do Imperador*, in: *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36, p367-394, 1998 & *Pátria coroadada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

¹⁵³ Jancsó, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed Unijuí; Fapesp, 2003.

¹⁵⁴ Pinassi, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy revista brasileira de ciências e artes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹⁵⁵ Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas - o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 & *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁵⁶ Mello, Evaldo Cabral de. *A outra independência – o federalismo de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

A partir de elementos como o indianismo, por exemplo, os estudos que se debruçaram sobre as idéias de homens como Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto alegre, João Manuel Pereira da Silva e, mesmo, Gonçalves Dias e José de Alencar, desprezaram a complexidade de temas trabalhados por esses autores.

As análises sobre os artigos apresentados a revista *Nitheroy*, primeiro projeto coletivo daquele que viria a ser identificado como o núcleo da primeira geração romântica, restringiram-se ao estudo do clássico artigo de Magalhães sobre o estado da literatura no Brasil, consolidando-o como o manifesto romântico. Dessa forma, o conjunto de trabalhos publicados na revista não foi estudado e, o sentido atribuído a essa publicação limitou-se a categorizá-la como instrumento de fundação de nossa nacionalidade pela inauguração da literatura romântica.

O estudo dos artigos apresentados à *Nitheroy*, no entanto, desvenda um universo de concepções e projetos, algumas vezes convergentes, outras contraditórios. As idéias apresentadas nessa publicação não se limitam aos conceitos que o cânone literário tem ressaltado como mote do movimento romântico da literatura. Ao contrário: há na revista um movimento de pêndulo, que ora oscila entre a configuração grandiosa de Brasil, ora aponta as mazelas da realidade brasileira.

Na revista *Nitheroy*, o tratamento dispensado às questões que se relacionam com a edificação de uma literatura nacional e seus estímulos no universo artístico brasileiro, recorre à imagem paradisíaca de Brasil. Nessa perspectiva, a análise dos artigos dedicados a essa temática, os objetos e temas trabalhados atendem ao propósito de engendrar uma simbologia tanto mística como mítica do Brasil: surge um Brasil exótico, um Brasil inspirador, magnífico.

Por outro lado os artigos que se debruçam sobre as questões relacionadas à economia política, relações trabalhistas, processos técnicos de produção agrícola ou industrial, apresentam uma abordagem diferenciada, recorrendo a uma imagem grotesca de Brasil. A partir desse viés desvenda-se um Brasil atrasado e violento, sustentando vínculos com um passado colonial escravocrata, sem desenvolvimento industrial e não ilustrado.

Essa significativa oposição, entre o Brasil exótico e o Brasil grotesco, presente nos estudos publicados pela revista *Nitheroy*, exerce uma série de funções no conjunto da publicação. Em primeiro lugar ela atende ao propósito de delimitar uma fronteira precisa entre o futuro desenvolvido e o passado retrógrado. Ou seja, ao caracterizar o passado colonial como símbolo do atraso e da violência, em oposição à grandeza do Brasil independente, a dicotomia proposta situa o período que antecede a 1822 como uma época de trevas e ignorância.

Em segundo lugar, essa oposição ajuda a remover, na visão dos redatores da revista, os obstáculos que impedem o desenvolvimento do Brasil: como o regime de trabalho escravo e a mentalidade da aristocracia agrária. Isso ocorre na medida em que ao estipular essa clara distinção entre a herança colonial e os valores especificamente nacionais, a oposição entre o Brasil exótico e o Brasil grotesco, repudia a tradição portuguesa identificada com os elementos que estorvaram o progresso nacional.

Além disso, esse antagonismo representa a base da reforma cultural proposta pela primeira geração romântica em função de apresentar os elementos que garantem a mitificação da idéia de um Brasil grandioso. Isso equivale a dizer que a construção simbólica da idéia de Brasil tanto como fonte inspiradora da literatura, quanto como produto do espírito revolucionário do século XVIII engendra a estrutura da renovação cultural mencionada.

Ora, ao introduzir o embate entre o Brasil grandioso e exótico e seu rival, o Brasil medíocre e supersticioso, os editores da revista *Nitheroy* apresentaram uma complexa disputa entre inúmeros conceitos. Tem-se então o choque entre o Brasil analfabeto e o Brasil ilustrado, o Brasil do Antigo Regime e o Brasil revolucionário, o Brasil mercantilista e o Brasil industrial, o Brasil colônia e o Brasil independente, enfim, entre o Brasil português, ligado às tradições da península Ibérica e, o Brasil americano, filho da luta do novo mundo pela emancipação política.

Esse jogo entre diferentes tradições representa os embates pela configuração simbólica do Estado que se pretende organizar. Essas disputas, cujos “vencedores” carregam como troféu o espaço ideológico no cânone literário e nas

produções historiográficas tradicionais, são dotadas de uma certa plasticidade e, portanto, são travadas à medida em que aparecem novos elementos que precisam ser absorvidos pelo Estado vigente.

Valendo-se de sua extraordinária capacidade narrativa, Machado de Assis, analisando esses fenômenos após o declínio do Império em 1889, narra um pitoresco episódio relatado em seu romance *Esaú e Jacó*. A apresentação do autor, além de servir ao propósito de apresentar a estupefação provocada pela queda do regime Imperial, traduz as inquietações oriundas a partir do surgimento de uma nova configuração política do Estado.

Tendo contratado com um pintor, às vésperas do movimento de 15 de novembro de 1889, a confecção de uma nova tabuleta para sua Confeitaria do Império, o velho Custódio encontrava-se em um dilema a partir da derrocada da monarquia brasileira.

Sem saber em qual nome se fixar – *Confeitaria do Império*, nome tradicional e que batiza o comércio desde 1860 ou, *Confeitaria da República*, mais apropriado para a nova cena política, porém descaracterizador da tradição de sua loja – o velho Custódio procura no Conselheiro Aires uma solução definitiva que não desperte as saudades dos monarquistas e, tampouco, instigue o ódio dos novos republicanos.

Ciente de que o amigo não desejaria distúrbios às portas de seu empreendimento, nem gostaria de ser vítima de maledicências gratuitas, o Conselheiro Aires propõe uma solução diplomática que não possuía “significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dous regimens, e conseqüentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados: *Confeitaria do Custódio*.”¹⁵⁷

¹⁵⁷ Assis, Machado. *Esaú e Jacó*, In: Assis, Machado. *Obras completas*, Vol I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

ANEXO I

Análise técnica sobre Nitheroy - Revista Brasiliense. Sciencia, Letras e Artes.

Lista de colaboradores

- 1) Cândido de Azeredo Coutinho
- 2) Francisco Sales Torres Homem
- 3) Domingos José Gonçalves de Magalhães
- 4) Manuel de Araújo porto-Alegre
- 5) Eugéne de Monglave
- 6) A de S Lima de Itaparica
- 7) Silvestre Pinheiro Ferreira
- 8) C.A Taunay
- 9) J. M Pereira da Silva

Lista de colaboradores por artigo

Colaborador	Nº de artigos
Francisco Sales Torres Homem	04
Domingos José Gonçalves de Magalhães	04
Manuel de Araújo porto-Alegre	04
Cândido de Azeredo Coutinho	03
Eugéne de Monglave	01
A de S Lima de Itaparica	01
Silvestre Pinheiro Ferreira	01
C.A Taunay	01
J. M Pereira da Silva	01

Análise técnica sobre *Nitheroy* - Revista *Brasiliense*. *Sciencia, Letras e Artes*.

Lista geral de artigos e autores

Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes, Tomo I, Nº I, Paris (1836)

Artigo	Autor
Ao leitor	Conselho Editorial
Astronomia- Dos cometas	C.M D'Azeredo Coutinho
Considerações econômicas sobre a escravatura.	Francisco Sales Torres Homem
Reflexões sobre o credito público e sobre o relatório do Ministro da Fazenda	Francisco Sales Torres Homem
Ensaio sobre a história da literatura-estudo preliminar	Domingos José Gonçalves de Magalhães
Idéias sobre a música	Manuel de Araújo porto Alegre
Bibliografia-“Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jansqu’em 1831 inclusivement; par J. B Debret	Domingos José Gonçalves de Magalhães

Lista geral de artigos e autores

Nitheroy, revista brasiliense, sciencias, letras e artes, Tomo I, Nº II, Paris (1836)

Artigo	Autor
“Nitheroy; Revista Brasiliense. Ciências, letras e artes”. Tome Ier, 1re livraison, 12 feuilles in-8°; avec cette épigraphe: Tudo pelo Brasil, e para o Brasil. Rapport lu à la 2e classe de L’Institut Historique. (Histoire dès langues et dès littératures.)	Eugéne de Monglave
Filosofia da religião. Sua relação com amoral, e sua missão social.	Domingos José Gonçalves de Magalhães
Física industrial. Das caldeiras empregadas na fabricação do açúcar.	C.M de Azeredo Coutinho
Química da destilação	A de S Lima de Itaparica
Idéia de uma sociedade promotora de educação industrial. Objeto da sociedade.	Silvestre Pinheiro Ferreira
Considerações sobre a descoberta feita por Antônio Saint - Valéry Sehul de um novo sistema de fabricar o açúcar.	C.A Taunay
Comércio do Brasil	Francisco Sales Torres Homem
Contornos de Nápoles. Fragmentos as notas da viagem de um artista.	Manuel de Araújo porto Alegre
A voz da natureza. (POEMA)	Manuel de Araújo porto Alegre
Estudos sobre a literatura	J.M Pereira da Silva
Bibliografia - A liberdade das Repúblicas pelo senhor Montezuma	Domingos José Gonçalves de Magalhães
Bibliografia - Suspiros poéticos e saudades. Per (sic) D.J.G de Magalhães. Paris, 1836. um vol in-8°.	Francisco Sales Torres Homem
Bibliografia - Ensaio sobre o fabrico do açúcar. Senhor Miguel.	C.M de Azeredo Coutinho
Bellas Artes	Manuel de Araújo porto Alegre
Observação final	Conselho Editorial

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

1- *Nitheroy - Revista Brasiliense, Sciencias, Lettras e Artes*. Edição fac-similar-vol I e II (1836)

2- **INHOMIRIM, Francisco Sales Torres Homem, Visconde de**. *O libelo do povo*. Lisboa: Typographia da Nação, 1870.

3- **MAGALHÃES, D.J.Gonçalves de**. *Obras completas*. Viena: Imperial e Real Tipografia, 1865.

4- _____, *Memória histórica e documentada da revolução da província do maranhão desde 1839 até 1840*, in *Novos Estudos CEBRAP*, N 23, p 14-66, mar. 1989.

5- _____, *Tragédias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865

6- **PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo**. *Colombo*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1892.

7- _____, *Teatro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Flávio (org).** *Antologia do teatro brasileiro. O teatro de inspiração romântica.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.
- AMORA, Antonio Soares.** *Classicismo e romantismo no Brasil.* São Paulo: Cultrix, 1966.
- _____. *O romantismo.* São Paulo: Cultrix, 1967.
- ANSART, Pierre.** *Ideología, conflictos y poder.* México: Premiá Ed, 1983.
- ANTUNES, D.P .** *O pintor do romantismo.* Rio de Janeiro:Zélio Valverde, 1943.
- ASSIS, Machado de.** *Obras completas.*, vol I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org).** *Mapping the nation.* London: Verso, 1996.
- BONFIM, Manoel.** *O Brasil na América - caracterização da formação brasileira.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BOSI, Alfredo.** *História concisa da literatura brasileira.* São Paulo: Cultrix, 1994.
- CANDIDO, Antonio.** *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.* Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000.
- _____. *O romantismo no Brasil.* São Paulo: Humanitas, FFLCH/SP, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de.** *A formação das almas - o imaginário da república no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Sílvio (org).** *História da literatura brasileira.* Lisboa: Publicação Alfa, 1999.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____, e **Dopcke, Wolfgang.** (orgs), *Relações internacionais dos países americanos – vertentes da história.* Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina.* São Paulo: Difusão européia do livro, 1964.

CHEVALIER, François. *América Latina - de la independência a nuestros dias.* México D.F: Fondo de cultura econômica, 1999.

COSTA, Tânia Rebelo. “O mapeamento do ‘DNA’ literário brasileiro. Disponível em: <http://www.unicamp.Brasil/iel/histlist/tania2.htm> Acesso em: 31/07/2002.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

FARIA, Maria Alice de Oliveira, “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”, in Revista do IHGB, Vol nº 266, Jan-março de 1965.

FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848).* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

HOLANDA, S. Buarque de (org). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difusão européia do Livro, 1970.

JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec; Ed Unijuí; Fapesp, 2003.

LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822).* São Paulo: Melhoramento, 1972.

_____. *Dom João VI no Brasil.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto Alegre: ensaio bibliográfico.* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1938.

MAGALHÃES, D.J Gonçalves. *Suspiros poéticos e saudades.* Brasília: Editora Universidade de Brasília; INL (Instituto Nacional do Livro), 1998.

MAGALHÃES Júnior, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às véseras da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Xavier. *Ensaio histórico sobre a independência*. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1977.

MARTINS, Rocha. *A independência do Brasil*. Coimbra : Lvmen, 1922.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira – vol II*. São Paulo: T. A Queiroz, 1993.

MAUL, Carlos. *História da independência do Brazil*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira “LUX”, 1925.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.

_____, *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORTON, Luis. *A corte de Portugal no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1938.

NOVAES, Adauto (org). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOVAIS, Fernando (org). *História da vida privada no Brasil: Império, Vol II*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1997.

PADRÓN, F. Morales. *Historia general de América*. Madrid: Espasa-Calpe, 1962.

PRADO, Décio de Almeida. *O drama romântico brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy revista brasileira de ciências e artes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINEIRO, Elena T. “Espacio simbólico, ideologia y poder: relaciones entre prácticas discursivas y procesos políticos”. Disponível em: <http://www2.uca.edu.ar/esp/sec-fpolitic/esp/page>. Acesso: 26/02/2006.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*, Rio de Janeiro: UFRJ,1996.

ROMEIRO, João Marcondes de Moura. *De D. João VI à independência: estudo sobre os fatos que mais contribuíram para ser proclamada em São Paulo, no dia 07 de setembro, às margens do Ipiranga, a emancipação política a pátria*. São Paulo: Martins, 1972.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J Olympio; Brasília: INL, 1980.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANTOS, Mariza Veloso Motta e Madeira, Maria Angélica. *Leituras brasileiras: itinerário no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *A adesão das câmaras e a figura do Imperador*, in: *Revista Brasileira de história*, v.18, n.36, p.367-394, 1998.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil – fatos e personagens de um regime*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1957.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira - de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.